UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA CULTURAL

A *CASA DE FARINHA* E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

por

JOANA LÚCIA RIOS ESPINAL

Orientador: Dr. JOSÉ HESKETH LAVAREDA

Dissertação apresentada à UFPe. como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Cultural.

39
E77c
T

RECIFE — PERNAMBUCO
Novembro - 1981

JN000009786
Universidade Federal de Pernambuco
BIBLIOTECA CENTRAL
CIDADE UNIVERSITÁRIA
50000 - Recife - Pernambuco - Brasil
1057 - 30-07-85
I86
I88
I89
AGENDA: 32548
IV 06

A Wendel Maurício e Wesley Frederico, meus filhos, para os quais luto pela construção de um mundo mais humano e por estarem sempre presentes, aflorando suas características infantis e me proporcionando alegrias;

a meus pais, Maria do Carmo e José Gonçalves Rios que, através de seus esforços, perseverança, coragem e dedicação, educaram e instruíram seus treze filhos, que hoje atuam em diferentes áreas profissionais, ensinando-lhes com sabedoria, serenidade e fé a travessia das horas difíceis da vida,

dedico este trabalho.

Dias de trabalho não são dias de festa e dias de festa não são dias de trabalho.

(De um trabalhador rural - Recôncavo Baiano — 1980)

Aos Professores,

Parry Scott e
José Bonifácio Andrade,
pelo excelente trabalho na co-orientação desta pesquisa.

À Doutora **Susan W. Almy,**
Professor Visitante do Mestrado em Economia da UFBa. e Técnico da Fundação Rockfeller, pela colaboração prestada na fase de processamento de dados e em outras etapas deste trabalho,
um especial agradecimento.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que é de suma importância para mim, por ter-me dado condições físicas e intelectuais para desenvolver esta pesquisa, e em quem, nas horas de desânimo, encontrei conforto.

A Juan Ángel, por colaborar quanto às orientações técnicas agronômicas e nos trabalhos de campo.

Aos meus irmãos, amigos e colegas de trabalho, os quais, direta ou indiretamente, influenciaram na realização do trabalho.

Ao Dr. Paulo da Silva Miranda, pela assistência excepcional, quando Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, e que influenciou decisivamente para a concretização deste Curso, com seu incentivo, amabilidade e cooperação.

À Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, pela concessão da bolsa de estudos que me possibilitou a freqüência à credita ção do Curso.

Ao Departamento de Economia Agrícola e Extensão Rural da Escola de Agronomia da UFBa., por ter possibilitado ajuda de custos para a fase da pesquisa em campo.

A Maria Izabel Câmara de Almeida, José Avelino Santos Rodrigues e Solange Mendes da Fonsêca, pela colaboração na correção dos originais.

A Esmeralda Gomes da Silva e sua filha Evalda, pela gentileza da hospedagem, em Recife, durante o período de orientação da pesquisa.

Finalmente, à valiosa colaboração dos informantes, que tornaram possível a realização desta pesquisa, com seu desprendimento, amabilidade, interesse e honestidade de seus depoimentos.

S U M Á R I O

Pág.

RESUMO 9

INTRODUÇÃO 10

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 13

1.1 A Teoria da Solidariedade Social de Durkheim 13
1.2 O Modo de Produção na Visão de Marx 15
1.3 Considerações sobre as Teorias de Durkheim e Marx 17
1.4 Alguns enfoques sobre a Economia Camponesa 17
1.5 Colocações Finais 26

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS 29

2.1 Formulação das Hipóteses 29
2.2 Coleta de Dados 31
2.3 Experiências de Campo 37

3 DESCRIÇÃO DA ÁREA 40

3.1 Caracterização do Recôncavo Baiano 41
3.2 Atividades Econômicas da Região 42
3.3 Universo de Estudo 43
3.3.1 Município de Cruz das Almas 45
3.3.2 Município de Muritiba 47
3.3.3 Município de São Felipe 47
3.3.4 Município de Sapeaçu 50

4 A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR 53

4.1 Composição Familiar 53
4.2 Economia Familiar 53
4.3 Divisão de Trabalho 67
4.4 Comercialização da produção 71

Pág.

5 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL 79

5.1 Socialização do camponês 79
5.2 Aspectos Educacionais 82
5.3 Aspectos Religiosos 86
5.4 Relações Sociais dos Mandiocultores 90

6 A *CASA DE FARINHA* 96

6.1 Tipos de Construção 96
6.2 Equipamentos de Trabalho 101
6.3 A Matéria-prima e sua transformação 112
6.4 As Relações Sociais na CF 113
6.5 Mudanças nas Relações de Produção 124
6.6 O Sistema de Arrendamento 126

CONSIDERAÇÕES FINAIS 131

ABSTRACT 141

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 142

ANEXOS 145

RESUMO

Análise das relações sociais na unidade produtiva camponesa denominada **Casa de Farinha**, a partir de uma visão teórica sobre a organização social e a economia camponesa. Documentação, através de pesquisa de campo efetuada em quatro municípios, dos hábitos sócio-culturais da população rural da Região do Recôncavo Baiano. Descrição geral da área em estudo, abrangendo suas características físicas e seus aspectos agropecuários, fundiários e econômicos. A família camponesa e a divisão do trabalho baseada na mão-de-obra dos grupos domésticos. Organização social na área, enfocando aspectos das relações sociais, educação e religião. A **Casa de Farinha** — caracterização física; divisão social do trabalho; relações sociais; inovações tecnológicas; mudanças nas relações de produção (arrendatários x proprietário); complementação da renda familiar e comercialização da produção.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma resultante do interesse da Autora em compreender o modo de vida do homem do campo que pratica a policultura no Recôncavo Baiano e que possui, dentre suas atividades econômicas, a *Casa de Farinha* (CF), local onde efetua o processamento da raiz da mandioca.

São quatro as justificativas para a realização deste trabalho: a primeira, é que há uma carência de informações escritas, ou seja, de trabalhos científico-sociais, realizados sobre essa indústria caseira rural. Em segundo lugar, a CF é uma unidade produtiva de suma importância para o camponês regional e representa, juntamente com os derivados da mandioca, a base econômica familiar. A terceira e, talvez, mais importante delas, é que a CF é um elemento cultural tipicamente brasileiro e que está, aos poucos, aderindo a novas tecnologias, perdendo parte da sua originalidade e afetando as relações de produção. Por fim, foi muito importante o fato de se ter a oportunidade de fazer um curso de pós-graduação no Nordeste, o que possibilitou o conhecimento razoável dos hábitos culturais e das atividades desenvolvidas pelo camponês nordestino. Isso estimulou o interesse em aprofundar os conhecimentos através de uma pesquisa antropológica mais aprimorada que, ao mesmo tempo, proporcionaria uma melhor compreensão da vida rural da região, especificamente nas atividades a

grícolas de subsistência, quanto à policultura e, logicamente, enfocando aspectos gerais e específicos sobre a CF.

Os trabalhos da CF são desenvolvidos quase que exclusivamente pela mão-de-obra familiar, sob a coordenação do chefe do grupo doméstico. Homens e mulheres são adestrados desde tenra idade para assumir funções nesse sistema produtivo. Ocorre, entretanto, necessidade das famílias camponesas subsidiarem-se de alguma outra fonte de renda, e o arrendamento é uma delas.

As tarefas desempenhadas na CF são inter-relacionadas e subseqüentes, pois as etapas devem ser devidamente preparadas para darem lugar às posteriores e todos os membros da família devem saber desenvolvê-las. Cada um deve conhecer todas as atividades, o que propicia uma divisão do trabalho bastante satisfatória e evita que a falta de um operador chegue a prejudicar os trabalhos como um todo.

Abordando aspectos relacionados com a tecnologia utilizada pelas famílias camponesas ao desenvolverem os trabalhos de transformação da mandioca, bem como os fatores resultantes da adoção de instrumentos de trabalho mais modernos, esta pesquisa pretende investigar detalhadamente como se estabelece a relação **tecnologia** e **sistema social**, entre esses agricultores.

Os três primeiros capítulos resumem a base teórica, a metodologia e a descrição geral da área em estudo. Os capítulos posteriores abordam a organização social e a *Casa de Farinha* como unidade produtiva.

Nas considerações finais, são apresentadas as conclusões

obtidas, a análise das hipóteses e algumas propostas para estudos posteriores.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, pretende-se estudar e compreender as relações sociais na unidade produtiva camponesa denominada *Casa de Farinha* (CF). Não havendo até o momento qualquer investigação teórica sobre a organização da CF, nosso ponto de partida foi a análise do conceito de organização social dentro da literatura clássica.

Entende-se por organização social o inter-relacionamento entre os componentes de uma comunidade e suas relações com a sociedade. Nesse inter-relacionamento, desenvolvem-se atividades sociais, econômicas e culturais, regidas por normas, valores e padrões sociais inseridos em um ambiente físico.

1.1 A Teoria da Solidariedade Social de Durkheim

Segundo Durkheim[1], existem dois tipos de solidariedade social: uma **orgânica** e outra **mecânica**. A solidariedade orgânica baseia-se na interdependência entre as pessoas, mantendo-se a diferença entre elas. Seria o produto de elos entre unidades complementares e se constituiria por uma divisão de trabalho mais completa. Pode-se exemplificar com as relações marido/mulher, onde uma parte é dependente da outra quanto à sexualidade e manutenção da família. Porém, essa solidariedade conjugal varia conforme a sociedade, pois, quanto mais forte seja essa solidariedade, mais complexos são os laços de uma família.

Já na solidariedade mecânica, as relações entre as partes baseiam-se na independência de cada uma, sem prejuízo da continuidade das funções respectivas e a divisão do trabalho é simples. É o caso, por exemplo, das relações entre irmãos, que se independem mesmo que tenham recebido as mesmas normas e valores sociais na sua socialização.

Ainda segundo Durkheim, a função da divisão do trabalho "é criar, entre duas ou várias pessoas, um sentimento de solidariedade"[2].

A divisão social do trabalho foi abordada por Durkheim, primeiramente, ao estudar as conseqüências dos diferentes níveis de produção. Para ele, como já visto, a sociedade simples possui a solidariedade mecânica e a complexa, a orgânica. Na solidariedade mecânica, o trabalho é realizado por não especialistas, há menor coesão social e, basicamente, todos os membros da sociedade têm as mesmas tendências. Se alguns trabalhadores se afastarem do trabalho, outros poderão substituí-los facilmente.

A solidariedade orgânica requer especialistas e é muito difícil que um possa substituir o outro, pois há maior interdependência ocasionando coesão devido ao sistema mais eficiente e, conseqüentemente, possibilitando maior produção.

Com essa visão, pretendeu-se desenvolver esta pesquisa, pois aí estão enfocados aspectos relacionados com os dois tipos de solidariedade social descritos por Durkheim, resultantes que são da divisão do trabalho e da organização social das famílias camponesas, quanto ao modo de produção da farinha de mandioca.

1.2 O Modo de Produção na Visão de Marx

Marx, contudo, argumenta que os homens transformam o seu método de produção, quando nela são incorporadas novas forças produtivas. Com essa transformação do método de produção, todas as relações econômicas são também transformadas. Ele interpreta essa sua afirmativa da seguinte forma:

> *A soma total das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura legal e política e a que correspondem formas definidas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona de forma geral o processo da vida social, política e intelectual.*[3]

Para Marx, a produção é resultante das inter-relações dos componentes de um sistema produtivo. O que esses indivíduos produzem nasce das condições materiais da sua produção. À medida que as forças produtivas vão crescendo e se tornando mais complexas surgem, em conseqüência, mudanças na divisão social do trabalho. Os métodos e os meios de produção modificados ocasionarão, como no exemplo de CF, maior divisão do trabalho, ou seja, maior solidariedade orgânica, pois cada etapa do trabalho assim como seus operadores serão dependentes das etapas anteriores. Quanto a esse aspecto, as relações econômicas são também alteradas, porque, para haver as mudanças tecnológicas, há investimento em benfeitorias e, dentro da visão capitalista, estes investimentos devem ser produtivos. Como investimento produtivo deve ocasionar "retornos", e são esses "retornos" que provocam as mudanças nas relações econômicas desse modo de produção. A soma das relações de produção constitui a estrutura econômica social; o produto da

força-de-trabalho, da terra e do capital representando a economia da sociedade. A consciência social se vincula, por sua vez, às relações que os homens mantêm no processo social. Daí que o inter-relacionamento entre os componentes de uma sociedade faz com que a estrutura legal e política se baseie na estrutura econômica, porque o indivíduo é resultado das condições materiais da sua produção. Portanto, o condicionamento social é produto da vida material.

É ainda Marx, analisando os mecanismos da transformação, quem afirma que a divisão do trabalho, o método de produção e os meios de produção se alargam e revolucionam constantemente. Isso porque o capital é sempre forçado a exigir sempre mais das forças produtivas do trabalho:

> *Qualquer que seja a força dos meios de produção empregados, a concorrência procura roubar ao capital os frutos dourados dessa força, reduzindo o preço das mercadorias ao custo de produção; na mesma medida em que a produção embarateceu, isto é, na medida em que se pôde produzir mais com o mesmo trabalho...*[4]

Torna-se claro que, à proporção que o homem — como força-de-trabalho — vai sendo substituído pela máquina, a produção é elevada, barateando também seu custo. Provoca, além disso, a divisão do trabalho social que, por sua vez, dá origem a uma maior especialização dos trabalhadores, uma vez que eles são adestrados especificamente para desenvolver as tarefas necessárias ao sistema produtivo, acarretando a interdependência entre homem e máquina.

1.3 Considerações Sobre as Teorias de Durkheim e Marx

Conclui-se que Marx e Durkheim, ao desenvolverem suas teorias basicamente na mesma época — industrialização da Europa — com a preocupação progressista do trabalho, apresentam, porém, visões opostas.

Marx afirma que o capital exige cada vez mais da força de trabalho, ocorrendo em conseqüência uma luta de classes que tende à modificação radical no sistema social, tendo em vista a diferenciação de funções que gera classes com interesses opostos (capital x operário).

Durkheim, baseando-se no consenso ideológico do século anterior, desenvolve, porém, a teoria de que todos os homens são iguais em raciocínio e, por isso, ao invés da oposição de interesses, deve haver a cooperação. Isso resulta na interdependência de classes e na coesão entre elas, elevando-se conseqüentemente a produção.

1.4 Alguns Enfoques Sobre a Economia Camponesa

Como se pretende, neste trabalho, estudar a organização social dos produtores rurais que dedicam grande parte de suas atividades à *Casa de Farinha*, desenvolvendo tarefas econômicas e sociais, torna-se necessário enfocar alguns aspectos teóricos de estudiosos da economia camponesa de uma maneira geral. Dentre esses autores, destacam-se Firth, Mendras, Mair e Godelier, cujos temas podem servir de embasamento teórico para este estudo.

1.4.1 Firth afirma que "Uma economia camponesa significa um sistema de pequenos produtores, com uma tecnologia e um equipamento simples, que quase sempre se apoia primordialmente para a sua subsistência naquilo que eles mesmos produzem"[5]. Essa afirmativa foi baseada em estudos realizados com camponeses europeus, mas nem por isso deve ser abandonada, pois o conteúdo é importante para se entender as demais sociedades rurais quanto ao aspecto econômico.

Para Firth, o camponês possui um referente econômico que é o cultivo do solo e, em conjunto com outros componentes da comunidade, participa de uma organização econômica simples. Simples, porque as transações comerciais são pouco numerosas quanto à quantidade de produção a ser comercializada e também porque,na impossibilidade de utilizar uma tecnologia mais sofisticada, os trabalhos são normalmente desenvolvidos ocupando excessivamente a mão-de-obra familiar. A tecnologia e equipamentos de trabalho também são simples porque caracterizados por uma certa paralisação do estado físico das técnicas utilizadas.

A subsistência se fundamenta em uma parte da produção ser destinada ao consumo dos produtores e a outra parte ser convertida em produto cambiável destinado à compra de produtos não produzidos em suas terras. A utilização de uma tecnologia simples resulta em produção basicamente para a sobrevivência do grupo doméstico.

Para a situação em pauta, deve-se considerar que os produtores rurais, constituídos em família conjugal,utilizando a força-de-trabalho familiar e a tecnologia simples, também produzem a sua subsistência e o "excedente", transformado em "dinheiro",

é destinado à compra dos "meios de existência", ou seja, às necessidades básicas. Portanto, com essa definição do que seja uma economia camponesa, tentar-se-á, em comparação com outros autores, compreender melhor o processo social do mandiocultor em estudo.

1.4.2 Mendras[6], argumentando sobre a produção camponesa, chega à conclusão de que o trabalho desenvolvido pelo camponês não é só para se nutrir, mas também para abastecer o mercado interno. Dessa forma, o grupo doméstico é ao mesmo tempo produtor e consumidor da sua produção e a terra não é um meio rendável, assim como não o é o trabalho familiar. O que pode ser considerado rendável é o rebanho, pois a reprodução representa certa monetarização. E a dieta alimentar da família camponesa está intimamente relacionada com a produção e as relações de produção.

Ao comparar a economia camponesa à primitiva, pode-se concluir, segunda Mendras, que: a) nas sociedades primitivas, os produtores não se interessam em elevar a produção; b) o produzido satisfaz as necessidades e não é necessário ocupar muito a mão-de-obra familiar; c) dessa maneira, basta produzir o suficiente para a sobrevivência. A economia camponesa age de forma que não só se abasteça, mas produza também para nutrir o mercado consumidor não produtor. Esse "excedente" é utilizado na comercialização e, por isso, sofre pressão constante para elevar a produção, utilizando-se os mesmos bens e serviços, sem serem modernizados e/ou aperfeiçoados. Dessa maneira, o sistema de manutenção é também uma constante na sociedade camponesa.

A partir dessa teoria, pode-se concluir que a sociedade camponesa, mesmo participando do abastecimento do mercado interno, através da venda do "excedente", está, basicamente, criando os mesmos meios da produção da sociedade primitiva. Isto ocorre não só porque as mudanças tecnológicas são lentas, como também a lucratividade do trabalho é reduzida, não contribuindo para uma melhor tecnologia e o aumento da produção. Embora esses dois tipos de sociedade econômica — a primitiva e a camponesa — se assemelhem quanto à utilização dos recursos disponíveis — a sociedade camponesa ocupando mais o solo e a força-de-trabalho — não há, quanto a esta última, a obtenção de lucro, uma vez que o consumo da unidade residencial é mais diversificado, quantitativa e qualitativamente. Desse modo, a quantidade produzida não chega a representar muita rentabilidade.

1.4.3 Godelier, por sua vez, admite que a necessidade de produzir o "excedente" para a comercialização é que realmente resulta numa maior divisão do trabalho e no uso do homem pelo homem. As atividades de subsistência acrescidas de novas técnicas podem, ao invés de elevar a produtividade, resultar em mais tempo ocioso, que será aproveitado em contatos sociais. Isto porque:

> *Quanto mais fraco o nível tecnológico de uma sociedade, quanto mais simples o sistema econômico, tanto menos alternativas há para uma escolha econômica e menor é o máximo de produção que a sociedade pode atingir.*[7]

Esta afirmativa está confirmando o que Mendras referenciou, quanto à produção comercial camponesa. A utilização dos meios de produção, dentro do modo de produção camponesa, resulta

em produzir para o consumo familiar e para a venda. A produção do "excedente" comercializável contribui para a maior divisão do trabalho, como já discutido. O nível tecnológico está relacionado com o sistema econômico, porque oferece, ou não, alternativas de produção. Se a modernização tecnológica propiciar bons lucros, logicamente a economia "envolvente" será maior e assim sucessivamente. Existem ainda dois fatores distintos que devem ser discutidos e analisados. O primeiro refere-se à necessidade do "excedente" cambiável. Admite-se que é a necessidade da provisão dos grupos domésticos que estimula a produção e, conseqüentemente, "sobras comercializáveis". Em segundo lugar, quanto ao aproveitamento do "tempo ocioso" em contatos sociais, pode-se afirmar que, na região em estudo, a agricultura de subsistência foi pouco acrescida de tecnologia mais moderna, não ocorrendo substancialmente a substituição do homem pela máquina e, em decorrência disto, não aconteceu a sobra de tempo que poderia ser aproveitado em contato social. Não ocorreu, também, um substancial aumento do "excedente" comercializável porque não chega, quase sempre, a se obter o necessário para acompanhar os índices inflacionários e a exploração econômica por parte dos que não são produtores.

De acordo com Mair, a "Economia é um aspecto da organização social...que diz respeito à maneira como as pessoas administram seus recursos (principalmente, não totalmente os materiais) e sobretudo a escolha que fazem entre os diferentes usos destes"[8]. E por economia de subsistência entende-se que os produtores esperam usar o que produzem para satisfazer suas próprias necessidades.

Por isso, a organização da produção camponesa é caracterizada pela lavoura de subsistência, onde os produtores rurais buscam a satisfação das necessidades básicas. Esses meios de existência ocorrem na forma de consumo da produção e, às vezes, da aquisição de produtos não produzidos na *roça*. É quanto a esse aspecto que se afirma ter os pequenos produtores rurais a capacidade de gerenciar a sua produção e suprir as necessidades domésticas. É no uso dos recursos que surgem as relações sociais, dentro desse modo de produção e fora dele. Dentro, porque o "produzir" exige organização, tanto em relação aos trabalhadores quanto aos outros meios de produção. Fora dele, porque é no processo de comercialização que o produtor rural tem oportunidade de contactar mais diretamente com um ambiente diferente quanto aos aspectos sociais e culturais, ambiente esse que se apresenta como "aproveitador" do "excedente" da produção camponesa.

1.4.6 Alguns autores que trataram do camponês brasileiro, também enfocam assuntos que podem ser ligados às hipóteses dessa investigação científica. Dentre eles, Jacques Lambert afirma que "Tanto em virtude da ignorância decorrente do tipo de vida do caboclo, quanto a sua miséria, a agricultura constitui-se o centro de resistência ao desenvolvimento do país"[9].

Não se pode concordar com o autor, quanto a este aspecto da agricultura brasileira. O que ocorre é que o camponês não dispõe de condições para melhor explorar a sua terra. Ele não tem acesso a novas técnicas de cultivo, assistência creditícia e também não lhe é garantida a comercialização da sua produção. A tendência para que não haja uma elevação do nível de vida do peque

no produtor, é imposta principalmente pelo sistema, através da exploração do camponês, contribuindo para a riqueza de outras classes sociais.

1.4.7 Graziano da Silva, por sua vez, argumenta, a respeito da agricultura de subsistência brasileira, o seguinte:

> *A pequena produção é ainda responsável pela maior parte do abastecimento alimentar das cidades e do próprio meio rural, tendendo-se a produção capitalista e outras atividades que podem ser consideradas mais rentáveis. Entre estas destacam-se algumas culturas de transformação industrial e a pecuária.*[10]

A agricultura de subsistência na região em estudo é praticada geralmente em pequenas áreas de terra, ocupando a mão-de-obra familiar e utilizando métodos e técnicas de cultivo pouco modernizados. Mas nem por isso deixa de abastecer o mercado interno. Esse abastecimento dos centros urbanos é necessário porque, em geral, as grandes propriedades estão voltadas para a monocultura destinada à exportação e/ou a pecuária. Portanto, mesmo com a produção e a produtividade baixas, a pequena propriedade produz mais da metade dos produtos alimentares que abastecem o mercado interno. A exploração da terra, nessas condições, é pouco satisfatória e ocasiona o desgaste excessivo do solo. Para compensar este desgaste utiliza-se, como medida paliativa, quando há terra disponível, a rotação de cultura ou o cultivo consorciado que faz reduzir a colheita. É, porém, um mau necessário, na atual conjuntura econômico-social.

1.4.8 De acordo com Furtado, a agricultura, além de ser uma

atividade econômica, é a base da organização social e política nos países subdesenvolvidos onde a maioria da população vive na zona rural:

> *É na observação das sociedades essencialmente agrícolas que se percebe claramente a diferença entre liquidação do subdesenvolvimento e desenvolvimento...Nos países subdesenvolvidos, a sociedade põe à disposição da massa rural apenas o necessário para a sua subsistência...*[11]

Parte da produção é destinada ao consumo do grupo doméstico, como forma de pagamentos aos trabalhos prestados. E o "restante" é vendido para abastecer a população urbana. Por isso é que "as estruturas subdesenvolvidas não se desenvolvem: elas são substituídas por outras com aptidão para desenvolver-se"[12].

Admite-se que a agricultura dos países subdesenvolvidos é uma atividade econômica praticada pela maior parte da população, visando abastecer quase que exclusivamente o consumo familiar. Ela é um apêndice das atividades mais rendáveis porque não tem condições de evoluir e tem a necessidade "econômica" de continuar abastecendo o mercado interno.

O fato de se colocar à disposição da massa rural apenas o suficiente para sua subsistência, não significa que possam ser dispensados os meios necessários para que essa atividade eleve a produção e a produtividade, como assistência técnica e creditícia, armazenamento e escoamento da produção. Enquanto esses meios não são viabilizados, é impossível a acumulação de recursos porque o que se produz é para atender às necessidades de sobrevivência, e a quantia apurada, através da venda do"excedente", se destina à compra de outros produtos para a provisão da família.

1.4.9 Referindo-se à agricultura nordestina do Agreste, Correia de Andrade, admite que é uma região constituída por cerca de 85% de propriedades inferiores a 20 hectares. O escalonamento econômico é baseado na quantidade e qualidade da terra, assim como na sua localização. As práticas agrícolas são de lavoura de subsistência; porém, paralelo a essas atividades, alguns camponeses desenvolvem trabalhos de arte, tais como carpinteiro, pedreiro, etc., visando uma complementação da renda familiar.

> *O nível de vida poderá ser elevado quando houver maior assistência creditícia, técnica e educacional para a utilização melhor dos recursos. Isto se tiverem a produção e a comercialização organizada, eliminando o agiota e o intermediário.*[13]

A situação fundiária no Nordeste é realmente assustadora, pois há os grandes proprietários utilizando recursos técnicos e explorando bem a terra, tornando-a cada vez mais produtiva. Paralelo a essa situação, encontram-se os assalariados da agricultura, os pequenos proprietários e outras relações de trabalho, tais como meeiros, posseiros, rendeiros, que fazem da pequena área de terra o seu "ganha pão". Estas terras não podem produzir além da capacidade atual, porque lhes faltam os meios fundamentais para uma melhor produção. O que caracteriza a baixa renda *per capita* são as pequenas extensões de terra e a exaustão do solo, assim como as atividades agrícolas desenvolvidas aplicando-se baixa tecnologia.

1.4.10 Aguiar, ao estudar a transformação da mandioca na região do Cariri, Nordeste, concluiu que

> *O desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção mercantil, todavia, é limitado. A acumulação se dá de forma distinta da que emprega o capitalismo industrial, pois decorre apenas parcialmente do investimento em técnicas mais complexas. O desenvolvimento técnico, embora ocorra, é contido pela organização social da produção agrícola e pela periodicidade sazonal da produção.*[14]

Ainda segundo Aguiar, embora ocorram mudanças, a adoção de técnicas mais modernas não modifica a organização da produção, pois as relações de assalariamento são substituídas pelos contratos de parceria.

Os trabalhos da *farinhada*, no Cariri, são mais associados à lida doméstica, ocorrendo também a participação do homem, embora a remuneração da mulher seja por diária, enquanto a do homem é por produção e superior à da mulher.

1.5 Colocações Finais

O tipo de indústria caseira rural da *Casa de Farinha* representa elevada importância econômica e social na região em estudo.

A divisão social do trabalho caracteriza esse sistema produtivo, encaixando-se — de acordo com a teoria de Durkheim — nos dois aspectos da solidariedade social — a orgânica e a mecânica. É mecânica enquanto não foi motorizada, e orgânica quando mais modernizada devido à especialização que requer essa operação.

Quanto à transformação do método de produção utilizada pela CF, pode-se recorrer à teoria de Marx que se relaciona ao

sistema de arrendamento e à venda da força-de-trabalho como complementação da renda familiar.

Em termos da ocupação da mão-de-obra, pode-se comparar com o que é descrito por Aguiar em seu trabalho sobre a *farinhada* do Cariri, quanto às funções desenvolvidas por homens e mulheres e à renumeração correspondente.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAP. 1

[1] DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. Lisboa, Presença, 1977. p.51-154.

[2] Idem, op. cit., p.71.

[3] MARX, K. *Sociedade e mudanças sociais*. Lisboa, Difel, 1976. p.65-6,

[4] Idem, op. cit., p.202.

[5] FIRTH, R. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p.102.

[6] MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, 1978. p.44-62.

[7] GODELIER, M. Antropologia Econômica. In: COPAS, J., TORNAY, S. & BACKES-CLÉMENT, C. *Antropologia, Ciência das sociedades primitivas?* Lisboa, Martins Fontes, 1977. p.238.

[8] MAIR, L. *Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p.156-7.

[9] LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo, Nacional, 1978. p.149.

[10] SILVA, J.F. Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1978. p.165.

[11] FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Nacional, 1975, p.313-14.

[12] Idem, op. cit., p.213.

[13] ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980. p.145.

[14] AGUIAR, N. A transformação da mandioca. In: _____. *Tempo de transformação no Nordeste*. Petrópolis, Vozes, 1980. p.127.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 Formulação das Hipóteses

A proposição deste trabalho, conforme comentado na Introdução, é analisar e compreender melhor a organização social dos pequenos agricultores do Recôncavo Baiano, especificamente dos municípios de Cruz das Almas, Muritiba, São Felipe e Sapeaçu. Estes agricultores praticam a mandiocultura e processam a raiz da mandioca transformando-a em produto comercializável.

Para o estudo do que foi proposto, foram estabelecidas as seguintes hipóteses:

1. Existe uma organização social na *Casa de Farinha* baseada na divisão do trabalho familiar, no sexo e na idade, e que ocasiona o aumento da produção e a coesão social entre os produtores.

2. A *Casa de Farinha* é considerada culturalmente como uma unidade produtiva vinculada à esfera doméstica e, por isso, mulheres e crianças participam com maior intensidade em relação ao elemento masculino.

3. A adoção de equipamentos mais modernos de trabalho ocasionou uma menor ocupação da força-de-trabalho familiar e modificação no uso das instalações, assim como maior necessidade de arrendamento da *Casa de Farinha*.

Na tentativa de estabelecer uma ligação entre as teo

rias consultadas e as hipóteses propostas neste trabalho, fez-se uma síntese das partes que podem ser utilizadas para subsidiar na comprovação ou não dessas hipóteses.

Para a primeira, optou-se pela teoria de Durkheim, quanto ao aspecto da divisão social do trabalho. A coesão social entre os produtores rurais e o aumento da produção podem ser fundamentados na solidariedade orgânica, porque ocorre a inter dependência dos componentes, provocando, conseqüentemente, maior cooperação e produção.

A segunda proposição hipotética pode ter o embasamento da análise de Neuma Aguiar em seu estudo sobre os componeses do Cariri, que estão envolvidos no processo de transformação da mandioca. Segundo a referida Autora, a *farinhada* (processamento da raiz da mandioca) é uma atividade complementar agrícola, não só devido à periodicidade sazonal, mas também quanto à organização social da produção. A organização social da produção está, para ela, relacionada com a divisão sexual do trabalho, em que os homens desenvolvem os trabalhos que exigem mais esforço físico e as mulheres, os mais associados às atividades domésticas.

A opção feita para a terceira hipótese é alicerçada na teoria de Marx de que o capital sempre exige mais da força de trabalho, porque a maior divisão do trabalho e o uso de equipamentos mais modernos resultam em maior produção. Produzindo mais, o preço da produção no mercado cai. Para contornar a situação, o "capitalista" deve aumentar, a todo custo, a produção, utilizando basicamente o mesmo tempo do operador. A especialização nos trabalhos faz com que o trabalhador produza mais, ocasionando o

desemprego e a concorrência entre eles. Outro aspecto que provoca gradativamente a dispensa do trabalhador assalariado é a máquina. Assim sendo, as relações de trabalho vão sendo modificadas à proporção que se modificam os meios de produção.

Para testar as hipóteses levantadas para esse trabalho, combinaram-se diferentes métodos e técnicas de pesquisa, o que possibilitou uma gama de informações qualitativas e quantitativas, propiciando a análise e compreensão da situação, para o que se procedeu à fase seguinte — coleta de dados.

2.2 Coleta de Dados

Para se efetuar o estudo da diversidade do comportamento sócio-cultural de qualquer comunidade, deve-se ater a métodos e técnicas que possibilitem uma melhor e mais nítida visão da situação-problema. Uma descrição etnográfica não deve ser baseada apenas em informações contidas em entrevistas formais e informais, mas também em dados que são melhor obtidos através de observações participantes. Dentro da Antropologia, é esse aspecto que enriquece e torna mais real e confiável o trabalho como um todo.

Partindo-se do princípio de que uma análise antropológica deva retratar os hábitos sócio-culturais da população em estudo, é que se optou por executar um trabalho de campo bastante aprofundado. Para esse aprofundamento ser concretizado, a pesquisadora fixou residência em um dos municípios em estudo (Cruz das Almas) durante um período de dois anos consecutivos, o que correspondeu desde a fase de elaboração do projeto até a redação

final da investigação efetuada. Essa alocação possibilitou um melhor inter-relacionamento entre pesquisadora e informantes e maior interesse dos entrevistados em fornecer os dados necessários. Talvéz por isso se justifique que, embora natural de outro Estado — Minas Gerais — a pesquisadora tenha tido uma boa acolhida pela população da área em estudo, o que propiciou o andamento normal dos trabalhos de campo.

A partir dessa fixação de moradia na área em estudo, procedeu-se ao desenvolvimento das etapas subseqüentes, necessárias ao desenrolar da pesquisa.

Os trabalhos de campo se estenderam no período de março de 1979 a março de 1981, porém, mesmo posterior a essa data foram mantidos, sempre que necessário, contatos diretos com as comunidades em investigação.

A primeira fase foi o levantamento de dados censitários junto aos órgãos da administração pública. Esses dados versavam sobre demografia, aspectos geográficos e principais atividades econômicas rurais, obtendo-se um conhecimento geral sobre o tipo de agricultura praticada no Recôncavo e o relacionamento dessa com a CF.

A etapa seguinte do trabalho refere-se a entrevistas informais. Foram estabelecidos contatos com produtores rurais que vivem no local da pesquisa, com autoridades municipais, tais como prefeitos, vereadores, médicos, professores, etc, e também com pesquisadores dos órgãos de Pesquisa e Extensão Rural que trabalham em Cruz das Almas, como: Escola de Agronomia da Universida

de Federal da Bahia (EAUFBa); Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CNPMF/EMBRAPA); Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA); Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) e Instituto Baiano do Fumo (IBF).

Posteriormente a essa etapa, procedeu-se ao levantamento das CF em funcionamento na área da pesquisa e à delimitação do espaço a ser estudado.

Foram entrevistados 80 estabelecimentos agrícolas, distribuídos nos quatro municípios que compõem o universo de estudo. Essas propriedades agrícolas, além de praticarem a mandioca cultura, transformam a produção da mandioca em farinha de mesa na *Casa de Farinha* (CF) de sua propriedade. Foram investigadas 20 CF em cada município, o que representa a percentagem aproximada de 20% das *Casas de Farinha* em funcionamento.

Essa mensuração aproximada das percentagens se justifica porque não há levantamentos censitários que esclareçam especificamente o número de CF em cada município. Há, sim, dados informativos sobre as indústrias caseiras rurais, entendendo-se por indústria caseira rural a CF, a olaria, a carpintaria, etc. Esse foi o primeiro obstáculo vivenciado nos trabalhos de campo. Para solucionar essa situação problema, observou-se o procedimento a seguir descrito.

Em cada localidade rural que fazia parte da área da pesquisa foram consultados todos os chefes de família responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas. Para se ter acesso a essa população, foi necessário percorrer toda a zona rural, com a

finalidade de descobrir o número total das CF, tradicionais ou modernas, em funcionamento. Esta etapa do trabalho de campo possibilitou o conhecimento e a delimitação da área da pesquisa. Dessa forma, fez-se o levantamento total dessas unidades produtivas, embora não houvesse possibilidade de fazer o mapeamento da região.

Essa primeira medida favoreceu bastante o andamento dos trabalhos pois, ao mesmo tempo em que se manteve o contato inicial com a população, foram, não somente, conhecidas todas as comunidades rurais, mas também conhecidas algumas informações interessantes relacionadas ao estudo.

Das informações obtidas nessa fase, por exemplo, pode-se concluir que a escolha das comunidades preenchia as condições necessárias para a mensuração da variável principal; os trabalhos desenvolvidos dentro da CF durante o processamento da mandioca. Em primeiro lugar, esse aspecto foi escolhido porque os derivados da mandioca representam a base econômica da família camponesa e é dentro desse processo que se forma grande parte das relações sociais. Depois, porque os trabalhos são realizados conjuntamente por todos os membros da família conjugal e, às vezes são extensivos aos parentes e vizinhos.

Com os resultados obtidos nessa fase anterior, partiu-se para a etapa subseqüente—a entrevista formal, utilizando a forma de questionário. Objetivando boa aplicabilidade do instrumento de coleta, realizou-se o pré-teste. Para isso, optou-se por 12 unidades produtivas sendo, respectivamente, três em cada localidade. Depois da reelaboração do questionário definitivo, es

te foi aplicado pessoalmente pela pesquisadora nas 20 CF de cada município. O questionário englobou uma grande diversidade de aspectos, destacando-se dentre eles: características físicas, sociais, econômicas e culturais do agricultor, da propriedade, da família e principalmente da CF.

O questionário continha perguntas fechadas e abertas (cf.Anexo 1), sendo que estas últimas foram em maior quantidade, devido aos objetivos do trabalho. Os aspectos abordados nessas entrevistas formais referiam-se a:

- Família — idade, sexo e ocupações desenvolvidas dentro e fora da CF pelos membros; produção, consumo e comercialização semanal, e tipos de relacionamento com outras famílias.
- *Casa de Farinha* — tempo de instalação da CF, tipos de atividades comumente desenvolvidas por trabalhadores de ambos os sexos; tempo de duração e participação nas tarefas da CF, ocupações atuais e anteriores, assim como a divisão do trabalho.
- Tecnologia — oferta e demanda da CF tradicional e modernizada, enumeração dos equipamentos de trabalho antigos e modernos, tipos de instalações da CF; época da adoção dos novos equipamentos e renda familiar.
- Atividades sociais — relações entre proprietário e usuário arrendatário; religião, educação e transporte.

O processamento dos dados do questionário foi realizado no Serviço de Computação da Universidade Federal da Bahia.Após a leitura das tabelas, sentiu-se a necessidade de uma complementação que foi efetuada através da observação participante.

Esta nova fase, a observação participante, foi realizada em 25% do total das CF em investigação, ou seja, 20 *Casas de Farinha* das 80 entrevistadas em todos os quatro municípios. Realizou-se esse trabalho em cinco CF em cada município. O período de duração em cada unidade produtiva foi de cerca de cinco dias, tendo participado em cada CF de uma média de dois processos de transformação, ou seja, observou-se e participou-se de duas fabricações de farinha em cada unidade produtiva.

Para a concretização dessa fase do trabalho, foi necessário permanecer na CF em observação, observando e participando do desenrolar das tarefas de produção da farinha de mandioca. Isso aconteceu desde o carregamento da matéria-prima para a CF, descascamento, ralagem, peneiragem, prensagem,torrefação, segunda peneiragem, ensacamento, até a venda ao intermediário na porta.

Esse trabalho possibilitou, além da coleta de dados importantes, informações complementares e uma maior interação com a população em estudo.

Os aspectos mais observados e discutidos foram quanto a:

- Modo de produzir — Quem e como se fabrica a farinha de mesa; relações de parentesco e de amizade; idade dos trabalhadores e atividades por eles desenvolvidas; trabalho familiar e assalariado; etapas mais importantes da transformação da raiz;

- Economia — Produção semanal da família proprietária e arrendatária; critérios e quantidades de produção comercializada; bens de proprietários e arren

datários; condições financeiras e/ou de crédito nas lojas revendedoras dos novos equipamentos e gastos de manutenção;

. Atividades agrícolas — Área do estabelecimento; área de cultivo; tipo e produtividade; destino da produção; tipo da mão-de-obra ocupada e principais produtos agrícolas.

Como instrumento para as anotações dessas observações foi utilizado o diário de campo. Na medida do possível e sob a autorização dos informantes, foram sendo transcritas as informações mais importantes. O uso do diário de campo propiciou condições para que as citações dos informantes fossem usadas como será visto no decorrer da dissertação. Foi realizada uma adaptação na linguagem expressa pelo camponês, para facilitar a descrição, a escrita e a leitura.

Todos esses métodos e técnicas forneceram os elementos básicos e fundamentais para a reconstrução e análise das situações observáveis e uma maior e melhor compreensão dos hábitos culturais e sociais.

2.3 Experiências de Campo

As maiores dificuldades encontradas se relacionam à mobilização para os trabalhos de campo, principalmente no período invernoso. Nesse período, as estradas de acesso às unidades produtivas ficam praticamente intransitáveis. Isso possibilitou vivências e experiências interesantíssimas, tais como, ficar com o carro preso na lama, impossibilitada de dar continuidade

à viagem, furar o pneu, sem ter quem trocar, acabar a gasolina devido às voltas que deveria se dar em busca de melhores estradas que conduziam ao local; o uso constante de marchas fortes, como primeira e segunda e que, além de forçar o motor do carro, eleva o gasto do combustível.

Além desses aspectos mencionados, existem aqueles que acontecem devido à falta de experiência em trabalhos de campo. Por exemplo, o vestuário (roupas e sapatos) não adaptáveis ao frio ou ao calor que pode ocorrer durante o dia de trabalho. Não ter em mãos guarda-chuva, chapéu, garrafa d'água, etc, para qualquer emergência ou locomoção a alguma localidade de difícil acesso.

Há necessidade, interesse e quase obrigação em aceitar os alimentos que a família em observação geralmente consome. Isso é necessário não apenas para evitar ferir-lhes a sensibilidade mas também conseqüentemente ficar mais "próximo" a eles. O uso da linguagem não científica,das roupas não extravagantes, suspender o cigarro se possível (porque não é hábito na zona rural em estudo, mulher fumar em público, principalmente quando a fumante não tem suas origens no local), além de alguns hábitos alimentares devem ser constantemente relembrados.

O pesquisador de campo que pretende realizar um bom trabalho científico deve estar sempre bem humorado,trajado sem sofisticação, atento e disposto a conversar com os informantes, sem impor as suas idéias.

Confessa-se que somente após grande parte dos trabalhos realizados, sentiu-se a necessidade de mudar alguns hábi

tos adquiridos em grandes centros urbanos, principalmente em relação à posição da mulher.

A problemática maior foi em relação à posição da mulher sozinha, dirigindo um carro nas "estradas da roça". As conseqüências de infringir essa norma social foram algumas vezes favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa, outras não. O controle social, na área de estudo, é grande quanto à posição da mulher. Existem, como em outras comunidades, principalmente nas menores, funções e ocupações que são basicamente masculinas ou femininas. Manejar um veículo motorizado é função masculina; portanto, a aceitação de uma mulher motorista não é imediata. Nesse caso específico, a pesquisadora estava infringindo os padrões de comportamento das comunidades rurais estudadas.

Essa situação problemática foi minimizada quando, através de conversações, a pesquisadora relatou que era professora da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, unidade de ensino que está localizada na cidade de Cruz das Almas, sede do município deste nome e faz parte da área da pesquisa em realização. Os produtores rurais sabem parcialmente sobre os tipos de trabalhos desenvolvidos nessa escola estando, portanto, relacionados com a agricultura regional.

Dessa forma, o fato de estar escrevendo "um livro" sobre a vida e as atividades desenvolvidas pelos camponeses que praticam a mandiocultura e que transformam essa produção em produto de consumo e comercialização favoreceu o relacionamento e o interesse em contribuir para o andamento dos trabalhos da pesquisa.

3 DESCRIÇÃO DA ÁREA

3.1 Caracterização do Recôncavo Baiano

No Estado da Bahia, a Microrregião 151 — Recôncavo Baiano é a que possui maior atomização fundiária. É composta por 26 municípios, possui uma extensão territorial de 6.497/km, contando, em 1978, com uma população de 534.367 habitantes, que representa o 4º lugar no Estado da Bahia[1].

A população dessa região começou a crescer no regime escravocrata e aristocrata, constituindo-se os engenhos de açúcar, naquela época, numa unidade sócio-econômica e cultural. O latifúndio praticava a monocultura da cana para a exportação e a pequena propriedade desenvolvia a policultura visando o abastecimento do mercado interno.

Perduram ainda hoje as práticas agrícolas desenvolvidas nos minifúndios, voltadas para o mercado interno. Por isso, as principais atividades agrícolas dos pequenos produtores do Recôncavo são mandioca, cana-de-açúcar e fumo. Porém, as grandes e médias propriedades desta Região estão, atualmente, praticando a pecuária e/ou a citricultura. Ainda existem, contudo, algumas dessas propriedades cultivando a cana-de-açúcar para fomentar algumas usinas das redondezas[2].

Um dos aspectos que mais influenciaram para o desenvolvimento da Região foi a sua posição geográfica. Situada bem pró

ximo à Capital do Estado, é cortada pelo rio Paraguaçu, de grande importância sócio-econômica no período colonial. Através de embarcações típicas — os saveiros — toda a produção regional era escoada pelo rio. Isto propiciou não só o aumento demográfico nas áreas ribeirinhas — como em Cachoeira, onde se situa um porto fluvial — mas também o desenvolvimento econômico e social da Região.

No período colonial, o meio de transporte terrestre mais comum era o jegue, que conduzia a produção até os saveiros que, hoje, quase inexistem como meio de transporte fluvial. Atualmente, o Recôncavo é muito bem servido pelas estradas de rodagem — federais e estaduais — que ligam uma cidade a outra, constituindo o carro motorizado, o meio de transporte mais comum. A zona rural, porém, não dispõe de estradas em boas condições de uso. Mesmo àssim, o ônibus é o meio de transporte terrestre mais utilizado, principamente aos sábados, conduzindo o agricultor e sua mercadoria às feiras-livres nas cidades. Sobrevive também o uso do jegue como um meio de transporte muito importante, não só de mercadorias como de pessoas.

Quanto ao aspecto de uso da terra, pode-se constatar que essa Microrregião, no ano de 1975, contava com 29.786 estabelecimentos agrícolas distribuídos em 51.540 hectares destinados à agricultura, sendo a lavoura temporária mais praticada que a permanente. Lavoura temporária, segundo o Censo Agrícola[3], compreende as áreas ocupadas e as em preparo para o plantio de culturas de curta duração — em geral menos de um ano — e que necessitam geralmente de novo plantio após cada colheita. Lavoura permanente, por sua vez, é a que ocupa área com plan

tio de culturas de mais de um ano de duração, obtendo-se várias colheitas através de apenas um plantio.

3.2 Atividades Econômicas

A pecuária regional é pouco representativa e é mantida mais como uma atividade paralela à agricultura, embora propicie não só alimentação para o próprio grupo doméstico como serve de fonte de renda complementar ao serem comercializados a carne, o leite, etc. É também utilizada como fornecedor de adubo orgânico e como meio de transporte.

A bovinocultura é geralmente praticada pelo médio e grande produtor rural, pois requer melhor situação econômica, técnica e creditícia.

Conforme Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário[4] de 1975, os municípios maiores produtores eram: Conceição do Almeida, Santo Antônio de Jesus e São Sebastião do Passé.

A suinocultura é desenvolvida, em geral, pelo pequeno produtor, utilizando as técnicas e recursos existentes. A alimentação desse animal doméstico é complementada com a ração adquirida na cidade, porém, com a alta dos preços desse produto, essa atividade está diminuindo paulatinamente. A produção dos suínos representa quase que 1/3 da de bovinos e os principais produtores são Maragojipe, São Felipe e Santo Antônio de Jesus.

A ovinocultura é desenvolvida muito pouco, sendo que a produção da galinha é predominante em relação às outras aves.

Em 1975, contava apenas com 15.612 cabeças e os maiores produtores foram Muritiba, São Felipe e Maragojipe.

3.3 Universo de Estudo

São quatro os municípios situados no Recôncavo Baiano que compõem a área de estudo: Cruz das Almas, Muritiba, São Felipe e Sapeaçu. Todos estão situados no planalto do Recôncavo e apresentam características geográficas, econômicas, sociais e culturais importantes para esta investigação.

Quanto ao aspecto demográfico, elaborou-se a TABELA a seguir para melhor caracterizar a população urbana e rural.

TABELA 1 - ÁREA TERRITORIAL E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	EXT.KM^2	POP.URBANA	POP.RURAL	POP.TOTAL
Cruz das Almas	144	25.461	11.510	36.971
Muritiba	266	14.289	17.063	31.352
São Felipe	153	4.564	14.991	19.555
Sapeaçu	130	4.604	8.657	13.261
T O T A L	693	48.920	52.221	101.140

FONTE: CEPLAB, 1979.

Vê-se, pela TABELA 1, que os municípios apresentam extensão territorial pequena, pois o maior dentre eles conta com 266 km. A população é aproximadamente de 145 habitantes por km^2 e a área rural tem mais habitantes que a zona urbana. Entre as sedes municipais, a do município de Sapeaçu é a menor de todas, sendo

apontada com apenas 4.604 habitantes. E a cidade que possui maior número populacional é Cruz das Almas, com 25.461 habitantes.

A população rural é maior que a urbana. Dessa forma, são considerados como municípios agrícolas, com exceção de Cruz das Almas, onde mais de dois terços da população, no ano de 1979, moravam na sede municipal.

As atividades agrícolas predominantes são basicamente as mesmas já citadas, ou seja, mandiocultura, fumicultura, cana-de-açúcar e citrus.

TABELA 2 - ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, ÁREA E PERCENTAGEM DOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	- 10 HECTARES			10 - 99 HECTARES			100 - 1000 HECTARES		
	Estab.	área	%	Estab.	área	%	Estab.	área	%
Cruz das Almas	943	2.738	83	186	4.712	16	10	2.479	1
Muritiba	2.235	5.979	84	378	9.978	15	31	8.891	1
São Felipe	1.635	6.000	82	331	8.032	16	22	3.502	2
Sapeaçu	1.052	3.319	82	211	5.165	17	13	2.417	1
TOTAL	5.865	18.036	-	1.106	27.887	-	76	17.289	-

FONTE: Censo Agropecuário, 1975.

Conforme a TABELA 2, a área de estudo concentra o maior número de estabelecimentos agrícolas em áreas inferiores a 10 hectares. À proporção que o tamanho da propriedade agrícola aumenta, diminui o número de estabelecimentos. Verifica-se, então, que a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 100 hectares (17.289 ha) é distribuída por apenas 76 propriedades, em confronto com os 18.036 ha das 5.865 pequenas propriedades, o que vem realmente comprovar uma grande atomização fundiária na região.

Na tentativa de estabelecer uma comparação entre os anos de 1960 e 1975, elaborou-se a TABELA a seguir.

TABELA 3 - ÁREA, ESTABELECIMENTO E MÓDULOS DOS MUNICÍPIOS

ANOS / MUNICÍPIOS	1960			1975		
	ÁREA	ESTABL.	MÓDULOS	ÁREA	ESTABL.	MÓDULOS
Cruz das Almas	10.699	1.215	8.8	11.590	1.140	10
Muritiba	35.245	4.337	8.1	25.397	2.645	9.8
São Felipe	17.745	1.536	4.6	17.534	1.988	8.8
Sapeaçu	11.007	1.162	9.4	10.902	1.276	8.5
TOTAL	74.696	8.250	30.9	65.963	7.049	28.1

FONTE: Anuário da Bahia - 1972 (censo Agropecuário da Bahia - 1975)

Conforme é percebível, a área de terra ocupada com estabelecimentos agrícolas, em 1975, é inferior à área ocupada em 1960, assim como também é inferior o número de estabelecimentos rurais. Verifica-se que, nos municípios de Cruz das Almas, Muritiba e São Felipe, o tamanho do módulo médio foi acrescido, em 1975, em relação a 1960. Isso sugere que tenha havido o desaparecimento de alguns estabelecimentos que provavelmente foram incorporados a outras propriedades. Revela essa TABELA que as propriedades são pequenas quanto à extensão de terra.

3.3.1 O Município de Cruz das Almas

A cidade de Cruz das Almas, dentre as demais, é a que oferece melhores condições para o comércio e a educação, contando, inclusive com curso universitário de Agronomia, assistência médica e bancária, além de ter um comércio mais variado. Encontram-se sediados nessa cidade cinco grandes órgãos que desenvolvem atividades relacionadas com a agricultura regional, sendo dois federais e três estaduais. Os órgãos federais são a Escola de A

gronomia da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA) e o Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CNPMF/EMBRAPA). Os órgãos estaduais são a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA), Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) e Instituto Baiano do Fumo (IBF). Esses órgãos, porém, não são muito procurados pelo pequeno produtor, o que pouco favorece a produção e produtividade do trabalho e da terra na área pesquisada.

Neste município, a produção agrícola é de fumo, mandioca, cana-de-açúcar e ultimamente, a citricultura, que está sendo desenvolvida pelos médios e grandes produtores.

A partir de pesquisa realizada na região, Brito[5] afirma que a lavoura da laranja é mais praticada pelo médio e grande produtor porque exige maiores condições financeiras e técnicas, propiciando uma relativa lucratividade. Por isso, ela está sendo optada como alternativa de produção.

Isto foi novamente constatado em nossa pesquisa de campo, pois são justamente os agricultores de maiores posses que desenvolvem essa atividade agrícola. Além do mencionado, acrescenta-se ainda o fato de haver melhores possibilidades de escoamento da produção, melhor organização da comercialização e, também, porque o produtor dispõe de outras rendas que lhe possibilitam esperar, em média, três ou quatro anos para a obtenção da primeira colheita.

3.3.2 O município de Muritiba

Este município conta com uma relativa igualdade de população na zona urbana e rural, porém a rural é superior. Ele apresenta, dentre os demais, maior produção de mandioca e fumo. O fumo produzido é basicamente, assim como nos outros municípios, para a exportação. As exportadoras compram a produção dos fumicultores, por preços irrisórios o que não compensa os gastos de produção. A continuação desse tipo de prática agrícola deve-se ao fato dos camponeses serem munidos por dinheiro — empréstimos pequenos — cedidos pelos armazéns do fumo durante a entressafra. A mandioca produzida, assim como em Cruz das Almas e Sapeaçu, é transformada nas indústrias caseiras da zona rural, após ser retirada a parte do consumo e vendida principalmente na forma de farinha de mesa.

Em relação aos demais, o município apresenta, ainda, a maior produção de gado bovino, porém, a de suíno e a de ovino também colaboram para sua economia. A suinocultura geralmente é praticada no fundo do quintal, sem interferência técnica e balanceamento alimentar.

3.3.3 O município de São Felipe

Este município tinha, em 1978, apenas cerca de um quarto da população morando na cidade o que mostra em parte serem as atividades econômicas mais voltadas para a agricultura. Os cultivos mais produzidos são mandioca e cana-de-açúcar. A cana-de-açú

car é ainda transformada, por meio da indústria caseira(engenho), em melaço ou rapadura.

O melaço é vendido nos alambiques pouco modernizados, fabricadores de cachaça, e que estão espalhados por todo o município. A rapadura é consumida pela família produtora é uma parte é vendida.

A partir de 1980, época posterior à aplicação do questionário desta pesquisa, a mandioca passou a ser vendida crua, ou ser levada para a cooperativa da CF, inaugurada recentemente (1980). Os agricultores que aderiram a essa prática foram os proprietários — alguns poucos — e os usuários arrendatários, além daqueles que faziam a farinha sem pagar pelo uso das instalações.

A CF, no regime de cooperativa, propiciou minimizar os gastos de produção, e, conseqüentemente, de pagamento da renda das instalações.

A cooperativa está causando polêmica entre os proprietários e ex-usuários arrendatários, e, conseqüentemente, conflitos de ordem pessoal ou familiar. Os donos das CF de São Felipe, principalmente os mais próximos à Cooperativa, ficaram sensivelmente prejudicados, pois não contam mais com a renda recebida, através do "aluguel" das CF; por isso, muitos proprietários estão tentando vender as suas instalações. Para eles, manter uma CF apenas para o uso doméstico não é compensatório, devido ao elevado custo de produção, pois a manutenção dos equipamentos e os gastos de combustível são basicamente os mesmos de quando havia quatro ou cinco famílias usando as instalações da CF.

A Cooperativa foi organizada pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED), da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia. Para a "conscientização" da população rural, foi contratada uma socióloga que atuou no campo durante cerca de 18 meses, promovendo encontros semanais com a comunidade rural.

Tivemos a oportunidade de participar de uma dessas reuniões. Os encontros aconteciam sempre à noite, horário mais disponível para os agricultores. Havia nessa reunião, apenas quinze produtores rurais, sendo o motivo da baixa freqüência estar ocorrendo, na cidade, uma celebração religiosa "missões", o que há 14 anos não acontecia.

Os participantes no final da reunião, concluíram que: "A união faz a força. Se o produtor se reunir, vai dar um bom empurrão no intermediário. Já se começa a sentir a queda do "quebra-faca" (ajudante do intermediário) e a melhora na hora de vender a produção. A cooperação entre eles, produtores, vai aumentar o interesse em plantar, trabalhar e comercializar. Vai ajudar também a fixar o jovem na roça, porque ele vai trabalhar e ver o lucro; por isso, não vai mais para a cidade buscar trabalho"[6].

Atualmente (1981), a Cooperativa não conta mais com a socióloga, atuando um agente administrativo, também contratado pelo CEPED.

Os trabalhos desenvolvidos pelos produtores, nessa CF, são realizados quase sempre no regime de mutirão. Uma família está sempre colaborando com a outra na transformação da mandioca. Os produtores fazem o revezamento para o uso das instalações, podendo até duas famílias fazerem a farinha, no mesmo dia, sem mistu

rar a matéria-prima ou a produção. Esse processo facilita a ocupação da CF durante todos os dias da semana, com exceção dos domingos.

A produção obtida, que é destinada à venda, é comercializada na própria CF, para os compradores que conduzem a mercadoria à Capital do Estado e a outros grandes centros urbanos. Os compradores não são sócios da Cooperativa; eles agem com as mesmas funções do intermediário. Muitos deles, porém, são empregados de grupos financeiros que possuem grandes supermercados.

Os equipamentos de trabalho são mais modernos e potentes que os das CF comuns. A tecnologia, modernizada quanto aos instrumentos de trabalho, foi adotada para propiciar melhor operacionalidade por parte dos fabricantes e dos compradores da produção.

A construção das paredes, piso e teto foi feita pelos sócios da Cooperativa. Apenas o projeto da construção e a montagem dos equipamentos foram executados por técnicos vindos de Salvador e São Paulo.

3.3.4 O município de Sapeaçu

Sapeaçu, entre os quatro municípios é o menor em extensão territorial. Foi desmembrado de Cruz das Almas há aproximadamente vinte anos, obtendo,assim, a sua emancipação política e econômica.

As atividades agrícolas desenvolvidas são, principalmente, a citricultura e a fumicultura. Os médios produtores que cul

tivam citrus, sofrem sensivelmente no período da safra. Isso ocorre porque, muitas vezes, não dispõem de condições para conduzir a mercadoria aos centros compradores. Por isso, às vezes, é mais compensatório deixá-la "perder-se no laranjal".

O senhor J.G., agricultor deste município, relatou o seguinte: "É! nos esforçamos e plantamos, capinamos e até adubamos; é tudo "perca" de tempo e dinheiro. Na hora de vender é só prejuízo. Então, o melhor é deixar as frutas apodrecerem no mato, pelo menos não estamos perdendo mais tempo e dinheiro"[7].

Esse aspecto é também mais uma perda de incentivo para os produtores que não dispõem de recursos econômicos. Além do mais, é motivo de preocupação para o abastecimento interno e para a sobrevivência dos que desenvolvem atividades de citricultura.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAP. 3

[1] BAHIA. SEPLANTEC. CEPLAB. *Anuário Estatístico do Estado da Bahia*. Salvador, 1978/79. p.231-325.

[2] BRITO, M.R. *Pequenos produtores rurais do Recôncavo; Cruz das Almas e São Félix*. Salvador, UFBa., 1979. Dissertação de Mestrado. mimeog. p.28-9.

[3] FUNDAÇÃO IBGE, Rio de Janeiro. *Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário; Bahia*. Rio de Janeiro, 1975. v.7. (Censos Econômicos de 1975). p.9-10.

[4] Idem, op. cit. p.56, 114 e 121.

[5] BRITO, M.R. Op. cit., p.20.

[6] Transcrição livre da fala de um dos participantes da reunião entre pequenos produtores de farinha, no Município de São Felipe, com o representante do CEPED (24.09.79):

> (A partir desta primeira transcrição, outras vezes serão transcritos depoimentos de camponeses da área do estudo, entrevistados informalmente durante a observação participante ou quando da aplicação do questionário da pesquisa).

[7] Transcrição livre de depoimentos de um agricultor do Município de Sapeaçu, por ocasião da aplicação do questionário da pesquisa (1979).

4 A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

Tentar-se-á neste capítulo abordar aspectos quanto à organização da produção de subsistência desenvolvida pela família nuclear dos camponeses. Essa produção objetiva basicamente a provisão alimentar dos grupos domésticos. Para a obtenção desta provisão, todos os componentes da família desenvolvem funções. Muitas vezes devido a área de terra ser limitada, é necessário subsidiar-se de outras fontes de renda. Essas fontes de renda complementares variam desde o trabalho de arte — pedreiro, carpinteiro, olarireiro, arrendamento da CF, como já mencionado, até o assalariamento na forma de diária de trabalho.

4.1 Composição da Família

A provisão da subsistência dos grupos domésticos é realizada, em 87%, pela família conjugal. A família é composta pelos pais e filhos, porém 13% das famílias pesquisadas são constituídas também de agregados que colaboram, quando em idade economicamente ativa, com os afazeres da família à qual se agregaram. Esses agregados são em geral, constituídos por genros, noras, netos, sobrinhos, pais, avós, tios e até mesmo afilhados; enfim, uma gama de categorias familiares e de amigos que se incorporaram à família conjugal que, neste caso, conta com mais um braço para a força-de-trabalho familiar. A organização da produção é

familiar, obedecendo à divisão do trabalho baseado no sexo e na idade. O líder, em geral é o chefe masculino, porém, na sua ausência, quem coordena os trabalhos é o chefe feminimo, a esposa. O chefe assume as funções de delegador e executor das tarefas agrícolas. Todos os componentes da família, inclusive os agregados, têm direitos e deveres. Os deveres estão relacionados com a execuçao dos trabalhos em prol da divisão alimentar: os direitos são os de satisfazer, pelo menos superficialmente, as necessidades básicas, na forma de alimentação, vestuário e repouso. Por isso, pode-se considerar que a família, trabalhando na terra e consumindo parte da produção desempenha o papel de unidade de produção e unidade de consumo.

A TABELA, a seguir, demonstra como é constituída a família do mandiocultor na área em estudo.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO EM CATEGORIAS DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS ESTUDADAS

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Chefe masculino	80	17,3
Esposa	67	14,5
Filhos	254	55,2
Agregados	60	13,0
TOTAL	462	100,0

FONTE: Dados da campo, 1979

Vê-se, pela TABELA 4, que 55% da população são constituídos por filhos. Há uma média de 3,18 filhos residentes atual

mente no campo, para cada família. Demonstra esse dado ser relativamente pequeno o número de membros familiares retidos em casa. Os chefes masculinos representam 17,3% dos componentes das famílias, mas nem todos desempenham as funções de chefe.

Entende-se por chefe de família aquele que organiza e coordena principalmente os trabalhos agrícolas. É geralmente do sexo masculino, e além das atividades de organização e coordenação, é executor das tarefas como os demais membros. Tem mais direitos e deveres em comparação com os outros membros da família, porque, ao mesmo tempo em que é líder, é liderado por suas próprias determinações, ou seja, ao desenvolver as tarefas que ele mesmo elaborou.

Dos chefes masculinos, 2,8% são viúvos ou vivem sem a companheira. Nessas unidades domésticas, as pessoas que se encarregam das "lidas da casa" são as filhas maiores ou alguma serviçal incorporada à família e que também desempenha, às vezes, a função de companheira atendendo aos "favores" do patrão. A situação dessa "doméstica" é bastante estranha: não faz parte real da família porque não é a esposa, isto é, "não casa de papel passado"; não recebe remuneração como assalariada e sua posição não é também igual à dos demais agregados.

Há uma relativa igualdade de sexo na população investigada, pois o elemento masculino é apontado por 51% e o feminino com 49%.

Além desse aspecto da composição familiar por categoria, foram agrupados os componentes familiares por faixa etária

conforme discrimina a TABELA a seguir.

TABELA 5 - GRUPOS ETÁRIOS REPRESENTANDO A IDADE DOS INFORMANTES

CATEGORIA - ANOS	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
1 - 10	121	26,1
11 - 20	133	28,7
21 - 30	50	10,6
31 - 40	34	7,3
41 - 50	42	9,6
51 - 60	40	8,6
61 - 70	32	6,9
+ de 71	10	2,2
TOTAL	462	100

FONTE: Dados de campo, 1979

Lê-se, na TABELA 5, que a categoria mais representativa em quantidade é a formada por indivíduos de 11 a 20 anos, num total de 28,7%. Esses jovens, dos 14 ou 15 até a idade adulta, começam a desenvolver os trabalhos propriamente ditos.Eles, nessa idade, são considerados pelos pais e empregadores como representando meia unidade de produção, porque a produtividade do trabalho não é normalmente equivalente à do trabalhador adulto. Os trabalhos mais desenvolvidos por esse grupo etário são os de ordem familiar, fazendo exatamente o que o chefe da família determina, sem ter muita opção por outro tipo de trabalho.

Esse aspecto é salientado pelo jovem M.D. "Nós que somos os filhos mais velhos temos obrigação de trabalhar para aju

dar os velhos [pais] e os irmãos mais modernos. Se nós não fazemos, então a coisa não vai bem não, porque tem muita gente para comer e pouca para trabalhar. Aí, quando os mais novos ficam grandes eles é que vão trabalhar para os mais pequenos. Aqui na roça isso é o que aconteceu com os velhos, o que acontece comigo e vai acontecer com os mais novos da casa"[1].

A partir dessa colocação, pode-se concluir que a força-de-trabalho infantil e jovem é uma alternativa de mão-de-obra, que os pais subsidiam na tentativa de pelo menos aumentar um pouco a produção. A faixa etária de 1 e 10 anos contava, na época da pesquisa, com 26,1% da população total. Essa categoria ocupava o segundo lugar em quantidade de componentes de acordo com a presente tabela. Esse grupo familiar basicamente constitui apenas unidade de consumo, porque, mesmo desenvolvendo alguma atividade sob a orientação dos pais, a produtividade do trabalho é baixa. As crianças com mais ou menos cinco anos começam a ser adestradas pelos mais velhos para executarem futuramente as tarefas necessárias ao ciclo agrícola ou à esfera doméstica. Sobre esse aspecto o produtor rural M.C.M relata: "Os meninos" "mais pequenos", dão é um pequeno adjutório, carregam uma coisa ou outra, mais trabalhar mesmo, eles não fazem não. Às vezes fazem uma capina num pedaço de terra, ou então ajudam a despelar o "pão-de-Deus" [mandioca] para fazer a farinha. Nós os velhos temos é que ensinar, senão o que vai ser dos filhos que não aprendem fazer nada na roça"[2].

Em terceiro lugar, na ordem descrescente, encontram-se os componentes familiares de idade de 21 a 30 anos, totalizan

do 10,6%. Esses membros são os que desenvolvem a maior parte dos trabalhos agrícolas. Eles constituem, segundo os empregadores e eles próprios, quando elemento masculino e em boas condições físicas, uma unidade de força-de-trabalho. É geralmente nessa idade de 21 a 30 anos que o camponês decide emigrar para os grandes centros ou permanecer na roça. Basicamente o mesmo ocorre com o grupo etário de 31 a 40 anos. Existem apenas 7,3% de adultos nesta idade, o que evidencia ainda mais a necessidade do camponês sair em busca de novas fontes de renda. Com o discutido até no momento sobre esse aspecto, percebe-se que, à proporção que os membros das famílias vão aumentando de idade, vão também ficando em quantidades mais reduzidas. Para se ter uma melhor visão sobre a composição etária do grupo doméstico foram agrupados os componentes familiares em grupos de vinte anos e os resultados obtidos estão discriminados na TABELA a seguir.

TABELA 6 - GRUPOS ETÁRIOS DOS INFORMANTES ESPAÇADOS EM 20 ANOS

CATEGORIAS ANOS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
1 - 20	254	55,0
21 - 40	84	17,9
41 - 60	82	17,1
+ de 61	42	10,0
TOTAL	462	100,0

FONTE: Dados de campo, 1979

Por esta TABELA 6, vê-se nitidamente que o maior número de pessoas está dentro do grupo etário de 1 a 20 anos, representando 55% de toda a população. Demonstra esse dado que há uma população jovem predominando, em comparação a outras faixas etárias. Constata-se que realmente a população vai decrescendo à medida que vai se elevando na idade cronológica. Isso pode ser melhor observado ao comparar os camponeses de 21 a 40, apontados por 17,9% da população geral e os de 41 a 60 que apresentam uma percentagem mais reduzida ainda, equivalente a 17,1%. Porém,os menos significativos quantitativamente são os que estão com idade superior a 60 anos, esses representando apenas 10,0% da população total.

Apenas 39% dos chefes de família entrevistados são oriundos da própria região, isto é, nasceram no local onde vivem. Os que chegaram, já adultos, de outro município ou estado, são 61%. Verifica-se, portanto, que os atuais moradores da região, na grande maioria, não são filhos da localidade e que aí chegaram já na idade adulta. Os objetivos das suas vindas foram, segundo suas próprias informações: a) Pretender fixar residência no local e desenvolver tarefas agrícolas. b) Contrair matrimônio, ou morar junto do companheiro que é da localidade. c) Situar-se em região mais próxima da Capital e das cidades que oferecem mais opção de emprego assalariado (o Recôncavo),em relação às suas terras de origem.

4.2 Economia Familiar

De acordo com Firth, "A organização econômica é um ti

po de ação social, envolvendo a combinação de vários tipos de serviços humanos entre si e com bens não humanos de modo a servir a várias finalidades"[3].

A partir dessa opinião de Firth, tentar-se-á analisar o aspecto da economia familiar praticada pelos informantes da pesquisa.

A população em investigação, como já mencionado, é constituída basicamente de pequenos produtores que praticam a policultura de subsistência, mas sua principal fonte de renda é obtida da mandioca. Justifica-se o termo pequenos produtores baseando-se no fato de que esses camponeses exploram e possuem, quando possuem, uma quantidade de terra limitada, usando práticas agrícolas pouco tecnificadas e a tecnologia da produção é quase sempre transmitida dos mais velhos para os mais jovens, ocupando a força-de-trabalho familiar e produzindo em quantidades também limitadas. Alguns dos aspectos que influenciam na preservação dessa tecnologia são: o difícil acesso aos instrumentos de trabalho mais modernos, a falta de recursos econômicos para sua aquisição e a impossibilidade de manuseio desses equipamentos, quanto aos conhecimentos de operacionalidade.

As rendas familiares são obtidas através da comercialização da produção "excedente", da venda de força-de-trabalho, de alguma outra atividade complementar e da utilização dos produtos produzidos para o consumo doméstico. A venda da produção familiar, principalmente a farinha de mandioca, representa a principal atividade econômica monetária da família camponesa. Porém, outras lavouras, como o fumo e a cana-de-açúcar contri

buem para o aumento da renda.

Além disso, como já referido, pratica-se na Região, em pequena escala, a venda de animais domésticos de grande e pequeno porte. O de grande porte é o gado bovino que, além de fornecer alimento, serve como meio de transporte e fornecedor de adubo orgânico. Os animais de pequeno porte são o gado suíno, o caprino e ovino. Além desses animais, os camponeses fazem de vez em quando uma pequena "caçada" de tatu, tartaruga, aves (passarinhos) e outros para serem vendidos ou ingeridos. Quando ingeridos, a colaboração para a economia doméstica resume-se no fato de não ter que empregar certa quantia em dinheiro na compra de carne ou outro produto alimentar.

O dinheiro obtido em todas essas transações comerciais é usado para a compra de alimentos não produzidos na *roça*, para a roupa da família, medicamentos, quando há recursos econômicos... Além disso eles se preocupam em melhorar a capacidade produtiva da terra, comprando algum tipo de adubo, ou ferramentas agrícolas. Porém, isso é feito esporadicamente em casos de muita necessidade.

A busca do trabalho assalariado constitui uma alternativa que o camponês encontra para solucionar parte do problema financeiro. Nas localidades da pesquisa, constitui-se uma prática bastante vivenciada a busca do trabalho assalariado na forma de diarista. Os mensalistas, se existem, são poucos. Isto ocorre devido a dois motivos: o primeiro é porque os estabelecimentos agrícolas da vizinhança que oferecem oportunidades de emprego não comportam, quanto ao trabalho e quanto aos recursos fi

nanceiros, os chamados trabalhadores mensais. Essas contratações são quase sempre eventuais, ocorrendo em geral, no período da safra ou em épocas invernosas quando se dá o preparo do terreno a ser cultivado. Os empregadores que contratam nessas condições são 48% das famílias camponesas. As outras famílias não pagam nenhum tipo de serviço desenvolvido nas suas terras.O segundo motivo é porque os próprios trabalhadores geralmente são donos das terras que exploram e não estão dispostos o mês inteiro a trabalhar como mensalistas. As vantagens econômicas do mensalista podem ser iguais ou inferiores às condições de trabalhador diarista, que, além disso, podem ser conciliadas com os trabalhos da sua própria *roça*.

Na população em investigação, 34% dos entrevistados nunca trabalharam como diaristas, pois executam apenas as suas próprias tarefas agrícolas. Isso acontece porque, às vezes, usufruem de melhores condições financeiras ou porque contam com a mão-de-obra familiar necessária para a execução das atividades. O chefe de uma dessas famílias, senhor I.M. disse: "Trabalhar muito nós trabalhamos, mas na terra de nossa propriedade. Essa trabalheira não dá dinheiro não, mais é melhor que trabalhar para os outros. Nós temos o que precisamos e dá para viver. Se apertar muito, nós comemos só a produção mesmo, ou melhor, só a farinha. Trabalhar para os vizinhos, nem eu nem minha família faz isso não"[4].

Essa informação evidencia que, para o senhor I.M.,vender a força-de-trabalho para os vizinhos é situação humilhante que não deve ser feita por ele nem por sua família. Mesmo que

haja muita necessidade, é preferível diminuir a quantidade e qualidade da alimentação familiar. Foi observado que os produtores que possuem uma quantidade de terra equivalente ou superior a 5 hectares comportam-se mais ou menos dessa maneira. Isso ocorre porque a produção agrícola é"suficiente"para o abastecimento doméstico e também porque, em geral, esse tipo de família nunca teve maiores necessidades de vender seu trabalho. Estes que se comportam assim, quase sempre são herdeiros de propriedades relativamente grandes para o local, em comparação às demais.

Foi constatado que 14% dos informantes dedicam a maior parte do seu tempo a um trabalho assalariado como diarista. Em vista disso, os trabalhos da sua *roça* ficam a cargo da esposa e dos filhos, porém sob a sua orientação e coordenação. A única atividade que a esposa e os filhos não desenvolvem é a comercialização da produção; esta continua tarefa estritamente do chefe da família. Dos 14% desses assalariados, 8% dedicam-se exclusivamente à venda dos seus serviços profissionais, desenvolvendo trabalhos dentro da CF, especificamente à torrefação da farinha. Geralmente são bons torradores e há sempre alguem interessado em seus trabalhos.

A remuneração por um dia de trabalho, na época da pesquisa (1979-1980), era no valor aproximado de Cr$150 00 para o homem adulto, trabalhando uma jornada de 8 horas por dia. E de Cr$75,00 para a mão-de-obra jovem e idosa, assim como para a mulher adulta.

Através de observação *in loco* , ficou constatado que

os empregadores têm preferência em contratar por empreitada.No contrato por empreitada (produção e remuneração), a produtividade do trabalho chega a atingir cerca de 2/3 a mais em relação aos trabalhos realizados por diária. Tal fato acontece porque, quando um trabalhador realiza os trabalhos na forma de diária, não se esforça muito em produzir. Ele sabe que o pagamento será efetuado quando completar a jornada de 8 horas de trabalho.

Por outro lado, quando um trabalhador está desenvolvendo trabalhos agrícolas por empreitada, a situação é invertida: só receberá se produzir o combinado no contrato.

Nesse tipo de trabalho por empreitada combina-se,por exemplo, capinar 1/2 hectare por Cr$2.000,00. O tempo que será gasto para a execução dos trabalhos é baseado na experiência do empregado, ou melhor, ele é quem determina o tempo necessário. O empregador só efetua o pagamento quando a tarefa é cumprida. Essa maneira de trabalho contribui para o dispêndio de mais esforço por parte do empregado e muitas vezes na ocupação da mão-de-obra familiar para que as tarefas sejam realizadas no período hábil. É por isso que o empregador prefere os contratos por empreitada. Logicamente pagará menos em relação aos trabalhos feitos por diaristas.

As duas posições divergem, mas não chegam a representar problemas, porque ambos, empreiteiro e empregador, no caso de maior necessidade procuram ceder, chegando quase sempre a um acordo.

Esses mesmos aspectos encontrados nas atividades agríco

las são também observados nos trabalhos do processamento da mandioca na CF, com a forma de empreitada surtindo mais produtividade na fase de torrefação, se a família não dispõe de tempo e condições físicas para executar essa atividade.

O trabalhador, como diarista, produz até 8 quartas (160 litros) de farinha, ou seja, uma quarta é produzida em cada hora de trabalho. Quando está trabalhando por empreitada, consegue torrar até 1 1/2 quarta de farinha por uma hora de serviço. Portanto, em 8 horas de trabalho, chega a produzir cerca de 12 quartas (240 litros) de farinha.

A remuneração no regime de empreitada é de Cr$15,00 por uma quarta (20 litros) de farinha torrada, podendo o trabalhador obter Cr$180,00 por dia, Cr$30,00 a mais que como diarista. Quando um torrador é bastante experiente, ele chega a produzir por empreitada até 15 quartas (300 litros) de farinha, recebendo uma quantia de Cr$225,00 por 8 horas de trabalho. Foi relatado pelo Senhor W.F., com mais de trinta anos de experiência: "Nós, aqui, sabemos quando o trabalho que nós fazemos é bom; então nós botamos o preço. Se o patrão quer pagar, nos trabalhamos, mas se ele não aceita, nós então vamos trabalhar na nossa *roça*, ou então ajudar um filho. Se nós não fazemos isso, nós ficamos descansando. Nós os "fracos" [pobres] também temos direito de receber quando trabalhamos, não é mesmo?"[5].

Essa é, em geral, uma maneira que o camponês, trabalhador na CF, encontra para usufruir melhor da experiência adquirida. Muitas vezes essa experiência profissional faz resultar em maior remuneração e receber, além disso, certa admiração

por parte dos parentes e amigos.

De acordo com Brito, em pesquisa feita na região,

> *Parece fora de dúvida que a evidência geral da força-de-trabalho em quotas contínuas de emprego, impedindo virtualmente os trabalhadores de se vincularem de maneira plena a uma só unidade produtiva, ou a uma só função, revela e reflete a própria estrutura econômica e social da área e da região.*[6]

No local da pesquisa, foi constatado que o poder da barganha da mão-de-obra é restrita, principalmente quanto à vinculação plena em uma unidade produtiva, porque é praticamente inexistente o contrato de trabalho por tempo indeterminado. É inexistente porque geralmente o empregador não dispõe de recursos financeiros para cobrir os gastos legais com este tipo de contrato, conforme consta do Estatuto do Trabalhador Rural.

De acordo com Sá Júnior[7], os problemas sócio-econômicos da ocupação do trabalho excedente encontrados no Nordeste se resumem no fato das unidades produtivas serem mais de tamanho familiar, explorando terras incultas. Essas pequenas propriedades vão-se multiplicando e os esfacelamento contribui para o aproveitamento da mão-de-obra. Assim sendo, não há muita oportunidade para a ocorrência de outros vínculos empregatícios. De fato, isso acontece nas localidades em estudo, porque existe uma atomização fundiária bastante acentuada (v.TABELAS 2 e 3, Cap.3) pequenas propriedades exigem grande número de mão-de-obra , embora cultivando pequenas áreas, devido à carência de técnicas e recursos. Logo, todos os trabalhos são basicamente desenvolvidos utilizando-se a força física humana.

4.3 Divisão do Trabalho

A organização da produção familiar é fundamentada na divisão do trabalho. Por isso é importante discutir a divisão do trabalho familiar porque 82% da mão-de-obra ocupada nos trabalhos realizados dentro do estabelecimento agrícola são provenientes das próprias famílias. Socialmente e através de treinamentos, todos são preparados para assumir todas as funções necessárias fortificando a participação e contribuindo para o desenvolvimento sem interrupção dos trabalhos. Essa divisão do trabalho também favorece a polivalência do emprego rural, porque a diversificação das funções de emprego visa aumentar a renda e assim garantir a sobrevivência do grupo doméstico.

A divisão social do trabalho se incumbe de ajustar as pessoas aos trabalhos conforme o sexo, a idade e as relações de parentesco. O fato de haver mais de 3/4 da força-de-trabalho ocupados no seio da família possibilita bastante a divisão do trabalho, porque há pessoas para executar variadas funções que são interligadas como é o caso dos trabalhos desenvolvidos na CF.

A criança, desde aproximadamente cinco anos, começa a ser preparada para as atividades domésticas quanto se trata da menina e para atividades de campo quando são meninos. Em geral, as meninas recebem orientações da mãe quanto às prendas domésticas e os meninos são conduzidos ao campo, orientados pelo pai. Porém, desde mais ou menos 8 anos a menina também recebe orientações sobre os trabalhos de campo e da CF, procurando de

senvolvê-los dentro das suas possibilidades. Ambos, meninos e meninas, são adestrados para as funções que serão futuramente aproveitadas em prol do grupo doméstico. Segundo o Senho A.J.R: "Os homens têm que trabalhar é no duro, no cabo da enxada. A mulher tem obrigação é de ajudar a mãe, nos trabalhos mais fracos, isto é, arrumar uma casa, fazer a comida e cuidar dos meninos mais pequenos. É por isso que, para os meninos, nós damos enxada e para as meninas, panela ou boneca"[8].

Com essa informação, observa-se que, para o informante, as obrigações são atribuídas desde a infância e ao chegar à adolescência os jovens estão basicamente preparados para desenvolverem tarefas agrícolas ou domésticas. A menina, para o referido entrevistado, tem mais funções a serem cumpridas, em relação ao menino. E o interessante é que mesmo desenvolvendo mais trabalhos (os domésticos e de campo) a menina é tida como apenas "ajudante".

Há casos de jovens de aproximadamente 12 anos, principalmente do sexo feminino, assumindo completamente a função de dona-de-casa ou de "fazedeira de farinha". Os meninos, em geral, começam a assumir suas funções mais tardiamente, mas mesmo como "ajudantes" participam dos trabalhos.

A coordenação das atividades agrícolas está sempre sob a chefia da família. Das famílias pesquisadas, 87% dos chefes são organizadores, cronometradores e executores das tarefas desenvolvidas no estabelecimento agrícola. Na falta do chefe masculino, por invalidez, mudança de residência ou falecimento, quem passa a assumir a chefia é a esposa. Foram encontrados na

região pesquisada 13% de mulheres como chefes. Essas, no início do desempenho dessa função, sentem dificuldades, mas com o decorrer do tempo e a experiência adquirida, passam a executar bem os trabalhos de chefia. Porém, mesmo com esta experiência de chefia, há problemas quanto à atividade de comercialização da produção, conforme disse a senhora chefe V.R.B: "Nós trabalhamos muito, damos o duro para sustentar a família, mas os homens acham que a gente não entende de negócio. Nós entendemos sim. Quando um comprador [intermediário] está querendo passar a gente para trás, aí então nós chamamos um irmão, um compadre... e então eles se entendem. Se nós não soubéssemos das coisas, nós não descobríamos que ele está querendo "passar a perna" [tapear] a gente, não é mesmo?"[9].

Com esse breve relato, pode-se perceber que a mulher chefe de uma família na zona rural pesquisada, na tentativa de coordenar bem as atividades, subsidia-se dos parentes ou vizinhos quando se sente ameaçada em sua posição. Essas situações acontecem porque a mulher encontra dificuldades em se impor, principalmente quando se trata de relações com pessoas que lhe são adversas, como é o caso do intermediário.

Sobre o papel da mulher, na área estudada, verificou-se que 97% das situações familiares são resolvidas exclusivamente pelo homem, tais como: solucionar problemas burocráticos (papéis em cartórios, atestados de óbito, etc); providenciar enterros, casamentos, batizados, assistência médica; solucionar conflitos familiares a nível de autoridade, etc. Quando o chefe é do sexo feminino, busca-se apoio nos homens que moram por

perto, como já mencionado:"É o homem que manda, porque ele sabe mais; a mulher serve mesmo é para ficar na cozinha, ou então cuidando das crianças". Esta é opinião do senhor S.G[10]. Apenas 3% dos informantes masculinos disseram que a mulher tem direito de emitir opinião, mas quem decide mesmo é o homem. Foi verificado através de observação *in loco*, que essas opiniões são também partilhadas por mulheres, esposas e filhas. Elas agem dessa forma porque estão condicionadas socialmente a esse comportamento. É um comportamente tão normal que, se chegar uma pessoa desconhecida, homem ou mulher, para conversar ou comprar alguma mercadoria na ausência do chefe masculino, a mulher diz que não pode atender porque o marido, "dono da casa", não está.

Ao se discutir a organização familiar das localidades em estudo, não se deve esquecer de mencionar as condições em que o camponês se encontra explorando a terra. Pode-se entender melhor a situação através da TABELA demonstrativa a seguir.

TABELA 7 - CONDIÇÕES DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO ÀS TERRAS EXPLORADAS

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Não responsável	2	2,5
Meeiro	2	2,5
Rendeiro	1	1,2
Herdeiro s/título	8	10,0
Proprietário	65	81,3
Outras	2	2,5
TOTAL	80	100,0

FONTE: Dados de campo, 1979

Vê-se, pela TABELA 7, que as condições de exploração das terras são bastante variadas. Os camponeses que estão na condição de proprietários são 81,3% dos entrevistados. Com isso, verifica-se que mais de 4/5 da população são donos das terras de onde retiram o sustento do grupo doméstico. Em segundo lugar, na ordem decrescente, encontram-se os herdeiros — apresentados por 10% dos estabelecimentos investigados — e que ainda não possuem o título da terra. Isso acontece porque ou não dispõem de condições econômicas ou não têm documento comprobatório das propriedades, para fazer a partilha legal. Os meeiros e rendeiros são poucos, havendo apenas 3,7% dos informantes, nessas condições.

É importante mencionar, mais uma vez, que a população pesquisada é, na sua totalidade, proprietária das instalações da CF, uma vez que gozam de certa condição econômica em relação aos demais. Essa situação privilegiada está relacionada com os recursos econômicos despendidos para a aquisição dos instrumentos de trabalho que compõem a CF, gastos de construção e manutenção, enfim, até quanto ao local para instalar a *Casa de Farinha*.

4.4 Comercialização da Produção

Como já discutido, a renda familiar camponesa da área pesquisada é basicamente conseguida através da venda dos produtos derivados da mandioca, outros produtos agrícolas, da venda da força-de-trabalho e arrendamento da CF. É baseado nessa cons

tatação que se tentará explicar como se processa a comercialização da farinha de mesa e outros derivados.

A venda, principalmente da farinha, acontece de duas maneiras: a primeira forma de comercialização da produção é efetuada através da venda ao intermediário, geralmente na porta; a segunda maneira de vender o referido produto é na feira-livre.

Feira-livre é um local situado no centro da cidade que, nos dias de quarta e sábado se destina a esse fim. Fica geralmente na praça próximo ao mercado municipal. Os feirantes ou barraqueiros (pessoas que vendem qualquer tipo de produto na feira) arrumam a barraca na véspera, com lona e madeira, e retiram-na à tardinha do dia da feira. Nesse local é vendido, normalmente, pelo produtor rural parte da sua produção semanal. Os compradores são quase sempre pessoas que moram na cidade e que necessitam dos produtos para o consumo doméstico. Cada barraqueiro, para usar um determinado local da feira, deve pagar ao fiscal da Prefeitura, semanalmente, uma quantia equivalente a Cr$20,00 .o metro quadrado. Usando esse mesmo espaço — normalmente predeterminado — duas vezes por semana ele pagará Cr$40,00. É importante informar que esse era o preço quando se procedeu aos trabalhos de campo (final de 1979 e início de 1980).

A população pesquisada informou que 62,5% vendem seus produtos diretamente ao "atravessador". Atravessador é o intermediário que se dedica à compra dos produtos da *roça*, com a intensão de vendê-los e obter algum lucro. Esses intermediários, em geral, dispõem de certa quantia em dinheiro para a aquisição dos produtos de seu interesse, às vezes, também, de um carro mo

torizado que é utilizado para conduzir mercadoria e pessoas que vão à cidade, ou vice-versa. Essa atividade de condução de pessoas também lhe dá alguma renda, pois é cobrado o mesmo preço do ônibus que passa pelas estradas da zona rural. Normalmente o atravessador tem dia certo para ir *à roça* fazer as compras. Isso facilita o seu trabalho e o do produtor, pois não se perde tempo em preparar ou colher a mercadoria. Ao chegar ao local onde vai efetuar a compra, o intermediário verifica a qualidade e quantidade do produto e determina o preço. O pagamento é efetuado no ato da compra, obedecendo aos preços por ele estipulado.

São as seguintes as justificativas apontadas por esses camponeses que vendem ao intermediário:

1º) É a melhor maneira de fazer o "negócio" porque o comprador vem na porta sempre que marca o dia.

2º) Não se perde tempo em conduzir a mercadoria à cidade ou à feira-livre.

3º) Não dispõem de condução para levar a mercadoria, farinha principalmente.

Os donos de CF que vendem sua produção na feira totalizam 25%; normalmente, estes possuem melhores condições para escoar e vender a produção, contando com barracas na feira. Quando vendem na feira, em barraca, a venda é efetuada ao consumidor diretamente. Além de produzirem a sua farinha, eles agem também como intermediários, comprando do vizinho e vendendo na feira.

De todos os informantes, apenas 6,5% não vendem a farinha, isto é, a produção é somente para o consumo familiar. A não comercialização da farinha de mesa é, às vezes, uma alterna

tiva imposta por situações externas ao processamento. Por exemplo, a prole está com família constituída em outras localidades, ou saíram do meio rural para trabalhar ou estudar na cidade. Por isso, o número de pessoas na casa não é o suficiente para cultivar e processar a mandioca. A força-de-trabalho familiar é basicamente inexistente e pagar trabalhadores não é compensatório financeiramente, já que a farinha para o abastecimento doméstico é oriunda do arrendamento da CF.

Apenas 2,2% não responderam a essa pergunta. Em geral, essas famílias camponeses têm outras fontes de renda, tais como o arrendamento da CF e a venda de outros produtos agrícolas.

O restante dos informantes — 3,8% — são camponeses que não têm uma posição definida de comercializar. Estes agricultores, em épocas de estiagem e entressafras, quando os preços são elevados, efetuam a venda do produto diretamente na feira livre. Isto não ocorre no período chuvoso e de preços baixos quando a comercialização é feita "na porta" através do intermediário, considerando a dificuldade em transportar a família sem que haja umedecimento do produto e conseqüente diminuição de qualidade.

Justifica-se a atuação do atravessador tendo em vista que não interessa, em geral, ao camponês se deslocar toda semana à cidade para vender a sua produção de farinha e, além disso, há a necessidade de obtenção de dinheiro para a provisão semanal da família. As compras e vendas que o intermediário realiza lhe possibitam alguma margem de lucro.

Pode-se ter uma melhor noção dos lucros obtidos pelo in

termediário a partir do que discrimina a TABELA 8.

TABELA 8 - VALOR DO PREÇO DO SACO DE FARINHA VENDIDO PELO MANDIOCULTOR AO INTERMEDIÁRIO E ESSE AO CONSUMIDOR

CATEGORIA	INTERMEDIÁRIO	CONSUMIDOR	DIF. POR SACO
1ª qualidade	875,00	1.250,00	375,00
2ª qualidade	750,00	1.000,00	250,00
3ª qualidade	625,00	750,00	125,00

FONTE: Dados de campo, 1979

Vê-se, pela TABELA 8, que o maior lucro acontece com a farinha de 1ª qualidade. Compra-se por Cr$875,00 e vende-se por Cr$1.250,00, obtendo-se um lucro de Cr$375,00. Esse é um dos principais motivos que levam o atravessador a se interessar mais pelos produtos de melhor qualidade. Porém, quando não encontra apenas bons produtos, ele compra os outros e mistura, vendendo a mistura como se fosse de excelente qualidade e o lucro é ainda maior. É importante frisar que o lucro foi determinado sem levar em conta os gastos que o intermediário tem ao comprar e vender a farinha de mandioca.

Com essa pequena amostra, constata-se que as vantagens econômicas são sempre do atravessador, que tem menos dispêndio de tempo e esforço físico para obter a lucratividade. O mandiocultor e sua família têm desvantagem, mas constitui-se numa alternativa no atual sistema social e econômico, porque, se deixar de produzir, as conseqüências para a família serão ainda maio

res.

Por todo o relatado, conclui-se que, para beneficiar o produtor rural, necessita-se de uma política sócio-econômica capaz de mudar o sistema de produção, escoamento e comercialização da farinha de mesa. Mas apesar de todas as desvantagens, esses agricultores continuam produzindo e abastecendo o mercado consumidor dos centros urbanos, não produtores, e dando oportunidades ao intermediário de obter renda, servindo de elo entre a *roça* e a cidade. É dessa maneira que as famílias camponesas, absorvendo desde a mão-de-obra infantil à idosa e ocupando pequenas quantidades de terra, conseguem produzir, vender e obter o mínimo necessário para suprir as necessidades básicas do grupo doméstico, sob a organização e coordenação dos seus chefes.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAP. 4

[1] Transcrição livre de depoimento de um jovem camponês do Município de São Felipe, por ocasião da obervação participante(1980).

[2] Transcrição livre de depoimento de um pequeno produtor do Município de Muritiba, por ocasião da obervação participante(1980).

[3] FIRTH, R. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p.139.

[4] Transcrição livre de depoimento de um pequeno produtor do Município de Muritiba, proprietário de um estabelecimento de, aproximadamente, 17 ha, o que representa uma área ligeiramente superior à média local (1980, observação participante).

[5] Transcrição livre de depoimento de um agricultor do Município de Sapeaçu, por ocasião da observação participante(1980).

[6] BRITO, M. *Pequenos produtores rurais do Recôncavo Baiano; Cruz das Almas e São Félix*. Salvador, UFBa., 1979. Dissertação de Mestrado. mimeog. p.134.

[7] SÁ JR., F. *O desenvolvimento agrícola nordestino e a função das atividades*. Rio de Janeiro, CEBRAP, 1973. p.101-9.

[8] Transcrição livre de depoimento de um camponês do Município de Sapeaçu, por ocasião da observação participante(1980).

[9] Transcrição livre de depoimento de uma camponesa do Município de Cruz das Almas, por ocasião da observaçãoparticipante(1980).

[10] Transcrição livre de depoimento de uma camponesa do Município de São Felipe, por ocasião da observação participante(1980).

5 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A socialização dos moradores rurais dos municípios de Cruz das Almas, Muritiba, São Felipe e Sapeaçu é vivenciada dentro das próprias famílias, através das relações sociais mais íntimas e dentro da comunidade, de maneira mais extensa. A organização social é o resultado do inter-relacionamento dos componentes das comunidades, tendo como diretrizes certas normas e padrões sociais, propiciando um contato pessoal na vida diária. Analisar-se-á, neste capítulo, a organização social enfocando aspectos diversos quanto a socialização, educação, religião e relações sociais dos componentes dessas localidades.

5.1 A Socialização do Camponês

Se se estudar uma comunidade rural do sul do país, observa-se, segundo Santos[1], que a socialização daquele camponês é dividida em duas fases: a primeira, denominada primária, trata de converter a criança em membro da sociedade. A segunda é quando o indivíduo está sendo preparado para assumir papéis determinados pela divisão social do trabalho.

Esse tipo de socialização também é encontrado na região da pesquisa, pois como já mencionado, os membros são preparados para participar da família e da comunidade.

É dentro desse contexto sócio-cultural, que a população em estudo se socializa. Esses hábitos contribuem para a for

mação das pessoas. As normas e valores sociais transmitidos pelos mais experientes — pessoas geralmente mais velhas — garantem o controle social. Os que não aderem a esses padrões, buscam, a princípio, novas ocupações fora da zona rural na forma de emprego nas cidades vizinhas e, posteriormente, saem para cidades maiores em busca de outras alternativas.

É na infância que se inicia o processo de socialização, sendo a criança orientada desde tenra idade — mais ou menos cinco anos — para desenvolver trabalhos. Antes disso, já recebem a educação básica — orientação para caminhar, falar, alimentar-se, etc. —, transmitida normalmente pelos pais e irmãos, dentro da própria família.

Posteriormente — aos 7 anos, aproximadamente — e quando os pais usufruem de recursos financeiros, ocorre a educação formal transmitida nas escolas rurais. Estas, quando existem,oferecem poucas condições favoráveis ao desenvolvimento das habilidades da criança. Freqüentando ou não a escola, acontece a segunda etapa da socialização, através do relacionamento com colegas, parentes, vizinhos e amigos que moram nas proximidades. Dessa maneira, ocorre a socialização externa ao grupo familiar.

As escolas rurais, normalmente através do trabalho de uma professora leiga, se incumbem de ensinar a ler, escrever e alguma outra habilidade, assim como também algumas noções de aritmética.

Após a criança ter passado por esses dois processos de socialização, começa a participar mais amplamente da comunidade.

Quando é atingida a fase da adolescência, os grupos sociais são mais extensos em comparação aos da infância. Isso acontece principalmente com o elemento masculino, porque os homens nessa idade podem sair sozinhos, relacionar-se com maior número de pessoas, fazer visitas nas cidades, e quase sempre com seus próprios recursos financeiros. Para isso, trabalham como diaristas, recebendo a metade de uma diária equivalente a uma jornada de trabalho de oito horas. Porém, essa busca do assalariamento acontece geralmente quando não estão ocupados nas atividades agrícolas desenvolvidas pela família. É comum alguns fazerem biscates, ou seja, trabalhar de "camelô" nos dias de feira-livre, nas cidades vizinhas.

Biscate é o tipo de atividade em que o comerciante compra e revende, nas feiras-livres, pequenas quantidades de produtos. Pode-se considerar como um mini-intermediário esse tipo de trabalhador ambulante. Durante o período em que está vendendo a sua mercadoria, grita oferecendo aos que passam os seus produtos. Essa maneira de "mercar" favorece a saída da mercadoria e a aproximação com outras pessoas, pois quase sempre a maneira de falar, em altas vozes, provoca curiosidade. Os objetivos dessas práticas são: a realização de alguma transação econômica, aproveitar o tempo para relacionar-se com pessoas que lhe são estranhas, ampliando assim o grupo social.

Isso normalmente não acontece com a adolescente, porque não tem a liberdade concedida pelos pais ou responsáveis, para desenvolver atividade econômica sem a companhia da família. O máximo que consegue é ajudar a mãe ou alguma vizinha em trabalhos

domésticos — costura, bordado ou tricô. O que recebem — quando recebem — para executar estas tarefas são quantias irrisórias.

Se vão à cidade na companhia de parentes, a movimentação também é restrita, porque deve ter cuidado ao relacionar-se com pessoas fora do seu convívio. Todos esses aspectos contribuem para que a mulher desde a adolescência, tenha menos oportunidade para contactar com membros que não pertençam a sua comunidade.

A jovem I.G.R. disse o seguinte: "Nós, as moças mais modernas, fazemos tudo que os velhos mandam. Nós somos até muito obedientes. Os homens mais modernos não são assim não; eles saem e fazem o que tem vontade de fazer. Nós fazemos isso porque todo mundo aqui na roça faz assim. É assim que os mais velhos foram criados..."[2].

O relato exposto pela adolescente evidencia que, para ela, a situação é inversa à do homem jovem, porque ela não é livre. Para tomar qualquer atitude de maior importância, deve submetê-la à autorização dos mais velhos, ou seja, dos pais, e isso tolhe um pouco o desenvolvimento de relações externas ao seu grupo.

Quando é chegada a fase adulta, as pessoas que foram orientadas pelos pais e/ou pela escola, precisam ampliar mais os conhecimentos através de experiências e contatos com outros indivíduos. A participação desses camponeses no sistema social regional é muito importante, uma vez que não vivem isolados em suas comunidades, buscando nas cidades vizinhas a solução para os seus problemas mais imediatos. Além das práticas comerciais, bastante

representativas, desenvolve-se também o que eles chamam de "negócios", isto é, atividades de cunho burocrático como pagar impostos, conversar com pessoas de influência política, econômica e social, dar andamento a documentações em cartório, bancos, etc. Enfim, uma gama de relações sociais que são importantes e que devem ser apreendidas e praticadas. Essas ocasiões são também aproveitadas para contactar com parentes, amigos que "moram na rua".

É importante salientar que geralmente esses trabalhos burocráticos e de negócios são desenvolvidos pelos elementos masculinos e quase sempre após contrair matrimônio e constituir família, porque, até então, quem resolve todos esses problemas é o chefe da família.

5.2 Aspectos Educacionais

A situação escolar na área da pesquisa é bastante deficitária, não só devido à falta de escolas, mas também porque há carência de professores capacitados para ministrar as aulas. Quando existe escola, esta funciona precariamente quanto ao aspecto físico (iluminação, instalações sanitárias, etc.). Geralmente o número de carteiras para os alunos se acomodarem é insuficiente, assim como as condições materiais, que são inadequadas ao ensino.

Os professores são geralmente leigos, não conhecem portanto métodos e técnicas de ensino mais modernos. A baixíssima remuneração — no início de 1980 era de apenas Cr$ 500,00 ao mês — propicia a falta de interesse, por parte dos professores, e a necessidade de complementar o salário com outras ocupações para

lelas, ocasionando o não comparecimento às salas de aula e as constantes chegadas atrasadas.

As classes são compostas por um excessivo número de alunos de faixa etária heterogênea e o ensino desproporcional. É prática comum as salas de aula da zona rural conterem, no mesmo horário, com a mesma professora, alunos de 1ª, 2ª, 3ª e às vezes até de 4ª série.

Os educandos não encontram incentivos por parte dos professores e dos pais. Os professores, por sua vez, não incentivam porque não dispõem de tempo para atender a todos e também porque o método de ensino adotado não contribui para isso. Os pais não sabem, na maioria das vezes, ler e escrever para orientar e incentivar, além de não terem tempo para dedicar-se aos estudos, motivando os filhos. Além disso, os alunos não têm o material escolar necessário, porque os preços são elevados e os pais geralmente não dispõem da quantia necessária para a sua aquisição. Eles também encontram-se subalimentados, apresentando características de subnutrição e cansaço físico, pois, em geral, trabalham nas atividades agrícolas ou domésticas juntamente com o resto da família.

Todos estes fatores contribuem para a aprendizagem deficitária e a evasão escolar, persistindo o baixo nível de escolaridade nos grupos domésticos estudados.

A evasão escolar se dá em dois níveis: o primeiro é porque o educando é importante como força-de-trabalho nas tarefas desenvolvidas pela família; se o jovem sair do sistema produtivo

para freqüentar a escola, implicará em diminuição da produção e, conseqüentemente, menor renda familiar e maior dificuldade para a sobrevivência deste grupo doméstico.

O segundo é porque a baixa aprendizagem, os poucos incentivos, dificuldade de locomoção para a escola e falta de condições para comprar o material escolar necessário, forçam os pais a retirarem os filhos da escola, ou estes mesmos resolvem abandonar os estudos.

Para melhor compreender a situação educacional dos informantes da pesquisa, elaborou-se uma pequena TABELA demonstrativa.

TABELA 9 - ÍNDICE DE ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS MAIORES DE 7 ANOS QUE FREQÜENTAM OU JÁ FREQÜENTARAM ESCOLA

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Analfabetos	201	51,0
1º grau	178	45,0
2º grau	16	4,0
TOTAL	395	100,0

FONTE: Dados de campo, 1979.

Vê-se, pela TABELA 9, que 51% da população maior de 7 anos são analfabetos e que 45% estão matriculados ou já cursaram o 1º grau. Os outros 4% cursam o 2º grau em colégios situados nas cidades vizinhas, porque na área rural em estudo não existe esse tipo de escola.

Os questionários revelaram que 25% da população sabem

apenas assinar o nome. Esses estão incluídos no conjunto de pessoas que estão cursando ou já cursaram o 1º grau, e alguns que tiveram oportunidades de aprender com os pais ou com outras pessoas. Verifica-se, portanto, que existem 51% de analfabetos, 25% de semi-analfabetos — sabem apenas assinar o nome — e 24% de entrevistados que dominam realmente a escrita e a leitura.

Em um estudo feito com pequenos produtores de Cruz das Almas e São Felipe, Brito[3] afirma que 78,7% dos alunos desses municípios abandonam o curso antes da conclusão. A evasão se dá principalmente no período de cultivo e de colheita. Dos que chegam à 3ª série do 1º grau, apenas 21,3% concluem o curso primário (4ª série do 1º grau).

Ainda sobre a educação rural, Almy[4] escreveu que, em seis comunidades rurais de Sapeaçu,56,8% da população maior de cinco anos nunca cursaram a escola e apenas 0,1% chegou à Universidade.

Como era de se esperar, na área de pesquisa foi constatada basicamente a mesma situação. A maior incidência de matrícula é na primeira série do primerio grau. A continuação dos estudos exige gastos econômicos e dispêndio de tempo que poderia ser aproveitado em trabalhos familiares. Por isso, é mais viável abandonar os estudos e contribuir nas atividades econômicas mais imediatas. E também deve-se considerar o aspecto dos poucos benefícios que a educação em si oferece, dadas as limitações do mercado de trabalho.

Ao escrever sobre a educação no Brasil, Demo[5] afirma

que ela é mais efeito que causa, pois as pessoas com melhor rendimento têm acesso a uma melhor educação formal. Isso vai se refletir no mercado de trabalho, pois a grande massa de mão-de-obra sem qualificação compete em condições absurdamente desfavoráveis com os profissionais especializados, percebendo um salário inferior, na diferença de até cem vezes.

Concorda-se com o autor quanto a esse ponto de vista, que também pode ser adaptado à região pesquisada. Constatou-se que na área da pesquisa não há sequer um entrevistado que tenha concluído o segundo grau ou o curso universitário. Os que o concluíram emigraram para as cidades para ter melhores rendimentos. Em geral, os que permanecem desenvolvendo atividades agrícolas são os que menos estudaram. Se forem para a cidade não terão condições de competir no mercado de trabalho, a não ser para viverem em condições mais sub-humanas que as que vivem na *roça*.

5.3 Aspectos Religiosos

A religião praticada tradicionalmente pelos camponeses da área em estudo é a católica. A vida religiosa é mais ativa nas épocas de festas, obedecendo ao calendário religioso e à tradição das localidades.

Para melhor visualizar a situação religiosa nessa área, foi elaborada a TABELA a seguir.

TABELA 10 - RELIGIÕES PRATICADAS PELOS ENTREVISTADOS

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Católica	432	93,5
Protestante	16	3,5
Espírita	12	2,6
Não tem crença religiosa	2	0,4
TOTAL	462	100,0%

FONTE: Dados de campo, 1979

Comprova-se, pela TABELA, que a religião majoritária é a católica, totalizando 93,5% de toda a população. Os protestantes são apenas 3,5%, e sua religião chegou às localidades de estudo há aproximadamente 20 anos, trazida por uma família que fixou residência no local, aí expandindo essa crença. Comenta-se na redondeza que os "crentes", como são denominados os seguidores dessa religião, são boas pessoas, educadas, cuidadosas e têm razoáveis condições financeiras, mas que não é muito aceitável eles participarem de uma religião "diferente" da dos outros moradores não protestantes. Os espíritas são apenas 2,6% da população e os que não praticam nenhuma religião são apenas 0,4%. Essa informação — pessoas que não praticam nenhuma religião — é de um casal sem filhos que chegou há pouco tempo para fixar residência em uma das comunidades do estudo.

Muitos dos informantes que se dizem católicos, o são apenas para os estranhos e para os vizinhos menos íntimos, por

que temem algum tipo de repressão social. Esse aspecto tornou-se notório, quando a pesquisadora ficou mais íntima de uma dessas famílias, ao realizar a observação participante e receber convites para participar como "amiga da família" de alguns rituais espíritas. O convite foi feito assim pela senhora I.M.M.: "Nós vamos abrir a casa, para o santo no dia 8 deste mês (setembro). Se a senhora quiser vir é só trazer uma comida para o santo. Pode ser qualquer coisa. É bom não falar nada não com os vizinhos, porque não nos damos, nessa crença, com todos eles não"[6].

Esse comportamento não é só dessa família, porque na própria "festa do santo", observou-se a participação de outras famílias já entrevistadas e inclusive foram feitos outros convites, atendidos na medida possível. Com isso, evidenciou-se que grande parte da população se diz católica sem abandonar as suas crenças espíritas.

A falta de igrejas e capelas nas comunidades estudadas faz com que os adeptos da religiaõ católica realizem algumas celebrações religiosas em suas próprias casas ou nos *cruzeiros*. Essas comemorações normalmente acontecem em datas importantes que constam dos calendários católicos. Por exemplo, festa do Senhor do Bonfim, padroeiro do Município e da comunidade.

O *cruzeiro* é uma construção de alvenaria, de pequeno porte, comportando no seu interior apenas uma cruz, uma laje de cimento que serve como altar e um pequeno espaço para uma ou duas pessoas. Está sempre situado em um local de passagem obrigatória para os que saem e vêm para a *roça* e está geralmente próximo a uma venda (bodega).

Quando as celebrações acontecem nesse local apropriado, a participação, por ser um ato público, é mais intensa que quando comemoradas em casa de alguma família. Em casa de família, essas festas reúnem pessoas para assistir à missa celebrada pelo pároco do Município e fazer orações. Após o ritual religioso, a família que convida geralmente oferece aos convidados algum tipo de lanche ou dança, prolongando por muitas horas a festa. Utiliza-se mais a CF nas épocas de festa como complementação da casa de morada, a qual é quase sempre pequena, para acomodação do pessoal.

As festas comemoradas no *cruzeiro* são motivadas pelos leilões (venda de produtos doados) que são oferecidos à população para a compra. Os preços vão sendo colocados sucessivamente pelos participantes, e são reforçados com a voz alta do leiloeiro até chegar a um preço razoável, tanto para o leiloeiro como para o *arrematador* (comprador). O leilão perdura enquanto houver pessoas para arrematarem e produtos a serem oferecidos. É comum os arrematadores com os familiares e amigos irem à venda para beber cachaça com o produto arrematado. Por isso, nas épocas de festa, as bodegas próximas aos *cruzeiros* permanecem cheias e seu estoque de mercadorias é mais facilmente vendido.

O objetivo dos leilões é sempre para contribuir financeiramente com a igreja da cidade, para reformar o *cruzeiro* e às vezes ajudar os mais necessitados da comunidade. O tesoureiro é indicado pela comunidade ou pelo pároco. Os que assumem essa função são, em geral, os líderes das comunidades, ou os que têm maior relacionamento com a igreja da sede municipal.

Essas atividades praticadas pela população em estudo, às vezes chegam a afetar as atividades econômicas. Isso acontece porque durante as comemorações festivas mais tradicionais como, Junina (Santo Antônio, São João e São Pedro), de São Cosme e Damião, São Roque, Santa Bárbara e Natalinas (Natal e Ano Novo),os produtores rurais desligam-se dos afazeres agrícolas por um período de 3 a 4 dias para participarem ativamente dos festejos.

Em épocas de festa, até as feiras-livres das cidades mais próximas são afetadas, principalmente quando na cidade também há comemoração. A feira é então antecipada de um dia, realizando-se às terças ou sextas-feiras. Nos dias de festa não se deve trabalhar nem fazer a farinha, porque os "dias de trabalho não são dias de festa e dias de festa não são dias de trabalho."

A CF em épocas de comemorações religiosas é geralmente ocupada por fogões improvisados para guardar algum tipo de alimento ou recepcionar os convidados. Além do motivo já levantado, esse é mais um que contribui para não se processar a mandioca.

5.4 Relações Sociais dos Mandiocultores

A forma de relacionamento mais comum praticada pelos grupos domésticos da região é a **visita**. As **visitas** são realizadas com várias finalidades. Umas, são para resolver "negócios", tais como: combinar o dia de arrendamento da *Casa de Farinha*;tratar algum tipo de serviço a ser prestado como diarista;fazer troca de mercadoria; comprar ou vender alguma coisa; pedir emprestado objetos ou instrumentos de trabalho. Outras são para oferecer

dãdivas, presentear com algum tipo de alimento, ou ainda,prestar solidariedade em casos de doença, falecimento, etc.,

Existem, ainda, as visitas com a finalidade de estreitar os laços de amizade, e que são normalmente realizadas no dia de domingo, à tarde, ou nos feriados. Neste tipo de visita procede-se da seguinte maneira: no local em que é realizada a visita, os visitantes permanecem, por algum tempo, junto com os visitados na sala principal. Esse período varia conforme o grau de amizade, o assunto que é discutido e o interesse em permanecerem juntos. Depois de alguns minutos, esse grupo se dispersa, cada grupo etário ou sexo procurando um local apropriado para as conversas ou atividades.

Os homens adultos permanecem na sala principal ou vão às plantações mais próximas. As mulheres adultas vão à cozinha ou ao quintal. Os assuntos mais comuns são o "custo de vida", as doenças e tipos de comida. Geralmente, enquanto estão conversando, preparam alguma merenda. Os adolescentes dirigem-se normalmente para fora de casa. Conversam sobre escola, quando estudam, namorados, etc. E as crianças brincam dentro ou fora da casa,com brinquedos masculinos ou femininos, conforme o sexo. Quando existem crianças ainda pequeninas elas ficam em companhia da mãe, na cozinha.

Ao ser servido o lanche, o grupo volta a reunir-se na sala principal ou na cozinha, dependendo do tipo de lanche e das relações de amizade. Em geral, só após a merenda ser servida é que os visitantes se retiram.

Quando a família visitada tem poucos recursos financeiros, serve-se como lanche apenas um café com beiju, ou, se for no inverno, licor de frutas típicas, tais como: jenipapo, abacaxi, laranja e maracujá, etc. Os que dispõem de melhor condição econômica servem, como merenda, bolos, doces, licores, mas isso varia conforme as relações que se tem com os visitantes.

Para melhor retratar o relacionamento intergrupal, através de visitas, foram organizados os dados da TABELA a seguir.

TABELA 11 - VISITAS RECEBIDAS E REALIZADAS PELA POPULAÇÃO EM ESTUDO EM %

CATEGORIA	VISITAS RECEBIDAS			TOTAL	VISITAS REALIZADAS			TOTAL
	nunca	vez em quando	t/dia		nunca	vez em quando	t/dia	
Parentes	-	94,0	6,0	100,0	-	88,0	12,0	100,00
Amigos/Vizinhos	13,0	27,0	60,0	100,0	13,0	34,0	53,0	100,00
Líderes políticos	75,0	25,0	-	100,0	82,0	18,0	-	100,00

FONTE: Dados de campo, 1979.

Através dessa exposição de dados, constata-se que as relações sociais são sempre reforçadas pelas visitas. Analisando-se as visitas recebidas se observa que os informantes donos de CF, em 94% recebem, de vez em quando, visitas de parentes e 6% a recebem todos os dias.

Os amigos e visinhos fazem visitas aos informantes todos os dias num total de 60% das famílias e, de vez em quando,

27%. Os que não o fazem são apenas 13%. Assim, 87% da população se relacionam, através de visitas com os amigos e vizinhos, mas um grupo pequeno — 13% — se encontra apenas com os parentes. As visitas recebidas de líderes políticos (prefeitos, vereadores, ou pessoas de influência política, tais como parentes e amigos dos políticos do Município), são apenas 25% das famílias estudadas, e nunca com grande incidência. Dizem os informantes que essas visitas esporádicas acontecem em geral nas vésperas das eleições, com a finalidade de solicitar votos...

Quanto ao aspecto de participação política do trabalhador rural dessa área, registre-se, que esta é bastante reduzida, pois apenas em época de eleição são procurados pelas lideranças políticas. Além disso, apenas 25% exercem o direito de voto, uma vez que a grande maioria é de analfabetos. As discussões a nível político, entre esses camponeses, versam basicamente sobre a relação "custo de vida" e partidos políticos.

Voltando à análise das visitas realizadas pelos entrevistados, observa-se que os informantes freqüentam, de vez em quando, a casa dos parentes numa proporção de 88%, enquanto que 12% o fazem diariamente. Com esses dados, pode-se concluir que os informantes visitam com mais freqüência seus parentes se compararmos com o número de visitas recebidas. Ainda se pode observar que o dono da CF é mais procurado em épocas de maior produção de mandioca. Isso acontece porque os arrendatários procuram-no para tratar do aluguel da CF durante esse período.

Também em relação às visitas a políticos, observa-se que 82% nunca efetuam visitas desse tipo, 18% o fazem de vez em

quando e nenhum caso de visita diária é registrado.

No que se refere às visitas recebidas por amigos e vizinhos dos entrevistados, 53% as recebem todos os dias; 34%, de vez em quando e 13% nunca as recebem. Esta proporção (13%) também é registrada para os informantes que nunca se relacionam com amigos e vizinhos.

Pelos dados observados, pode-se concluir que, realmente, a socialização existente entre os donos de CF com as famílias residentes na comunidade é elevada e que se constitui numa necessidade vicinal realizar e receber visitas.

Em geral, o número de visitas recebidas e realizadas, nessa área do estudo, demonstra a reputação que as pessoas ou as famílias gozam dentro do contexto social. Esse aspecto da socialização é constantemente reforçado através do inter-relacionamento entre os grupos domésticos. À medida que o dono da *Casa de Farinha* amplia seu relacionamento social, amplia-se também sua capacidade de barganha, em termos de produção e de comercialização.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAP. 5

[1] SANTOS, J.V.T. de. *Colonos do vinho*. São Paulo, Hucitec, 1978. p.44-7.

[2] Transcrição livre de depoimento de uma jovem camponesa do Município de Muritiba, por ocasião da aplicação do questionário da pesquisa(1979).

[3] BRITO, M.R. *Pequenos produtores rurais do Recôncavo; Cruz das Almas e São Félix*. Salvador, UFBa., 1979. Dissertação de Mestrado. mimeog. p.54.

[4] ALMY, S.W. Dados familiares, distribuição e dados individuais. Salvador, UFBa./CEPED, 1979. mimeog. (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO — PDRI - Estudo de base).

[5] DEMO, P. *Desenvolvimento e política social no Brasil*. Rio de Janeiro, Tempo BRasileiro, 1978. p.44-54.

[6] Transcrição livre de depoimento de uma dona de casa (e"parteira") do Município de Muritiba, por ocasião da aplicação do questionário da pesquisa(1979).

6 A CASA DE FARINHA*

É denominada *Casa de Farinha* (CF) o local onde se obtém o principal alimento do camponês nordestino, a farinha de mesa. Neste capítulo pretende-se descrever os tipos de construção e conservação, a tecnologia apresentada na *Casa de Farinha* e analisar a sua influência na economia, cultura e comunidades locais, assim como as modificações de equipamentos de trabalho e as alterações daí resultantes. A importância da CF reside no fato da mandioca acérbica, que contém ácido cianídrido, não ser ingerida *in natura* e o outro tipo de mandioca, "aipim", ser, em comparação com a acérbica, pouco consumida e comercializada. Portanto, para a mandioca ser vendida e consumida pelos grupos domésticos da região, deve ser transformada em produto comestível e comercializável na forma de farinha de mesa e outros derivados.

6.1 Tipos de Construção

Para se ter uma noção das instalações da CF, far-se-á uma descrição das construções. A CF ocupa um espaço físico onde são montados os equipamentos de trabalho, e que, em geral, fica próximo à casa de morada, fazendo portanto parte do quintal. Os materiais de construção variam conforme as posses econômicas dos grupos familiares. Para se ter uma visão geral dos tipos de construção existentes na área da pesquisa, elaborou-se a TABELA a seguir.

TABELA 12 - TIPO DE MATERIAL USADO NA CF EXPRESSO EM PERCENTAGEM

PISO		PAREDE		TELHADO	
Categoria	Perc.	Categoria	Perc.	Categoria	Perc.
Terra batida	93,7	taipa	44,0	Sapê	3,8
Tijolo	1,3	adobe	53,7	telha/barro	96,2
Cimento	5,0	tijolo	2,3	-	-
TOTAL	100		100		100

FONTE: Dados de campo, 1979.

Vê-se, pela tabela, que 93,7% das CF têm o piso de terra batida. Para se obter esse tipo de piso, coloca-se bastante terra, de preferência pouco arenosa e calca-se com um soquete, até que fique no nível de consistência desejado. Com piso de tijolo, existe apenas 1,3% e o pouco uso desse material está relacionado com o custo e a pouca praticabilidade; é de consistência, relativamente mole, quebrando-se com facilidade se cai sobre ele alguma ferramenta de trabalho ou coisa semelhante. É adquirido normalmente na olaria, na própria *roça*. Quanto ao piso de cimento, 5% das CF o empregam, embora seja mais caro que o tijolo. Isso porque é um material mais resistente e mais fácil de ser lavado ou varrido. É comprado na cidade, em casas de revenda de material de construção.

Os materiais de construção usados nas paredes da CF são, em sua maioria, provenientes da própria terra, por isso, o custo de produção é baixo, pagando-se, às vezes, apenas a mão-de-obra.

As paredes de taipa (44%) são construídas de forma mais rápida. A sua construção se faz da seguinte maneira: amassa-se bem a terra argilosa com água e coloca-se esta massa na madeira amarrada em forma de treliça, colocada no lugar onde será a parede. A progressiva substituição das paredes de taipa por adobe (52,7%) parece residir na relativa carência de madeira na área. Ao comentar sobre a falta de madeira na Bahia, Mello[1] afirma que isso é resultante do não cumprimento da exigência legal de conservação da vegetação nativa, pois cada proprietário deve preservar de desmatamento 20% das suas terras. Afirma, ainda, que a maior causa de desmatamento na região do Recôncavo é a prática da pecuária.

Na área da pesquisa, o desmatamento está afetando os pequenos produtores rurais porque estão impossibilitados de obter o material necessário para suas construções e também para o andamento dos trabalhos da CF, como é o caso da lenha, como será mais adiante.

O adobe apresenta, em relação à parede de tijolo, uma durabilidade inferior, mas é bastante usado devido à facilidade da sua obtenção. Para se fazer o adobe, mistura-se bem terra argilosa e água, coloca-se a massa em caixas de madeira de aproximadamente 20 cm de comprimento por 15 cm de largura e, posteriormente, coloca-se ao sol para a secagem. Depois de mais ou menos 2 dias, o adobe está pronto para dele se fazer a parede.

Existem apenas 2,3% das paredes de tijolos. O tijolo é pouco usado, porque o preço desse material é elevado. Além do mais, o adobe e a taipa são mais fáceis de serem obtidos na própria *roça* e satisfazem basicamente as mesmas necessidades de ter

uma área coberta e protegida contra o vento e a chuva.

Apenas 3,8% dos telhados da CF são de sapé. Esse número relativamente reduzido está relacionado principalmente com a alta probabilidade de incêndio em comparação com a telha de barro. Além disso, precisam ser renovados aproximadamente a cada dois (2) anos. Os telhados mais comuns — 96,2% são de telha de barro. Esse material, apesar de ser mais oneroso, é comprado geralmente nas olarias da própria vizinhança.

Para melhor discriminar o local de origem dos diferentes tipos de materiais de construção, foi elaborada a TABELA a seguir.

TABELA 13 - LOCAL DE ORIGEM DO MATERIAL USADO NAS CONSTRUÇÕES

PISO		PAREDE		TELHADO	
Categoria	Local origem	Categoria	Local origem	Categoria	Local origem
Terra batida	própria terra	taipa	própria terra	sapé	própria terra
Tijolo	olaria	adobe	própria terra	telha/ barro	olaria
Cimento	comércio /cidade	tijolo	olaria	outro	-

FONTE: Dados de campo, 1979.

Com esses dados, pode-se constatar que os materiais de construção da CF mais comuns são oriundos da própria terra, com exceção da telha de barro, do tijolo e do cimento. Isso demonstra ainda que a falta de condições financeiras faz com que o homem explore o máximo possível os recursos da própria terra, sub

Universidade Federal de Pernambuco
BIBLIOTECA CENTRAL

sidiando-se do necessário para sua sobrevivência.

Para uma descrição mais completa das instalações da CF deve-se ter uma noção do estado de conservação e de seu uso, assim como da casa de morada do agricultor da região. Pela TABELA a seguir, pode-se observar esse aspecto.

TABELA 14 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA CF E CASA DE MORADA EXPRESSO EM PERCENTAGEM

CATEGORIA	CASA DE FARINHA	CASA DE MORADA
Não respondeu	7%	1,2%
Sem condições de reforma	53,8%	28,8%
Passível de reforma	44,8%	56,3%
Em bom estado	2,4%	13,4%
TOTAL	100%	100%

FONTE: Dados de campo, 1979.

Vê-se, pela TABELA 14, que a *Casa de Farinha*, em 53,8%, encontra-se sem condições de reforma. Por essa categorização, a pesquisadora entende que a construção não oferece as mínimas condições de restauração, oferecendo, contudo, relativas condições de trabalho. Elas estão com as paredes e/ou telhados prestes a cair. Porém, os mandiocultores não dispõem de recursos econômicos para a construção de novos postos de trabalhos, e também a mudança dos equipamentos levaria tempo. Eles não podem dispor também de muitos dias sem fabricar a farinha de mesa, o que implica em sensível prejuízo na sua fonte de renda.

As *Casas de Farinha* em estado passível de reforma são

44,8%. Essas apresentam-se em melhores condições em relação às anteriores e podem ser restauradas, caso haja recursos econômicos e disponibilidade de tempo. Já as que se encontram em bom estado de conservação e uso são apenas 2,5%. Os equipamentos e as construções em geral são recentes, ou seja, de moradores que chegaram há pouco tempo, ou dos que construíram recentemente.

No que tange à casa de morada, pode-se observar que,em geral, também precisam de reforma, apesar de um maior número — 13,4% — apresentar-se em bom estado se se compara à *Casa de Farinha* na mesma categoria. Em geral, tanto a casa de morada quanto o posto de trabalho (a CF) não possibilitam ao camponês e a sua família, condições satisfatórias de utilização. Mesmo assim, o pequeno produtor dessa região continua desenvolvendo suas tarefas e consegue abastecer o grupo doméstico e a população urbana não produtora.

6.2 Equipamentos de Trabalho

Existem, atualmente, na área de pesquisa dois tipos de *Casa de Farinha*: uma tradicional e a outra modernizada. A CF tradicional é assim denominada porque ainda não possui equipamentos de trabalho mais modernos para o processo de trituração de raízes, sendo totalmente manual. Este tipo de CF está em extinção, pois em todas as unidades produtivas pesquisadas, nos quatro municípios, existem apenas 2,5% em funcionamento. A CF modernizada — 97,5% — se caracteriza por algumas inovações,entre as quais se destaca o uso do motor movido a gasolina, óleo diesel ou ele

tricidade, conforme se pode verificar pela TABELA a seguir.

TABELA 15 - TIPO DE COMBUSTÍVEL USADO NO MOTOR

CATEGORIA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Manual	2	2,5
Motor à gasolina	72	89,9
Motor a óleo diesel	3	3,8
Motor à eletricidade	3	3,8
TOTAL	80	100,0

FONTE: Dados de campo, 1979.

Na *Casa de Farinha* modernizada, a preferência recai no motor à gasolina — 89,9, principalmente devido ao custo de compra em relação aos demais, além de que foi esta a primeira opção oferecida ao pequeno produtor. Os outros dois tipos — o motor a óleo diesel e o à eletricidade — não obtiveram a preferência dos donos de CF, por dois motivos respectivos: o alto custo de compra do motor a óleo diesel (50% a mais) e a falta de eletrificação rural que exige do possuidor da CF eletrificada um gerador próprio.

Para adquirir a gasolina, o produtor rural, hoje, depende de um intermediário, o que contribui para elevar o custo de produção da farinha de mesa. Isto se deve a recente medida do CNP (Conselho Nacional de Petróleo) que, através de Port. nº 59, de 09.02.70[4], estabeleceu que o referido combustível só pode ser vendido em vasilhame apropriado e em quantidade não inferior a 100 litros. Como o pequeno produtor não dispõe de recursos sufi

cientes para comprar o vasilhame nem a gasolina na quantidade especificada surgiu a figura do atravessador que encarece em cerca de 30% o litro da gasolina. O próprio camponês encara o intermediário como "um mau necessário"porque se não fosse sua atuação, não se teria condições de se produzir na CF. O atravessador da gasolina em seu veículo se incumbe de comprar e levar o produto à *roça*, vendendo-o em um local determinado, geralmente na "venda" pequena loja rural, ou de porta em porta.

Pelo menos em três etapas do processamento da mandioca — ralagem, prensagem e torrefação — ocorreram modificações decorrentes do emprego de novos equipamentos, como se poderá observar pela descrição das atividades de uma *Casa de Farinha* tradicional e de uma modernizada.

Na CF tradicional, a **seva** (ralo), utilizada para triturar raízes, é movida a força humana; a prensa é totalmente de madeira e o forno é de barro. Os trabalhos são realizados da forma a seguir descrita.

• Fase de descascagem

A descascagem é realizada pelos familiares e por alguns parentes e vizinhos, congregando grande número de participantes. Uma vez descascada a raiz, já na manhã seguinte se efetua a ralagem.

• Fase de ralagem

Para esta etapa ser processada, há a necessidade de três pessoas adultas: duas se colocam na posição de fazer girar a roda, segurando em uma maçaneta e fazendo movimentos circulares. A

roda é ligada à seva através de uma corda de couro de boi, encerada com gordura (de boi ou de porco), a qual é responsável pela rotação da seva. A terceira pessoa — a "raladeira" — empurra a mandioca, com cautela, na seva, uma vez retirada a parte superior da raiz, bastante fibrosa e pouco maleável. Isto é necessário para não forçar mais ainda o trabalho dos "giradores" da roda.

Devido ao grande desgaste físico, a cada 15 minutos, aproximadamente, o trabalho dos giradores é interrompido, a fim de que eles possam se alimentar, descansar ou serem substituídos por outros operadores da roda.

• Fase da prensagem

Este processo é realizado em uma prensa totalmente de madeira, composta por um cocho (caixa de madeira de jaca), com cerca de 1,5 m de comprimento por 50 cm de largura e 50 de altura. Contém, ao longo das laterais, perfurações de aproximadamente 2 cm de diâmetro, espaçadas de 15 em 15 cm. A tampa de madeira serve de apoio à pressão provocada pelo parafuso que, por isso, deve ser bastante resistente. Para efetuar a prensagem, coloca-se no fundo do cocho folhas de aricuri (palmeira) ou de *nylon*. Junta-se uma camada de massa de cerca de 15 cm de espessura. Coloca-se outra camada de aricuri e assim se procede até completar totalmente o cocho. Geralmente duas crianças e/ou adolescentes realizam esse tipo de trabalho.

Depois da prensa cheia, aciona-se o parafuso sob a tampa da prensa provocando a pressão. O acionamento do parafuso obedece ao seguinte processo: segura-se uma madeira mais fina, colo

cada em uma perfuração no parafuso, fazendo-o girar até encostar na tampa da prensa. A proporção que o líquido contendo ácido cianídrico vai sendo eliminado, a tampa vai baixando. Torna-se necessário uma vez mais prensar a massa e assim sucessivamente até a massa ficar semi-seca. Normalmente é uma pessoa adulta quem o faz. É necessário acionar o parafuso 3 ou 4 vezes durante aproximadamente 4 horas de trabalho, para encher 2 panacuns (cesta de fibra vegeral), cada um comportando 50 kg de mandioca. Neste processo, a massa perde cerca de 70% do líquido. O líquido da 1a. e 2a.prensagem é coletado para se fazer a goma (polvilho ou amido).

O líquido é coletado em vasilhame de barro ou de madeira, deixando-se de 4 a 5 horas em decantação para se obter a goma. Posteriormente, elimina-se o líquido, e a massa decantada é levada ao sol para secar. A preferência na região é misturar a massa decantada em um pouco de massa semi-seca e sal.Leva-se ao forno, depois de toda a farinha torrada, para fazer o beiju. Esse tipo de alimento destina-se mais ao consumo doméstico e é ingerido como parte da alimentação diária.

• Fase da peneiragem

Quando a massa para fazer a farinha está semi-seca,ela é esfacelada e peneirada em uma peneira de fibra vegetal.Uma pessoa adulta gasta em média 2 horas de trabalho para peneirar a massa de uma prensagem. Nesse processo, a massa é separada da croeira (pedaços de raiz prensada não desfeita). A croeira crua é utilizada na alimentação de ovinos e, quando cozida, para a alimentação de suínos.

• Fase de torrefação

A torrefação é a etapa subseqüente, geralmente dividida em duas fases: a primeira é "sanzar" (semi-torrar), e a segunda é torrar completamente. A torrefação ocupa normalmente duas pessoas: uma coloca-se na posição de "torradeira" e a outra para atiçar o fogo e colocar massa no forno. A "torradeira" move a massa ininterruptamente no "agridá" (forno de barro) para a farinha sair de boa qualidade. Para torrar duas quartas (quarenta litros de farinha) gasta-se em média duas horas de trabalho. Nessa fase, a massa de mandioca perde cerca de 17% do líquido ainda contido na massa semi-seca[3]. O forno de barro é obtido através ca compra de revendedores que passam de porta em porta. Já o de metal é comprado nas lojas da cidade, revendedoras de material e produtos que são usados na lavoura local.

Na CF mais modernizada — 97,4%, na área da pesquisa — as inovações começaram a chegar há, aproximadamente, vinte anos. Em vista disso, as fases de ralagem, prensagem e torrefação foram, em parte, modificadas quanto à tecnologia utilizada.

• Fase de ralagem

O ralo (seva) passou a ser movido a gasolina, óleo diesel ou eletricidade. Necessita-se, neste caso, de apenas uma pessoa, geralmente adulta (homem ou mulher), para efetuar a tarefa que deve ser realizada com muita cautela e agilidade, devido à alta velocidade da máquina. Gasta-se, em média, 10 minutos para triturar 2 panacuns de raízes.

• Fase de prensagem

A massa é conduzida à prensa normalmente por uma criança, adolescente ou mulher adulta.

A prensa de CF modernizada é também composta, como na CF tradicional, de madeira de jaca (cocho e tampa) e com as mesmas dimensões. Já o parafuso é de metal. Existem, no local da pesquisa, 26,3% de prensas desse tipo.

Essas modificações não resultaram nem em substancial diminuição de força física e pessoal empregado (1 pessoa jovem) nem no que se refere ao tempo necessário para a efetuação do trabalho (4 horas). Este processo ainda exige uma operação manual, pois para provocar a pressão é necessário girar o parafuso de metal, sendo a massa colocada em camadas na prensa, efetuando-se paulatinamente a prensagem como na CF tradicional. A prensagem deve ser feita gradualmente para evitar a perda de massa, que poderá escapar pelos orifícios do cocho, diminuindo a quantidade.

A massa semi-seca é retirada da prensa, não sendo necessário esfacelar e peneirar, porque imediatamente é carregada e colocada no ralo, realizando-se mecanicamente a peneiragem. Gasta-se em média 10 minutos para efetuar a peneiragem com apenas 2 pessoas para carregar e colocar no ralo. Esse processo de peneiragem resulta na eliminação da croeira para alimentação dos animais domésticos. Por isso, esses animais passaram a ser alimentados com a própria farinha. Antes desse processo, os pedaços de raízes prensados, que ficavam sem serem triturados, eram misturados com a ração e dados aos animais como alimentos. Hoje, toda a

croeira é aproveitada para se fazer a farinha. Atualmente, para que sejam alimentados os animais domésticos é preciso que compre ração ou se utilize, para isso, a própria farinha, misturada à ração.

• Fase de torrefação

Na CF modernizada, 8% possuem forno de metal e sua adoção está sendo mais lenta em relação aos demais porque os trabalhos em si ficaram pouco favorecidos. É necessário mais cuidado para realizar a tarefa do que com o forno de barro, pois em caso contrário, a farinha torra sem ser primeiro cozida resultando na má qualidade. Uma vantagem do forno de metal é quanto a sua durabilidade que é maior que no de barro, pois este se quebra mais facilmente. Uma desvantagem é ter que comprá-lo na cidade e transportá-lo para a zona rural; outra é o seu preço.

Para efetuar a torrefação, utilizam-se duas pessoas, e são gastas também duas horas para torrar uma média de 40 litros de farinha, seguindo-se o mesmo processo usado na CF tradicional.

É comum na CF modernizada encontrar-se 2 fornos, um de metal e outro de barro, ou ambos de barro. É necessária esse número porque nem sempre os usuários têm preferência pelo uso do forno de metal.

Resumindo-se, pode-se visualizar, através da TABELA a seguir, as diferenças e semelhanças existentes entre as diversas fases do processamento da mandioca nos dois tipos de *Casa de Farinha*.

TABELA 16 - FASES DE PROCESSAMENTO DA MANDIOCA NOS DOIS TIPOS DE CF X PESSOAL OCUPADO E TEMPO UTILIZADO PARA PRODUZIR DE 40 LITROS DE FARINHA

FASES	CF TRADICIONAL			CF MODERNIZADA		
	Horas/ pessoal utilizado	Total de pessoal ocupado	Total de horas/pessoal utilizado	Horas/ pessoal ocupado	Total de pessoal ocupado	Total de horas/pessoal utilizado
Ralagem	8 hs	3	24 hs	10 min	1	10 min
Prensagem	4 hs	2	8 hs	4 hs	2	8 h
Peneiragem	1 h	1	1 h	10 min	1	10 min
Torrefação	2 hs	2	4 hs	2 hs	2	4 h
TOTAL	15	8	37 hs	6:20'	6	12:20'

Observa-se da análise da TABELA 16 que as horas de trabalho necessário para a produção de 40 litros de farinha (2 quartas) diminuem em, aproximadamente, 25 horas para um total relativamente igual de pessoas — 8 na CF tradicional contra 6 na CF modernizada. Observe-se, entretanto, que essa diminuição de tempo gasto é registrada principalmente em 2 fases — ralagem e peneiragem. Como cada fase do processo é subsequente à outra, o tempo economizado pelo uso de tecnologia mais moderna é aproveitado em atividades paralelas à *Casa de Farinha*. Isso resulta em que o trabalho se processa normalmente num período de 2 dias, tanto na CF tradicional como na CF modernizada. Em suma, a adoção de equipamentos de trabalho mais modernos resultou basicamente numa diminuição do esforço físico despendido pelo trabalhador.

6.3 A Matéria-prima e sua Transformação

Sem dúvida alguma, a mandioca é o produto de subsistência mais praticado na região — 90% dos camponeses entrevistados o cultivam. Há uma forte tradição no cultivo, no processamento, no consumo e na comercialização deste produto e seu principal derivado — a farinha de mesa. Além dessa tradição, assinale-se que também existem condições edafoclimáticas propícias para esse cultivo.

Um dos aspectos que contribuiu muito para a expansão do cultivo da mandioca no Recôncavo foi, segundo Normanha[5], a. obrigatoriedade que existia, no período colonial, do escravo cultivar 500 covas (mudas) para o abastecimento familiar.

A farinha de mandioca ou de mesa representa a base alimentar da população nordestina, porém é mais ingerida pelas famílias de baixa-renda, e/ou as da zona rural. Apesar da farinha possuir baixo teor alimentício, continua satisfazendo parcialmente as necessidades alimentares desse contingente populacional.

Afirma Pereira[6], em trabalho sobre os Engenhos de Farinha em Santa Catarina, que a origem dos métodos de transformação da farinha combina elementos oriundos da Europa e da América e que, no Nordeste, esses métodos são mais artesanais.

Em um trabalho recente sobre a mandioca, Conceição[7] observa que o consumo *per capita*/ano no Brasil, no período de 1961 a 1970, era numa média de 41 kg de farinha de mesa e que o ano de maior consumo foi o de 1967. Salienta, ainda, que o maior con

sumo desse produto alimentar ocorre no Norte e Nordeste.

Sobre o consumo *per capita* diário no Nordeste, é registrado por Cruz[8] que, na década de 50, o consumo rural era numa média de 700 gramas e, na zona urbana, o equivalente aproximado a 250 gramas.

Conclui-se que, já naquela época, o consumo *per capita* semanal na zona rural equivalia aproximadamente a 5 kg e, na área urbana, a cerca de 2 kg, o que demonstra ser bastante elevado o consumo nessa Região.

Com o exposto, verifica-se que realmente o uso da farinha na alimentação da população rural nordestina é constante e em quantidade bastante representativa. O consumo desse produto está relacionado com aspectos sociais e econômicos, pois os menos favorecidos economicamente a ingerem mais que os melhores favorecidos.

Sobre a tradição da lavoura da mandioca na área pesquisada, W.M. relata: "Aqui nós plantamos a mandioca porque é uma coisa que nós sabemos fazer bem. Nós aprendemos quando éramos meninos. Nosso pai, também aprendeu do pai dele...assim, todo mundo da roça aprendeu. Nós plantamos porque sabemos porque a terra é boa e porque a mandioca é o "pão de Deus". Se não fosse essa raiz, feia por fora, bonita e gostosa por dentro, nós, os roceiros, já tínhamos "se acabado"..." [9].

Essa informação evidencia que se constitui numa prática cultural transmitida através das gerações e que perdura porque há aceitação e necessidade. Trata-se de uma lavoura temporã

ria, que produz num prazo aproximado de 10 meses.

Sobre a produção da farinha, Garcia Junior comenta:"Sua produção prende-se a obtenção da renda monetária para a aquisição de produtos que se consome, mas que não se produz"[10]

Pode-se concordar com este autor, uma vez que, na região em estudo, embora o objetivo principal seja o abastecimento alimentar do grupo doméstico, o "excedente" é comercializado semanalmente para, com o dinheiro apurado, comprar o que não é produzido na sua *roça*.

Ao realizar pesquisa sobre os índios pataxós da Bahia, Carvalho[11] concluiu que a mandioca, principal alimento produzido por essa população, é em cerca de 43% consumida no próprio local de produção; 25% são destinados à venda, 17% à troca por outra mercadoria e os 13% restantes são destinados aos empréstimos e às dádivas.

Quase a metade da produção é consumida no seio da família aborígene. Isso demonstra que também os pataxós produzem visando principalmente o consumo familiar, na forma de alimento.Os 25% destinados à comercialização servem como mercadoria cambiável e o "dinheiro" complementa os gastos da família. Demonstra também esse resultado que a importância social é favorecida pois se dá de presente aos parentes, vizinhos ou amigos certa quantidade. Dessa forma, pode-se concluir que este produto é tido, por eles, como um elemento que favorece à integração entre as famílias produtoras.

A quantidade de mandioca produzida nas localidades pes

quisadas, no ano de 1977, foi de 37.640 toneladas[12]. Esta produtividade é alcançada através dos meios de produção disponíveis que são a terra, a força-de-trabalho, e o capital este sempre limitado.

6.4 As Relações Sociais na CF

Além de propiciar o alimento familiar e uma mercadoria importante para a comercialização, a *Casa de Farinha* representa um local de contato social. Nela se congrega grande número de pessoas, extra grupo doméstico, favorecendo sensivelmente o contato entre parentes e vizinhos.

Através de observação *in loco*, percebeu-se que a fase do processamento da mandioca que mais congrega pessoas é a descascagem. Não apenas por ser realizada ao cair da tarde, após a jornada de trabalho, mas também por ser um trabalho manual, além de que há o hábito de se realizar essa tarefa em conjunto.

Este não é um hábito só dos camponeses da área da pesquisa. Marques[13], ao realizar um trabalho em Sergipe, constatou que os trabalhos da *farinhada* são totalmente manuais. Para suavizar a tarefa, os operadores cantam canções, fazem trovas, jogam advinhações, além de contar piadas e casos pornográficos.

Também Aguiar[14], em trabalho científico-social sobre a transformação da mandioca na Região do Cariri, NE, constatou que os trabalhos são aí desenvolvidos pela família mas, sempre que necessário, vizinhos e membros da comunidade são recrutados para auxiliar nas tarefas.

auxiliar nas tarefas.

Na região deste estudo, a participação da mulher é bastante significativa na fase de descascagem (72,5% das mulheres adultas). Isto ocorre não apenas porque é uma atividade semelhante às comumente desenvolvidas no lar, mas também porque é a oportunidade de que dispõem para saírem das suas costumeiras lidas domésticas. Essa fase é também a ocasião para se realizar freqüentes visitas aos vizinhos e amigos, aumentando o inter-relacionamento e a "troca de favores". A contribuição da mulher nesta etapa do trabalho extrapola, inclusive, as suas obrigações específicas; ela não apenas cuida dos filhos como também os orienta no desempenho dos trabalhos de descascagem e outros. Se o serviço é realizado na sua casa, a mulher deve, também, fazer e servir a merenda.

Em geral as famílias mais atenciosas e que dispõem de melhores condições financeiras, oferecem uma merenda aos descascadores. Primeiro, ela é oferecida aos visitantes colaboradores e, depois, aos familiares. A merenda é composta de beiju, tapioca e até mesmo "massa" (bolacha). Em épocas invernosas é comum se servir, aos homens principalmente, uma cachaça (aguardente)ou um licor (bebida típica caseira da região, obtida através da fusão do álcool com algum tipo de fruta e açúcar). Esse tipo de bebida é muito usado nas festas juninas regionais.

O processo comumente usado na região para se efetuar a "pelagem" (descascagem) é o seguinte: constitui-se num trabalho totalmente manual sendo realizado com o auxílio de uma faca. Os "peladores" (descascadores) retiram as cascas das mandiocas. A

posição em que as pessoas se colocam para desenvolver essa atividade é muito interessante, porque minimiza as tarefas, estabelecendo uma divisão do trabalho e favorecendo a integração entre os participantes. Sendo realizada logo após a colheita — a raiz não pode ficar mais de 24 horas fora da terra para não prejudicar a qualidade da farinha — a "pelagem" é normalmente efetuada à tardinha. Em período não chuvoso, o trabalho é processado no quintal, de preferência sob uma árvore, quando no período da tarde, transferindo-se para o interior da CF, à noite. Como o processo de descascagem exige que as pessoas se distribuam em volta do monte da mandioca em forma de círculo e em duplas, é favorecida a produtividade do trabalho e o relacionamento social. Há sempre alguém que não faz parte de uma dupla e que serve de "estafeta" para os demais, realizando pequenas atividades como: servir água, colocar as raízes descascadas em local apropriado, etc. O critério de trabalho utilizado vai favorecer também a produção e a produtividade porque é dispensável a lavagem da raiz. A pessoa que compõe a dupla e se encontra na posição da direita, inicia o trabalho, retirando a parte mais fibrosa e dura da raiz, descascando-a pela metade. A segunda pessoa, que está sentada à esquerda, e que tem as mãos "limpas", segura a raiz pela parte descascada e completa a operação. Coloca-se depois essa raiz descascada num panacum ou em folhas de mandioca, no chão, a fim de não sujá-la.

Este processo, comparado ao utilizado na Microrregião 186, em Minas Gerais, de onde é originária a pesquisadora, revela uma produtividade e um inter-relacionamento maiores. Em Minas,

na região referida, os descascadores também se sentam em forma de círculo em volta do monte de raízes, porém não em duplas. Cada pessoa individualmente segura a raiz, retira-lhe a parte fibrosa e completa toda a descascagem. Dessa forma, a mandioca sem cascas fica suja sendo necessário, para dar continuidade aos trabalhos, ser lavada. Então, é conduzida em carrinho de mão,ou nas costas, ao reservatório de água corrente para ser efetuada a lavagem; posteriormente, é conduzida ao ralo para ser processada a ralagem. Isso propicia, além da perda de tempo, maior desgaste físico e desagregação dos descascadores da mandioca. Esse processo de transformação da mandioca ocasiona a utilização dos recursos naturais como é o caso da água que existe em abundância. Ao contrário, no Nordeste, como neste caso do Recôncavo, devido à carência de água corrente, o homem procurou adaptar-se às condições ecológicas, criando maneiras importantes e necessárias ao desenvolvimento das atividades agrícolas.

Em geral, os assuntos abordados durante a fase de descascagem — tanto na região em estudo como em Minas Gerais — se circunscrevem a temas da vida diária, como, namoros, festas, atitudes dos pais, escola, etc., se são conversas entabuladas pelos jovens; se se trata das mulheres adultas do grupo, os assuntos são, em geral, problemas de doença, custo de vida, criação dos filhos, alimentação, festas religiosas, etc. Quanto aos homens, os assuntos de preferência são relacionados à produção e comercialização dos produtos de sua *roça*, desde processos utilizados até custos de produção. Há também, como no descrito anteriormente, conversas de teor mais leve, inclusive o contar piadas, até de cunho

pornográfico, quando não se encontram crianças, mulheres ou pessoas estranhas ao grupo. Em geral, os homens conduzem a conversação no grupo maior, sendo as mulheres menos inibidas nos grupos menores.

É importante destacar que a participação do grupo extra-familiar na descascagem é considerada pelos informantes como solidariedade e não visa retribuição. Mas, quase sempre, as famílias que trocam esse tipo de trabalho recebem, em troca, ajuda. Para os entrevistados, essa ocupação é feita apenas para colaborar e fazer contato com outras pessoas e aproveitar o tempo ao invés de ficar ocioso. São esses aspectos que favorecem a continuidade desse hábito, porque socialmente é compensatório mobilizar-se para a CF do parente ou vizinho, após uma jornada de trabalho. Dos informantes, 85% acham que se a descascagem for mecanizada, provavelmente o "fazer a farinha" ficará monótono, porque as relações sociais ficarão menos constantes.

Nas demais tarefas, a participação feminina é maior durante as fases de prensagem, peneiragem e torrefação. As atividades comumente desenvolvidas pelos homens adultos são a ralagem, a peneiragem — realizada no ralo a motor — e a torrefação. Essa última só mais recentemente se tornou uma atividade do homem. A substituição da mulher pelo homem na torrefação está acontecendo devido a maior necessidade de comercialização da produção de farinha. O homem da região está se comportando desta maneira porque a produção de farinha, hoje, está sendo considerada mais uma atividade comercial do que doméstica pois há uma crescente necessidade de produzir e comercializar a produção. Esta maneira de

ver as coisas é devido ao fato de haver uma necessidade maior de complementação da renda familiar, em relação à que havia antes. A mulher, quando está realizando essa tarefa, visa mais a obtenção de produtos para o abastecimento, para o grupo doméstico.

Sobre o aspecto da ajuda mútua nos trabalhos desenvolvidos pelo mandiocultor da região em outras atividades fora da CF, chegou-se aos resultados, visualizados na TABELA a seguir.

TABELA 17 - AJUDA MÚTUA NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DOS DONOS DE CF

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Não respondeu	10	12,5
Participa	19	23,7
Não participa	51	63,8
TOTAL	80	100

FONTE: Dados de campo, 1979.

Ajuda mútua é a troca de serviços que as pessoas individualmente fazem. Esses trabalhos realizados na forma de ajuda mútua sempre são restituídos pelas pessoas receptoras. O pagamento não acontece em dinheiro, mas sim na forma de prestação de serviços.

Com os dados expostos na TABELA 17, torna-se claro que a ajuda mútua é pouco praticada na área da pesquisa totalizando apenas 23,8% dos participantes. Comparando esses resultados com a fase de descascagem da mandioca, percebe-se que essa última apesar de ser apenas por solidariedade é praticada mais intensamen

te pelas famílias pesquisadas. Já o adjutório ou mutirão é o regime de trabalho prestado em grupo a um determinado camponês da região. O beneficiado se incumbe de cobrir as despesas de alimentação no dia do trabalho para todos os trabalhadores e,quando solicitado, ele deve participar do adjutório, para repor os trabalhos recebidos.

Ao descrever o adjutório (mutirão), no Estado da Bahia, Caldeira[15] relata que, na Zona Cacaueira, o mutirão é ainda usado, mas no Recôncavo encontra-se em fase de extinção,devido principalmente ao esfacelamento das propriedades. Porém, nas propriedades, ainda são normalmente efetuados os adjutórios em limpas, queimadas, plantio e na CF. O adjutório na CF visa manter um maior interesse comum entre os componentes do grupo, muito mais que nas outras atividades.

Essa colocação veio confirmar mais ainda as trocas de serviços praticadas na forma de adjutório pelos agricultores na CF e nas outras atividades agrícolas. Na área da pesquisa, devido à atomização fundiária e a absorção da mão-de-obra familiar, as famílias trabalham mais isoladamente nas atividades agrícolas o que contribui para a queda da cooperação entre as famílias produtoras.

O adjutório, que já foi bastante praticado na região da pesquisa, está também em decadência. Sobre esse assunto o camponês M.C.R. informou: "Nos tempos passados quando eu era mais moderno, trocava muito adjutório. Naquele tempo, dia de "adjutorar" era dia de festa, tinha muita gente, bebida e comida, era fartura que só vendo...Hoje, nos tempos mais modernos a fartura aca

bou; os vizinhos só querem trabalhar a dinheiro ou então ficar na sua roça cuidando dos seus pés de mato"[16].

Quando se efetuam trocas de serviço, o procedimento seguido é mais ou menos comum: em geral, é num domingo ou feriado, de manhã, desenvolvendo-se 6 horas de trabalho e em épocas invernosas. É comumente realizada dentro do mesmo grupo de parentesco por pais, filhos, irmãos, tios e primos, que moram pela vizinhança. Essa é uma atividade econômica e social, porque ao mesmo tempo em que se estabelecem contatos, realizam-se atividades produtivas. A família que recebe o adjutório oferece, após a realização dos trabalhos, uma retribuição na forma de alimento e bebida. Segundo os informantes, anteriormente era servido um farto almoço, mas hoje só é servido um "tira gosto" com bebida, conforme depoimento citado anteriormente. O compromisso assumido ao receber o adjutório é providenciar algum tipo de merenda e pagar com serviços quando for solicitado. É comum esses grupos de parentesco repetirem o adjutório durante os 6 ou 8 meses de chuva, em atividades como preparar terreno para plantar, capinar e colher.

Os moradores que não fazem nem recebem nenhum tipo de adjutório correspondem a 63,8%. Os fatores que contribuem para isso são vários, entre eles o de não ter dependência de parentes e vizinhos para a realização dos trabalhos. Em segundo lugar, dizem que apenas um dia de serviço não resolve o problema pois se deve trabalhar durante todo o ano.

Com esse resultado e as justificativas apresentadas pelos informantes, percebe-se que o que está faltando para o campo

nês, além de maior extensão de terra é o interesse em cooperar nas atividades extras à CF.

6.5 Mudanças nas Relações de Produção

A adoção de novos equipamentos de trabalho na CF, o que está acontecendo na área pesquisada há aproximadamente 20 anos, conforme já referido, requereu investimentos. Estes investimentos, para os donos da CF, foram relativamente elevados. O capital empregado deveria resultar em retorno, mas isto não ocorreu porque as áreas de terra são limitadas, não sendo assim possível acrescer a área de cultivo. Além do mais, paralelo aos novos equipamentos, não aconteceu a adoção de técnicas de cultivo e uso de fertilizantes. As pequenas extensões de terra da região pesquisada podem ser claramente observadas através da TABELA demonstrativa a seguir.

TABELA 18 - TAMANHO DAS TERRAS EXPLORADAS PELOS DONOS DA CF

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Não respondeu	6	7,5
De 1 - 10 tarefas*	27	33,7
De 11- 20 tarefas	22	27,5
De 21- 30 tarefas	12	15,0
De 31- 40 tarefas	2	2,6
+ de 41 tarefas	11	13,6
TOTAL	80	100,0

FONTE: Dados de campo, 1979.

* A tarefa é a unidade agrária usada aqui na Bahia e equivalente a 0,4366 ha, de acordo com Caldeira (1966).

A grande maioria dos informantes — 61,2% — se estabe

lece em propriedades de menos de 20 tarefas, o que caracteriza uma estrutura fundiária bastante esfacelada. Apenas 13,6% possuem área de mais de 41 tarefas, o que lhes permite melhores condições de vida.

Anteriormente à inovação tecnológica, a utilização da CF era praticamente gratuita pelo usuário não proprietário que se comprometia em deixar as cascas das raízes ou um pouco de goma como retribuição. A partir da modernização, surgiu o processo de arrendamento das instalações da CF, pagando-se a renda obtida com parte da produção.

Os usuários são, em geral, desprovidos de recursos financeiros para montar a sua própria CF e fabricar a sua farinha. Em vista do surgimento do processo de arrendamento, aqueles produtores que dispunham de melhores condições econômicas foram impulsionados a instalar seus próprios postos de trabalho. Esse aspecto é melhor visualizado na TABELA 19 a seguir.

TABELA 19 - TEMPO DE CULTIVO DE MANDIOCA E DA INSTALAÇÃO DA CF, EM %

CATEGORIA	TEMPO DE CULTIVO E FABRICAÇÃO	TEMPO DE INSTALAÇÃO DA CF
+ de 20 anos	92%	40%
De 5 - 19 anos	6%	30%
Menos de 5 anos	1%	30%
Não tem	1%	-
TOTAL	100%	100%

FONTE: Dados de campo, 1979.

Vê-se, pela TABELA 19, que 92% dos camponeses, à época

da pesquisa, cultivavam a mandioca há mais de 20 anos. Desses, apenas 40% possuíam CF em funcionamento; o restante fazia a farinha em instalações "emprestadas". As CF instaladas há menos de 20 anos correspondiam a 60%, para um total de 7% das famílias produtoras.

Houve uma proliferação bastante acentuada de novas CF na região desde a instalação dos novos equipamentos de trabalho. Esse aspecto foi relatado pelo Senhor I.G.R.: "Nós não tínhamos CF, nós fazíamos na instalação "emprestada", mas depois que eles começaram a cobrar, nós não tivemos outro jeito. Empregamos um dinheirinho, ficamos pagando. Hoje nós temos para arrendar aos mais "fracos" e para fazer a nossa farinhazinha"[17].

É normalmente essa visão dos novos proprietários da CF. O emprego do capital para a compra do material foi relativamente difícil, mas encontraram uma maneira de solucionar o problema.

Os gastos de manutenção da CF são relativamente elevados, para os proprietários, porque eles além dos gastos de combustível, há os de conserto e conservação dos equipamentos. Isso resulta em elevação do custo de produção.

O arrendamento passou a afetar de certa maneira as relações sociais. Diminuiu o número de pessoas no ato de fazer a farinha, ocasionando a queda da ajuda mútua nos trabalhos, principalmente na ralagem, que era totalmente manual. A troca de serviços foi mais afetada quando o motor, que impulsiona o ralo de sintegrador de raízes, substituiu o homem nas tarefas e os contatos pessoais ficaram, assim, basicamente restritos aos grupos domésticos, e aos usuários arrendatários.

Os proprietários das CF se organizam de forma tal que não devem prejudicar o uso das instalações pelo usuário-arrendatário e a sua própria produção. Não há normalmente dias fixos para se fazer a farinha. Ela é ocupada por 2 dias pelo proprietário e o restante da semana é destinado ao arrendamento. Isso propicia a não ociosidade e a fabricação da farinha por duas famílias ao mesmo tempo. Para melhor descrever este aspecto, foi elaborada a TABELA a seguir.

TABELA 20 - UTILIZAÇÃO DA CF PELO PROPRIETÁRIO E PELO ARRENDATÁRIO, EXPRESSO EM %

DIA	PROPRIETÁRIO	ARRENDATÁRIO
Não respondeu	4%	5%
2a. e 3a.	35%	14%
4a. e 5a.	-	8%
5a. e 6a.	38%	44%
Não tem dia marcado	23%	29%
TOTAL	100%	100%

FONTE: Dados de campo, 1979.

Vê-se pela TABELA 20, que no início da semana o uso é relativamente baixo para os arrendatários, com apenas 14% em relação aos proprietários — 35%. O proprietário escolhe esses dias para não "prejudicar" o arrendatário e também porque a farinha recebida durante a semana pode ser misturada, apresentando estar sempre aquecida. Isso facilita a comercialização, pois um dos itens importantes para o comprador é que a farinha seja nova, de preferência ainda quente.

Nos dias de 4a. e 5a.-feira, somente 8% dos arrendatá

rios produzem a sua farinha. Nesses dias, geralmente as famílias produtoras estão mais voltadas em resolver assuntos burocráticos na cidade ou em trabalhar nas suas roças ou como diarista. De acordo com R.R., no meio da semana, "Nós fazemos é cuidar dos pés de plantas, dos animais e de ir a cidade tratar de algum problema que sempre aparece. Fazer a farinha nós preferimos é no fim da semana e se não der, então nós fazemos no início da semana"[18]. Esse relato demonstra a praticabilidade e funcionamento do uso das instalações da CF.

Há preferência pelo proprietário — 38% — e pelo arrendatário — em 44% — no uso das instalações no final da semana, ou seja quinta e sexta-feira. Eles encontraram com esse rodízio, uma forma organizacional de trabalho, porque todos podem produzir a farinha compatibilizando os dias de uso. Normalmente, quem faz a farinha na 4a. e 5a.-feira, no final da quinta está efetuando apenas a torrefação. Por isso, pode ser acomodado a nova família e o novo material e então iniciar-se outro processo. Isso não ocasiona a "mistura" de farinha e mandioca, pois uma família está saindo e outra está chegando para trabalhar.

Ainda existem aqueles que não têm dia definido para fazer a farinha, mas mesmo assim não ficam sem produzi-la semanalmente. Os proprietários que se encontram nessa situação são 23% e os arrendatários, 29%. Os proprietários não se definem porque estão dependendo dos dias não usados pelos arrendatários. Eles sabem também que vão receber certa quantidade de farinha, através do arrendamento, e isso, às vezes, satisfaz o consumo. Além disso, de vez em quando, a mandioca não está madura, não tendo por

tanto matéria-prima para ser transformada em dia certo, todas as semanas. Esse último motivo de não se ter dia fixo para fazer a farinha foi comentado pelo Senhor H.C.: "Não podemos marcar o dia de trabalhar na CF, se nós não temos a certeza de que vamos ter as raízes prontas. Então é melhor esperar e marcar o dia certo, senão nós perdemos o tempo e fazemos os outros também perder"[19].

É evidente que, muitas vezes, os arrendatários assim como os donos da CF não marcam antecipadamente os dias de uso, porque estão dependendo da colheita da mandioca.

6.6 O Sistema de Arrendamento

Arrendamento é um tipo de contrato em que o imóvel é cedido ao ocupante por determinado tempo. O pagamento desse aluguel é efetuado, na área pesquisada, em certa quantidade da produção obtida nos dias de ocupação. Esse critério resulta em aumento da produção semanal da farinha para o proprietário e diminuição da produção para o usuário-arrendatário. Ele se constitui numa alternativa usada pelo pequeno produtor para complementação da renda familiar, além dos outros já mencionados.

Inicialmente, fazem-se contatos informais (na porta da casa, na *roça*, na CF, na venda, etc.), quando se diz apenas que no dia X a família Y vai usar as instalações, evitando-se com isto o risco de duas ou mais ocupações simultâneas. Cada arrendatário, além de conduzir a matéria-prima, leva também a lenha para a combustão do forno, uma vez que este tipo de combustível, como já referido, anda escasso nas localidades. Para se complementar

a lenha, usa-se também uma mistura de folhas de coqueiro, maniva (caule de mandioca) ou jurema (plantas nativas de pequeno porte). Esta mistura não aquece bem o forno depreciando a farinha e resultando em má qualidade.

A medida convencional para a medição da farinha é a **quarta**, equivalente a 20 litros. Cobra-se X litros de farinha por quarta torrada. De acordo com informações dos entrevistados, foi elaborada a TABELA a seguir.

TABELA 21 - QUANTIDADE DE FARINHA PAGA PELO ARRENDAMENTO SEGUNDO O DONO DA CF, EXPRESSO EM %

CATEGORIA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Não respondeu	7	8,7
1 litro/quarta	4	5,0
2 litros/quarta	5	6,2
3 litros/quarta	47	58,8
4 litros/quarta	15	18,8
5 litros/quarta	2	2,5
TOTAL	80	100%

FONTE: Dados de campo, 1979.

É importante observar que 77,6% dos arrendatários pagam de 3 a 4 litros por quarta de farinha torrada, representando uma média de 20% da sua produção. Apenas 5,$% dos usuários pagam ao proprietário 1 litro por quarta produzida, o que se explica segundo o Sr.W.F., dono de CF pelo seguinte motivo: "Nós cobramos só 1 litro a quarta porque os usuários são muito amigos da gente. Então, essa quantiazinha serve para nós comermos ou então intei

rar um pouquinho à que nós vamos vender"[20].

Os 2,5% que pagam 5 litros por quarta (25% da produção) são os usuários da única CF que dispõe de uma torradeira elétrica. O proprietário dessa CF informou que esses usuários preferem esse pagamento porque são dispensados trabalhadores na fase da torrefação. O forno de metal é aquecido por lenha, mas existem 4 braçadeiras que movimentam constantemente a massa, até tornar-se farinha. Essas famílias arrendatárias fazem essa opção porque não dispõem de mão-de-obra familiar e não se interessam em pagar torradores. Além desses aspectos há o relacionado com a distância, pois moram bem próximo a essa CF. Neste processo de torrefação mecanizada, necessita-se apenas de uma pessoa para ficar atiçando o fogo sob o forno e observando quando a farinha fica pronta. A CF com "braçadeira" chega a torrar em cada fornada, que dura também cerca de uma hora, 3 quartas de farinha (60 litros). Perde-se menos tempo nessa fase do trabalho e também há menos desgaste físico.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAP. 6

* No ANEXO II, estão documentados, através de fotografias, alguns aspectos ligados à *Casa de Farinha e ao contexto sócio-cultural.*

[1] MELLO, M.O. de A. Ecologia da Bahia e o reflorestamento. In: SIMPÓSIO FLORESTAL DA BAHIA, 1. Salvador, 1974. *Anais.* Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1974. p.41-117.

[2] Dados obtidos, atavés de técnicos de pesquisa da mandioca, no CNPM/EMBRAPA, Cruz das Almas, 1980.

[3] Idem.

[4] BRASIL. Leis, decretos, etc. *Portaria nº 59, de 09.02.79.* [Brasília] Conselho Nacional de Petróleo, 1979. Decreto Federal. mimeog.

[5] NORMANHA, E.S. A mandioca no Brasil e no mundo. In: *I Curso Intensivo da Mandioca,* Cruz das Almas, CNPM/EMBRAPA, 1976. p.2-14..

[6] PEREIRA, N. do V. Indústrias rurais populares. *Boletim da Comissão Catarinense de Cultura,* Florianópolis, Fundação Nacional de Arte, *17*(32):28-36, 1979. (Ensaio).

Refere-se à lei de 1688 sobre a colonização açoriana em Santa Catarina (1748-1756).

[7] CONCEIÇÃO, A.G. da. *A mandioca.* Cruz das Almas, UFBa./EMBRAPA/BNB/BRASCAN NORDESTE, 1979. p.295.

[8] CRUZ, J.A. A indústria da farinha da mandioca em Sergipe e a energia elétrica de Paulo Afonso. [Rio de Janeiro] 1958. Separata de *Econ. e Finanças,* 1958.

[9] Transcrição livre de depoimento de um camponês do Município de Cruz das Almas, por ocasião da observação participante (1980).

[10] GARCIA JR., A.R. *Terra de trabalho* — trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1975.

Dissertação de Mestrado. xerocop. p.179.

[11] CARVALHO, M.R.G. *Os pataxós de Barra Velha;* seu susbiste ma econômico. Salvador, UFBa., Fac. de Fil. e Ciênc. Humanas, 1977. Dissertação de Mestrado. mimeog. p.258.

[12] BAHIA. SEPLANTEC. CEPLAB. *Anuário Estatístico do Estado da Bahia.* Salvador, 1978/79. v.6. p.55.

[13] MARQUES, N.N. Cultura da mandioca. *Revista Sergipana de Folclore,* Sergipe, 2(3): 9-43, 1979.

[14] AGUIAR, N. *Tempo de transformação no Nordeste.* Petrópolis, Vozes, 1980. p.111-127.

[15] CALDEIRA, C. Mutirão — formas de ajúdua mútua no meio rural. São Paulo, Nacional, 1966. (Xerox de capítulo de uma obra não referenciada) p.122-32.

[16] Transcrição livre de depoimento de mim camponês do Município de São Felipe, por ocasião da observação participante(1980).

[17] Transcrição livre de depoimento de um camponês do Município de Sapeaçu, por ocasião da observação participante (1980).

[18] Transcrição livre de depoimento de um camponês de Sapeaçu, por ocasião da observação participante (1980).

[19] Transcrição livre de depoimento de um camponês do Município de Muritiba, por ocasião da observação participante(1980).

[20] Transcrição livre de depoimento de um camponês de Município de Sapeaçu, por ocasião da observação participante(1980).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, tentou-se situar a organização social existente na unidade produtiva, *Casa de Farinha* (CF). Os aspectos observados quanto à organização social foram relacionados com a adoção de novos equipamentos de trabalho, transformações técnicas que ocasionaram, de certa forma, algumas mudanças sociais dos trabalhadores.

Enfim, discutiu-se a organização produtiva através da utilização dos fatores de produção disponíveis (terras, capital e força-de-trabalho), usados pelos grupos domésticos camponeses.

A área escolhida para a realização dessa pesquisa foi a de zonas rurais que pertencem aos Municípios de Cruz das Almas, Muritiba, São Felipe e Sapeaçu, situados na Microrregião, 151 — Recôncavo Baiano. Durante o andamento da investigação, as hipóteses apresentadas no capítulo 2, guiaram a elaboração e aplicação dos questionários, assim como os outros métodos e técnicas utilizados.

Após a conclusão da fase de coleta de dados, através da aplicação do questionário e de sua análise, procedeu-se a uma complementação, por meio de entrevistas informais, com o intuito de trazer não só mais subsídios à investigação como também estabelecer um melhor relacionamento com os informantes. Este material foi registrado através do uso do diário de campo.

Esses dados complementares foram importantes porque contribuíram sensivelmente para uma melhor análise e compreensão do comportamento dos informantes quanto à organização social dentro e fora da CF. Foi relevante também porque propiciou melhor aplicabilidade e um conhecimento mais profundo da situação, viabilizando o desenvolvimento da investigação.

• Análise das hipóteses

Faz-se, a seguir, a análise das hipóteses propostas para a execução da pesquisa.

1a. hipótese - *Existe uma organização social na CF baseada na divisão do trabalho familiar, no sexo e na idade que ocasiona o aumento da produção e a coesão social entre os produtores.*

São as seguintes as variáveis indicadas para essa hipótese: sexo, idade dos componentes das famílias, produção, consumo e comercialização semanal, tipos de relacionamento entre usuário não proprietário e usuário proprietário e tempo das instalações da CF.

Durante todo o período da pesquisa, utilizando-se essas variáveis, chegou-se à seguinte conclusão: todos os componentes dos grupos domésticos, que trabalham nas atividades de transformação da mandioca, obedecem à divisão social do trabalho quanto à idade e ao sexo. Os membros das famílias são adestrados pelos mais velhos, geralmente os pais, para assumirem funções conforme o sexo e a idade dentro do sistema produtivo de transformação da raiz de mandioca. É necessário que todos os componentes dos grupos domésticos saibam fazer todas as tarefas porque elas

são subseqüentes umas às outras e não podem ser realizadas por menos de duas pessoas, como é o caso da descascagem, prensagem e torrefação.

Porém, é indispensável que haja um operador principal, adulto e experiente para coordenar e executar os trabalhos, Justifica-se a presença do adulto porque, existem certas tarefas no processamento da mandioca que requerem muito esforço físico paralelo a essa experiência. As crianças participam dos trabalhos porque fazem parte da força-de-trabalho familiar: "fazendo-se,aprende-se a fazer", conforme dizem os camponeses.

A variável sexo no desenvolvimento dos trabalhos é importante porque a produção é do grupo doméstico e para o seu abastecimento. Habitualmente, toda a família desenvolve as tarefas produtivas. A não ocupação de um dos sexos ocasionará a carência de mão-de-obra e essa carência fará com que haja a contratação de assalariados. Essas famílias, geralmente, não dispõem de dinheiro para remunerar a força-de-trabalho complementar.

A participação do elemento feminino é maior que a do elemento masculino, mas está tendendo a uma mudança. Isso é explicável porque os novos equipamentos de trabalho, ocasionaram a maior participação do homem nas atividades produtivas, principalmente na fase da torrefação. A nova tecnologia de produção foi empregada na forma de investimento produtivo. E, como investimento produtivo, deve gerar retorno; isso provoca a maior necessidade de comercializar a farinha e aumentar a sua quantidade. Em síntese, afirma-se que o homem está passando a se ocupar mais do processamento da mandioca, porque esse produto está cada vez mais

comercializável e porque os investimentos devem provocar retorno. Se não é aumentada a sua própria produção, deve-se obter a farinha de outras formas.

Logo, a divisão do trabalho baseado no sexo e na idade é importante. Os componentes dos grupos domésticos devem conhecer e saber fazer todas as etapas do processamento porque, em caso de necessidade, os operadores podem ser substituídos sem haver perda de tempo e de produção.

A elevação da produção da farinha está muito relacionada com o aumento da produção ou obtenção da matéria-prima. Conseqüentemente, o aumento da matéria-prima está relacionado com a área do cultivo, às condições do solo, ao uso de fertilizantes e técnicas de cultivo, ou da compra do produto *in natura*.

Ficou, porém, constatado que a ocorrência de mudança tecnológica nas instalações da CF, facilitando os trabalhos e diminuindo em parte o esforço físico despendido, não resultou em aumento substancial da produção. Isso se explica porque as áreas de cultivo não foram estendidas, mesmo porque não há quase área disponível, uma vez que, além da mandioca, os camponeses praticam a policultura em suas pequenas extensões de terra. As suas produções limitadas também não são acrescidas através da compra de mandioca *in natura*. Na região, não há o hábito de vender as raízes e também todos os camponeses que a produzem o fazem essencialmente para ser processada e não comercializada *in natura*. Conseqüentemente, os grupos domésticos devem trabalhar apenas com a sua produção limitada.

Para solucionar o problema da produção limitada de raízes de mandioca, o pequeno produtor poderia praticar a adubação, plantar as manivas (mudas) utilizando técnicas mais modernas e também prepará-las adequadamente. Se esses tratos culturais fossem praticados, o aumento da produção seria de cerca de 50%. Porém, esses métodos e técnicas não são ainda usados pelos pequenos produtores da área pesquisada. Há carência de orientação técnica e agronômica, falta de recursos para a aquisição de adubos e produtos para o tratamento das manivas a serem plantadas, assim como falta de locais apropriados para proceder os tratos culturais necessários.

A coesão social entre os produtores foi em parte alterada tendo em vista a adoção de novos equipamentos de trabalho, o que provocou o esvaziamento da *Casa de Farinha* em determinadas fases da transformação da mandioca. Como já mencionado, este esvaziamento se processou principalmente na ralagem da raiz, reduzindo-se em 1/3 o número de operadores necessários.

Anteriormente a CF continha mais operadores, por função das atividades que eram realizadas. O grande número de pessoas em conjunto propiciava o maior relacionamento entre os trabalhadores e suas famílias. Hoje, praticamente inexistem os "giradores da roda" profissionais, sejam assalariados ou de troca de serviços; esses trabalhadores foram substituídos pela máquina. Isso fez com que diminuíssem as oportunidades, para exercer a cooperação entre as famílias mandiocultoras. Com exceção da descascagem, os grupos domésticos, atualmente, realizam isolados os seus trabalhos, desfavorecendo a coesão social entre os produto

res.

Conclui-se que a divisão do trabalho continua familiar, baseada no sexo e na idade, mas que não houve substancial aumento da produção, nem aumentou a coesão social entre os produtores. O que houve foi uma relativa estabilização de produção e a dispersão dos trabalhadores e das famílias no âmbito da CF. O camponês aderiu à CF modernizada mas não teve condições de aproveitá-la ao máximo, devido aos problemas de ordem econômica, principalmente.

2a. hipótese - *A adoção de equipamentos mais modernos de trabalho ocasionou uma menor ocupação da força-de-trabalho familiar e a modificação no uso das instalações.*

Foram as seguintes as variáveis indicadas: absorção da mão-de-obra familiar e contratada, enumeração dos equipamentos de trabalho antigos e modernos, tipos das instalações e época da adoção desses novos equipamentos.

Verificou-se que a adoção dos novos equipamentos de trabalho, ocorridos na CF, vem acontecendo desde uns vinte anos. Esse novo processo de transformação da mandioca ocasionou proliferação bastante acentuada de novas CF, uma vez que o empréstimo foi substituído pelo sistema de arrendamento.

A mecanização da CF deveria ocasionar a redução da mão-de-obra não assalariada, aumentando a força-de-trabalho assalariado. Constatou-se, porém, que a mão-de-obra familiar — não assalariada portanto — continua como a principal força-de-trabalho da CF, uma vez que mais de 4/5 da população trabalhadora é oriunda da família. Isto se deve às condições de baixa renda dos

pequenos agricultores dessa região que não permitem a contratação de diaristas.

Outra razão de não ter sido aumentado o assalariamento com o processo de mecanização, é que a produção não é volumosa, incumbindo-se a família de realizar todos os trabalhos necessários. Essa limitação da produção, conforme já mencionado, deriva do não-aumento da área de cultivo e da falta de inovações técnicas no processo de plantação e uso de adubo.

O uso das instalações da CF, com essa nova sistemática, foi também modificado porque o que era "emprestado" passou a ser arrendado por quantidades de produção relativamente elevadas, como já referido. O usuário-arrendatário tornou-se dependente do proprietário para fazer a sua farinha. Essa dependência deriva da necessidade dele retirar de 15 a 25% da sua produção para pagar o arrendamento, resultando em menores quantidades para o consumo e a comercialização.

A mecanização resultou também em especialização parcial de trabalho, pois os operadores dos novos equipamentos devem estar melhor adestrados em comparação aos antigos.

Pode-se concluir que as modificações nos usos das instalações não ocasionaram a substituição da mão-de-obra familiar. O que aconteceu de fato foi que o arrendamento substituiu o "empréstimo" e as famílias passaram a produzir mais isoladamente. Aconteceu também o emprego do capital na forma de investimentos produtivos por algum camponês de maiores recursos. Com o esfacelamento das propriedades e a falta de inovações no próprio culti

vo, estes investimentos ficaram impossibilitados de gerar retorno direto, através do aumento da produção. Assim se incentivou a adoção do arrendamento.

3a. hipótese - *A Casa de Farinha é considerada culturalmente como uma unidade produtiva vinculada à esfera doméstica e, por isso, mulheres e crianças participam, com maior intensidade, em relação ao elemento masculino.*

Foram as seguintes as variáveis apontadas: divisão social do trabalho, tipos de atividades comumente desenvolvidas por ambos os sexos, tempo de participação nas tarefas desenroladas na CF pelos operadores, anterior e posteriormente à inovação dos equipamentos.

Foi constatado que a CF é uma unidade produtiva onde trabalha a família do pequeno produtor, e que a participação feminina predomina em relação à dos homens. A mulher, além dos afazeres domésticos e da CF, se incumbe de ajudar nos trabalhos de campo, desde o plantio à colheita. Na CF, como um todo, a sua participação é importante, porém a fase da torrefação atrai atualmente, a participação maior do elemento masculino.

Apesar da predominância do trabalho da mulher e das crianças na CF, as inovações tecnológicas bem como a adoção do processo de arrendamento forçaram a uma maior presença, atualmente, do elemento masculino, na operação e supervisão dos trabalhos aí desenvolvidos, principalmente quando as instalações estão sendo utilizadas por usuários arrendatários.

As crianças e adolescentes de ambos os sexos são importantes no processamento da mandioca. Eles constituem uma força-

de-trabalho iniciante e necessária ao sistema produtivo. Para isso, são adestrados desde os primeiros anos de vida e há casos de adolescentes do sexo feminino principalmente, ocupando-se totalmente de certas fases dos trabalhos.

A participação maior de todos os componentes familiares, em conjunto, é na fase de descascagem, porque ela requer muitos operadores, pois ainda se trata de uma fase totalmente manual.

Conclui-se que, ainda predominando a participação feminina nos trabalhos desenvolvidos na CF, a tendência atual é para sua diminuição, uma vez que, cada vez mais, a *Casa de Farinha* se constitui numa atividade comercial, com a venda semanal de sua produção interna e proveniente do arrendamento.

• Conclusões Gerais

A CF representa uma alternativa de produção usada pelo camponês da área pesquisada, visando não só o abastecimento doméstico mas também a comercialização semanal da produção — a farinha de mesa, principalmente — nas feiras livres e/ou ao intermediário.

É importante relembrar que o camponês dessa região, proprietário da CF, fica, em grande parte, subordinado a atuação do intermediário, não só quanto à venda da produção mas também quanto à compra do combustível utilizado no motor e ao transporte da mercadoria, entre outras coisas. Isso eleva, substancialmente, o custo de produção. Por outro lado, deve-se considerar a situação do usuário arrendatário que, além de possuir, normalmente, menos quantidade de terra e, em conseqüência, uma colheita menos sig

nificativa, fica também subordinado a "perder" uma parcela importante de sua produção ao se utilizar do processo de arrendamento da CF.

Dos três elementos envolvidos nesse sistema produtivo, é o intermediário que, normalmente, leva vantagens econômicas, uma vez que possui maior capital de giro em relação aos demais. Como o usuário arrendatário depende do dono da CF para transformar a matéria-prima, ele se constitui no elemento menos favorecido nessa organização de produção, retirando apenas o necessário para a sua sobrevivência.

****

ABSTRACT

Analysis of the social relations in the **Casa de Farinha** (cassava flour center), a peasant unit of production, based on a theoretical vision of peasant social and economic organization, through field research in four counties, social and cultural habits of the rural region of the Bahian Reconcavo are documented. A general description of the study are covers its physical, agricultural, land tenure and economic characteristics. The peasent family and the division of labor force, social organization including social relations, education and religion are described. The **Casa de Farinha** is analyzed in its physical layout, social division of labor, social relations, technological innovations, changes in relations of production (renter-owner), supplement of family income and marketing.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, N. Indústria em área rural. In: CONFERÊNCIA SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO, Winsconsin-USA, 8-10 nov. 1974. Conselho Nacional de Pesquisa/Fundação Ford. 1974. 26p. xerocop.

_____. A transformação da mandioca. In: _____. *Tempo de transformação no Nordeste*. Petrópolis, Vozes, 1980. p.11-53. xerocop.

ALASIA DE HEREDIA, Beatriz M., GARCIA, Marie France & GARCIA JR., A.R. El lugar de la mujer en unidades domésticas campesinas. In: SEMINÁRIO — A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA, Rio de Janeiro, 23-26 nov. 1978. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1978. 17p. xerocop.

ALMY, S.W. Dados familiares, distribuição e dados individuais. Salvador, UFBA/CEPED, 1979. (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO — PDRI - Estudo de Base).

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980. 278p.

BAHIA. SEPLANTEC. CEPLAB. *Anuário Estatístico da Bahia*. Salvador, 1979. v.6.

BRASIL. Leis, decretos, etc. *Portaria nº 59, de 09.02.79*. [Brasília] Conselho Nacional do Petróleo. Decreto Federal. mimeog.

BRITO, M.R. *Pequenos produtores rurais do Recôncavo Baiano; Cruz das Almas e São Félix*. Salvador, UFBa., Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1979. 179p. Dissertação de Mestrado. mimeog.

BURKE, Thomas J. & MOLINA Fº, José. *Adoção de inovações na agricultura*. São Paulo, USP-ESALQ. Departamento de Economia e Sociologia Rural, 1978. 29p. (Série Estudos, 21).

CALDEIRA, C. Mutirão; formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo, Nacional, 1966. (Xerocópia de capítulo de obra não referenciada). p.122-32.

CARVALHO, M.R.G. de. *Os pataxós de Barra Velha;* seu subsistema econômico. Salvador, UFBa., Fac. Filo. Cienc. Humans, 1977. Dissertação de Mestrado. mimeog.

CASCUDO, Luís da Câmara. Elementos básicos. In: _____. *História da alimentação no Brasil.* São Paulo, Nacional, 1968. v.2. p.95-115. (Brasiliense, 323-A).

CHALOULT, Yves. Agricultores de baixa renda; início de uma atuação no Nordeste. *R. Adm. Públ.*, Rio de Janeiro, *12*(3): 139-58. julh./set. 1978.

CONCEIÇÃO, A.J. da. *A mandioca.* Cruz das Almas, UFBa./EMBRAPA/BNB/BRASCAN NORDESTE, 1979. 383p.

CRUZ, J.A. A indústria da farinha de mandioca em Sergipe e a energia elétrica de Paulo Afonso. Separata de *Econ. e Finanças.* [Rio de Janeiro] (6): 1-11. 1958.

DEMO, P. *Desenvolvimento e política social no Brasil.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978. 250p.

DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social.* Lisboa, Presença, 1977. v.1. 263p.

FUNDAÇÃO IBGE, Rio de Janeiro. *Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário; Bahia.* Rio de Janeiro, 1977. v.7. 129p. tab. (Censos Econômicos de 1975).

FURTADO, C. *Teoria e política de desenvolvimento econômico.* São Paulo, Nacional, 1979. 344p.

FIRTH, R. *Elementos de organização social.* Rio de Janeiro, Zahar, 1974. 274p.

GARCIA JR., A.R. *Terra de trabalho;* trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1975. p.61-225. Dissertação de Mestrado. xerocop.

GODELIER, M. Antropologia econômica. In: COPAS, J., TORNAY, J. & BACKES-CLÉMENT, C. *Antropologia, Ciência das sociedades primitivas?* Lisboa, Martins Fontes, 1977. p.219-305.

GOODMAN, D.E. Estrutura rural, excedente agrícola e modos de produção no Nordeste brasileiro. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de

Janeiro, *6*(2):489-534. ago.1976.

LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. São Paulo, Nacional, 1978. 277p.

MAIR, L. *Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. 291p.

MARQUES, N.N. Cultura da mandioca. *Rev. Sergipana de Folclore*, Aracaju, *2*(3):9-43, 1979.

MARX, R. *Sociedade e mudanças sociais*. Lisboa, Difel, 1976. 362p.

MELLO, M.O. de A. Ecologia da Bahia e o reflorestamento. In: SIMPÓSIO FLORESTAL DA BAHIA, 1. Salvador, 1974. *Anais*. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1974. p.41-117.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. 265p.

NORMANHA, E.S. A mandioca no Brasil e no mundo. In: CURSO INTENSIVO DA MANDIOCA, 1, Cruz das Almas, CNPM/EMBRAPA, 1976. p.2-14.

PEREIRA, N. do V. Indústrias rurais populares. *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*, Florianópolis, Fundação Nacional de Arte, *17*(32):28-36, 1979. (Ensaio).

SAINT, W.S. Mão-de-obra volante na agricultura brasileira; uma revisão da bibliografia. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, *10*(2):503-26. ago. 1980.

SÁ JR., F. *O desenvolvimento agrícola nordestino e a função das atividades*. Rio de Janeiro, CEBRAP, 1973.

SANTOS, B.V.T. de. *Colonos do vinho*. São Paulo, Hucitec, 1978. 182p.

SILVA, J.F. Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1978. 267p.

ANEXO 1 — QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO SOBRE A *CASA DE FARINHA* E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

I IDENTIFICAÇÃO

Nº Questionário: _____

End. da *Casa de Farinha*: _____

Nome do informante: _____

Relação do informante com o chefe da família: _____

Data: _____ Nome do pesquisador: _____

II CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA:

	NOME	Relação com o chefe	Est. civil	Sexo	Idade	EDUCAÇÃO				RELIGIÃO					POLÍTICA		
						Mobral	Sabe ler	1º grau	2º grau	Católica	Batista	Espírita	N. inf.	S/relig.	Eleitor	Não votou	Discute
1																	
2																	
3																	
4																	
5																	
6																	
7																	
8																	
9																	
10																	
11																	
12																	
13																	
14																	
15																	
16																	
17																	
18																	
19																	
20																	

III CARACTERÍSTICAS GERAIS:

1. Há quanto tempo a família mora nesta propriedade?

   Desde o nascimento ☐

   Desde o casamento ☐

   Os pais já nasceram aqui ☐

   Onde morava antes (codificar) _____

   _____

   _____

   _____

   _____

2. Há quanto tempo o(a) senhor(a) cultiva a mandioca?

   Menos de 5 anos ☐

   5 a 20 anos ☐

   Mais de 20 anos ☐

   Não cultiva ☐

3. Há quanto tempo o(a) senhor(a) tem a *Casa de Farinha*?

   Menos de 5 anos ☐

   5 a 20 anos ☐

   Mais de 20 anos ☐

4. O(A) senhor(a) é proprietário(a) ☐ arrendatário(a) ☐

   meeiro(a) ☐ agregado(a) ☐ das terras onde mora?

   (Se não for proprietário) como é efetuado o pagamento da terra?

   Quanto paga _____

   ☐ por ☐ (mês-ano)

   ☐ dias de trabalho por ☐ (semana-mês)

   ☐ % dos cultivos

   a terra é emprestada ☐

5. O(A) senhor(a) é proprietário(a) ☐ meeiro(a) ☐
arrendatário(a) ☐ emprestado(a) ☐, da *Casa de Farinha?*

6. Além de ser agricultor, o senhor(a) tem outra atividade:

Pedreiro ☐

Dono de bodega (venda) ☐

Diarista ☐

Pecuária ☐

Outra (codificar) _____

_____

_____

_____

_____

_____

7. Qual a sua opinião:

A mulher deve cuidar do lar e da *Casa de Farinha?* ☐

A mulher deve cuidar só da família e do lar? ☐

O homem é quem deve cuidar do dinheiro da família? ☐

Os filhos devem ir à escola? ☐

IV CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO AMBIENTE (Observar):

A) CASA DE MORADA

1. Tipo de construção:

alvenaria ☐ taipa ☐ adobe ☐ madeira ☐

2. Estado de conservação:

bom ☐ apto a reforma ☐ sem condições de reforma ☐

3. Tipo de cobertura predominante:

telha de barro ☐

zinco/alumínio ☐

palha/sapé ☐

outro (codificar) _____

_____

_____

_____

4. Tipo de piso:

cimento ☐

madeira ☐

terra batida ☐

outro (codificar) _____

_____

_____

_____

B) *CASA DE FARINHA:*

5. Tipo de construção:

alvenaria ☐ taipa ☐ adobe ☐ madeira ☐

6. Estado de conservação:

bom ☐ apto a reforma ☐ sem condições de reforma ☐

7. Cobertura predominante:

telha de barro ☐

zinco/alumínio ☐

palha/sapé ☐

outro (codificar) _____

_____

_____

8. Tipo de piso:

cimento ☐ madeira ☐ terra batida ☐ outros (codificar) _____

_____

_____

9. Equipamentos (observar):

nº de fornos ☐ barro ☐ metal ☐

máquina de ralar (sevar): manual ☐ motor elétrico ☐

motor a gasolina ☐ motor a óleo diesel ☐

prensa: elétrica ☐ manual ☐ madeira ☐ metal ☐

10. Combustível:

eletricidade ☐ lenha ☐ gás ☐ maniva seca ☐

V RELAÇÕES SOCIAIS

1. Qual é o tipo de visitas que o(a) senhor(a) habitualmente recebe?

FREQÜÊNCIA / ESPECIFICAÇÃO	Todos os dias	De vez em quando	Nunca
parentes			
amigos/vizinhos			
líderes da comunidade			
pessoas políticas			

2. Quais são as visitas que o(a) senhor(a) realiza?

FREQÜÊNCIA / ESPECIFICAÇÃO	Todos os dias	De vez em quando	Nunca
amigos/vizinhos			
líderes da comunidade			
pessoas políticas			

3. Para resolver um problema da comunidade, que se faz?

As pessoas se juntam para discutir o problema ☐

As pessoas ignoram os fatos ☐

As pessoas entram em contatos com:

Cooperativas ☐

Igrejas ☐

Sindicatos ☐

Políticos ☐

As pessoas conversam com os envolvidos no caso ☐

4. Aqui as pessoas se juntam em mutirão (adjutório) para fazer algum trabalho, para um vizinho ou para a comunidade?

Sim ☐ Não ☐

Recebem em dinheiro : sim ☐ não ☐ Comida: sim ☐ não ☐

5. O(A) senhor(a) dá presentes ou agrados de vez em quando?

ESPECIFICAÇÃO	Amigos	Parentes	Vizinhos	Igreja	Políticos	Escola
Alimentos						
Presentes						
Outros						

6. Quando necessita de alguma coisa o(a) senhor(a) pede em prestado?

ESPECIFICAÇÃO	Amigos	Parentes	Vizinhos	Igreja	Políticos	Escola
Instrumento de trabalho						
Alimentação						
Dinheiro						
Outros						

7. O(A) senhor(a) ganha de vez em quando presentes ou agrados?

ESPECIFICAÇÃO	Amigos	Parentes	Vizinhos	Igreja	Políticos	Escola

VI CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES NA CF

1. Que levou o(a) senhor(a) a ter uma *Casa de Farinha*?

2. Como e quando o(a) senhor(a) aprendeu a fazer farinha?

ESPECIFICAÇÃO \ ÉPOCA	Quando criança	Quando adolescente	Quando adulto	Quando idoso
Em casa com os pais				
Na casa do vizinho				
Na casa do patrão				
Por mim próprio				

3. Como o(a) senhor(a) sabe conhecer uma boa farinha?

Quem lhe ensinou?

4. O(A) senhor(a) usa a mandioca para:

vender *in natura* ☐ (a)

fazer farinha ☐ (b)

dar aos animais ☐ (c)

alimento familiar ☐ (d)

Qual das alternativas é a mais importante para o(a) senhor(a): **a** ☐ **b** ☐ **c** ☐ **d** ☐

5. A farinha que o(a) senhor(a) produz semanalmente é para:

consumo ☐ alimento familiar ☐ consumo/venda ☐ venda ☐

outra finalidade (codificar)_____

_____

_____

_____

quantas quartas: gasta ☐ vende ☐

6. Quais são as pessoas que ajudam normalmente a fazer a farinha?

Relação com o chefe	F A S E S							
	crianças		adolescentes		adultos		velhos	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Família								
Amigos pagos								
Amigos n/ pagos								
Parentes pagos								
Parentes n/ pagos								
Vizinhos pagos								
Vizinhos n/ pagos								
Usuários arrendatários								
Diaristas								

7. (Se paga) o pagamento é efetuado com:

dinheiro ☐

produção ☐

dinheiro/produção ☐

adjutório ☐

outra modalidade (codificar)_____

_____

_____

_____

8. O(A) senhor(a) vende a farinha:

na feira ☐ aos vizinhos ☐ na porta ☐ ao intermediário ☐

outra (codificar)_____

_____

_____

_____

9. Quando o(a) senhor(a) não está produzindo a farinha, o que faz?

adjutório ☐

ajuda os vizinhos/amigos/parentes ☐

cultiva outras culturas ☐

trabalha por diária ☐

cuida dos animais ☐

outro (codificar)_____

_____

_____

_____

10. Qual é o relacionamento que as pessoas que usam a sua *Casa de Farinha* têm com o(a) senhor(a)? (codificar)_____

_____

_____

_____

_____

Eles moram perto daqui? sim ☐ não ☐

Eles pagam ao(à) senhor(a)? sim ☐ não ☐

/quartas ☐ trabalho ☐

Trazem o combustível? sim ☐ não ☐

O(A) senhor(a) ou a sua família ajuda-os a fazer a farinha? sim ☐ não ☐

Eles fabricam mais ou menos quantas quartas por dia?

quartas ☐

Quais são os dias em que usam a sua *Casa de Farinha*? (codificar)_____

Isto é combinado antes? sim ☐ não ☐

Onde? (codificar)_____

Como? (codificar)_____

11. Quais são os dias em que o(a) senhor(a) usa a *Casa de Farinha*? (codificar)_____

12. O(A) senhor(a) fabrica mais ou menos quanto de farinha semanalmente? ☐ quartas

13. Sua família poderia viver só com a produção da farinha? sim ☐ não ☐

Causa (codificar)_____

14. Quais são as vantagens de se ter *Casa de Farinha*?

fazer farinha ☐ emprestar ☐ atrair amigos e vizinhos ☐

arrendar ☐ aproveitar a mão-de-obra familiar ☐

evitar sair para fazer a farinha ☐ evitar pedir ou pagar ☐

outros (codificar) _____

_____

_____

_____

_____

_____

15. Quais as desvantagens? (codificar) _____

_____

_____

_____

_____

_____

16. (Se tem motor) que aconteceu com sua *Casa de Farinha* depois do motor?

O trabalho ficou mais oneroso ☐

As pessoas não são mais tão alegres ☐

O arrendamento ficou mais caro ☐

A farinha ficou mais gostosa ☐

Diminuiu o movimento ☐

Os bate-papos ficaram menores ☐

Outro (codificar) _____

_____

_____

_____

17. O que aconteceu com o pessoal que girava a roda depois de chegar o motor? foi para a cidade ☐ ficou na roça ☐

foi trabalhar na pecuária ☐ foi trabalhar fora de casa ☐

transformou-se em assalariado ☐ outro (codificar) _____

_____

18. (Se não tem motor) quem gira a roda é pago? sim ☐

não ☐

por dinheiro ☐ por produção ☐ por dinheiro/produção ☐

outro (codificar)_____

_____

_____

19. Quanto tempo por semana o(a) senhor(a) trabalha nessa atividade de girar a roda? (codificar)_____

_____

_____

_____

Só sabe girar a roda? (codificar)_____

_____

_____

20. O adjutório diminuiu depois que chegou o motor? (codificar)_____

_____

_____

21. O(A) senhor(a) já arrendava a *Casa de Farinha* antes de chegar o motor? (codificar)_____

_____

_____

_____

Que aconteceu quando o pessoal estava aprendendo a usar o motor? (codificar)_____

_____

_____

_____

22. Se a mandioca *in natura* tiver melhor preço que a farinha, o(a) senhor(a) acaba com a *Casa de Farinha*?

sim ☐ não ☐ causas (codificar)_____

_____

_____

23. Em caso de encerrar as atividades da *Casa de Farinha*, com praria a farinha do mercado ou da feira? (codificar)____

_____

_____

_____

_____

24. Há aspirações para a compra de descascador mecânico da mandioca? (codificar)_____

_____

_____

_____

25. Se faltar a farinha de mandioca, qual o produto alimentar que o substitui? (codificar)_____

_____

_____

26. Sempre as pessoas que trabalham na *Casa de Farinha* têm as mesmas atividades?

ATIVIDADES / PESSOAL ENVOLVIDO	arrancar	descascar	ralar	prensar	torrar	peneirar	carregar	vender
Chefe								
Esposa								
Filhos maiores								
Filhos menores								
Amigos/vizinhos/parentes								
Diaristas								

27. Quando surge um problema na família:

O chefe é quem resolve ☐

A dona da casa resolve ☐

Os filhos/homens/adultos ☐

A família unida ☐

Não respondeu ☐

Outro (codificar)_____

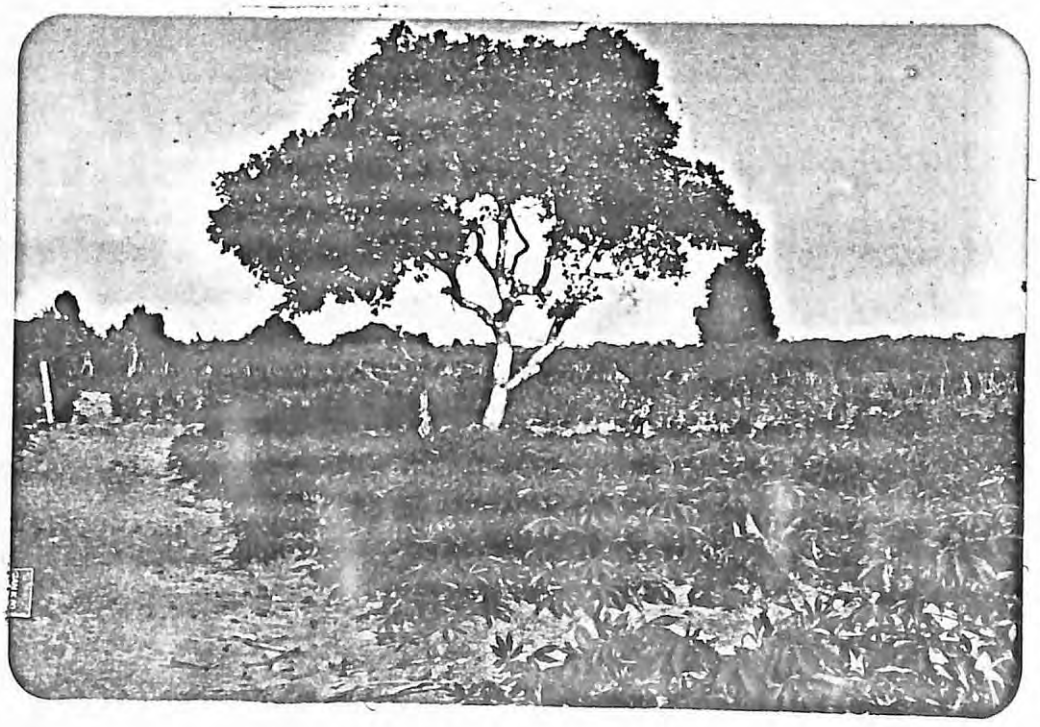
_____

_____

_____

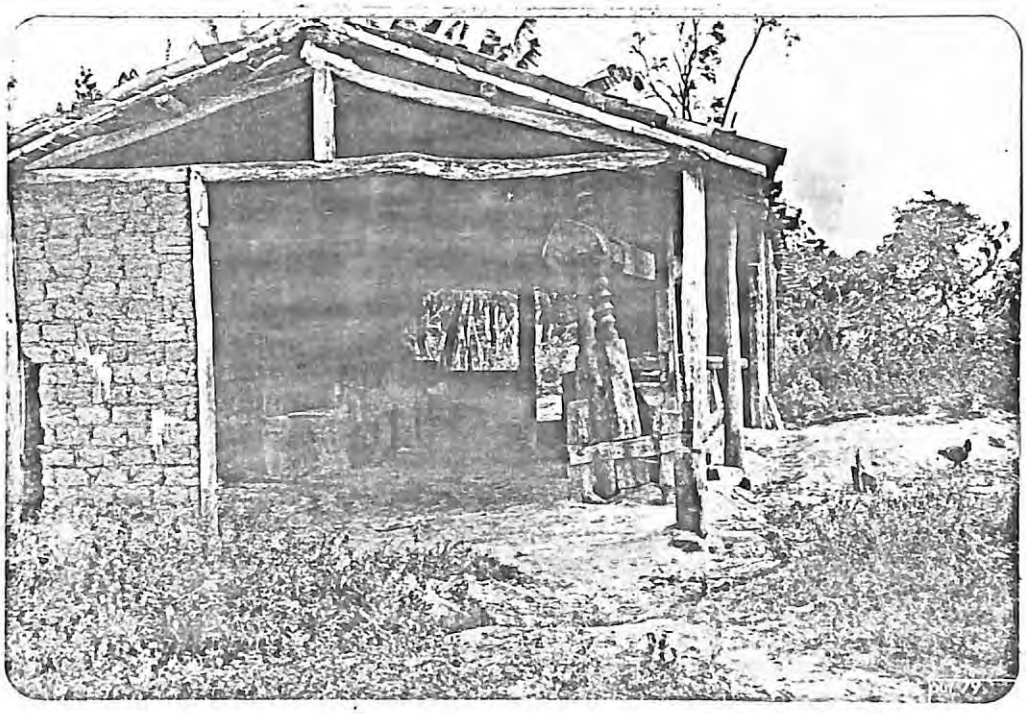
ANEXO 2 — FOTOGRAFIAS

1 – LAVOURA DA MANDIOCA

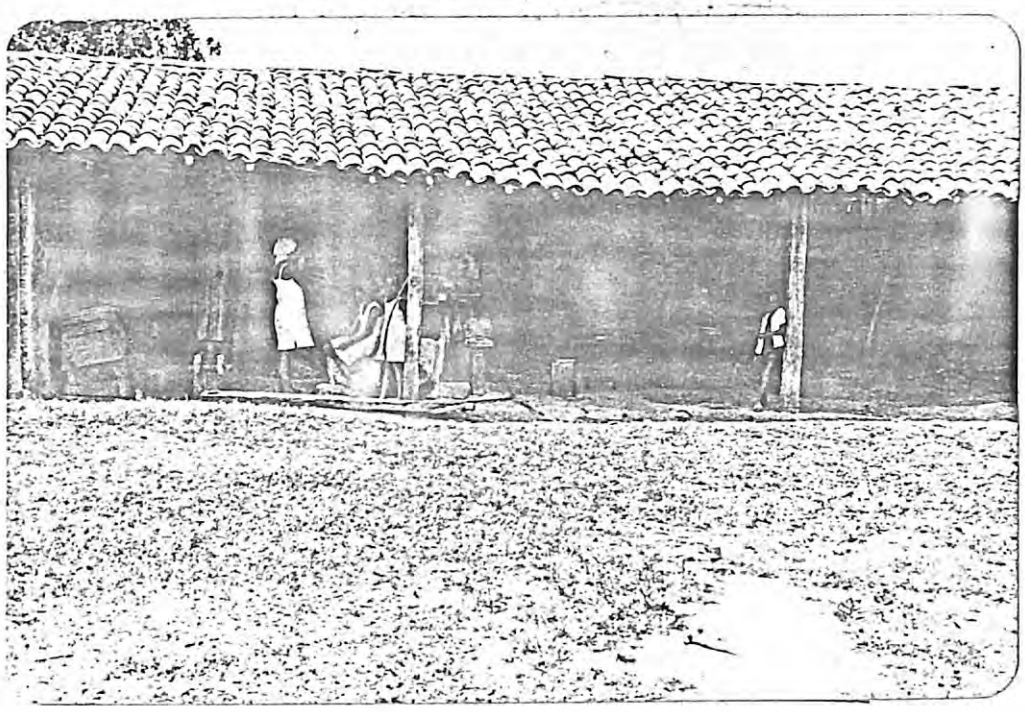


2 – LAVOURA DA MANDIOCA EM DUAS FASES
DO CULTIVO

3 - **CASA DE FARINHA** E PLANTAÇÃO DA MANDIOCA



4 - VISTA GERAL DA **CASA DE FARINHA**

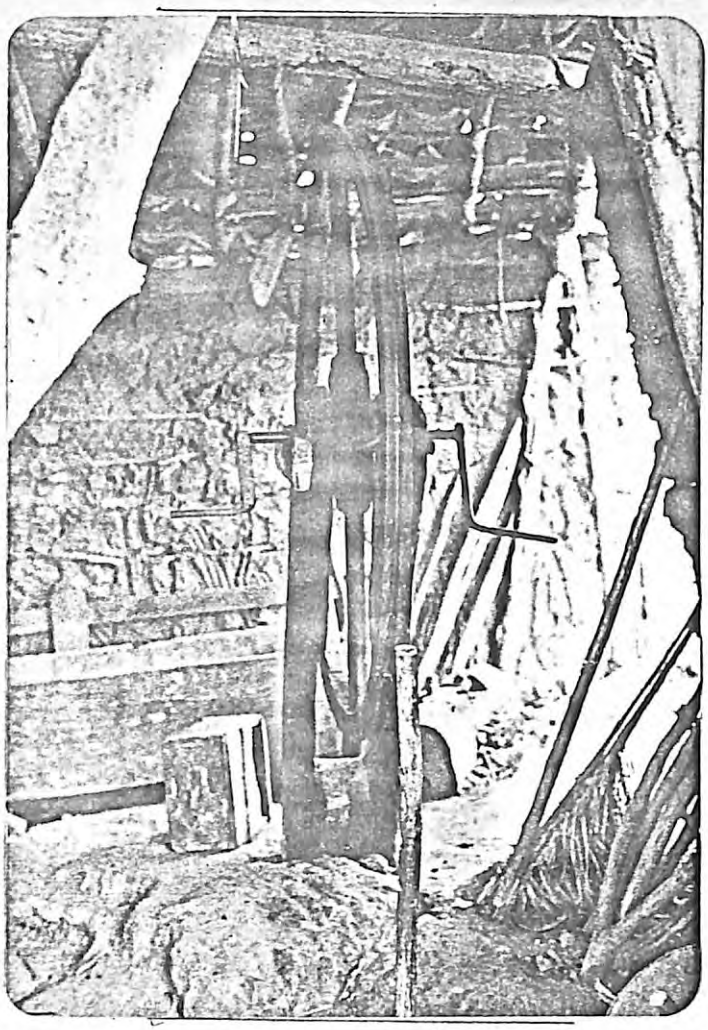


5 - VISÃO GERAL DA CASA DE FARINHA

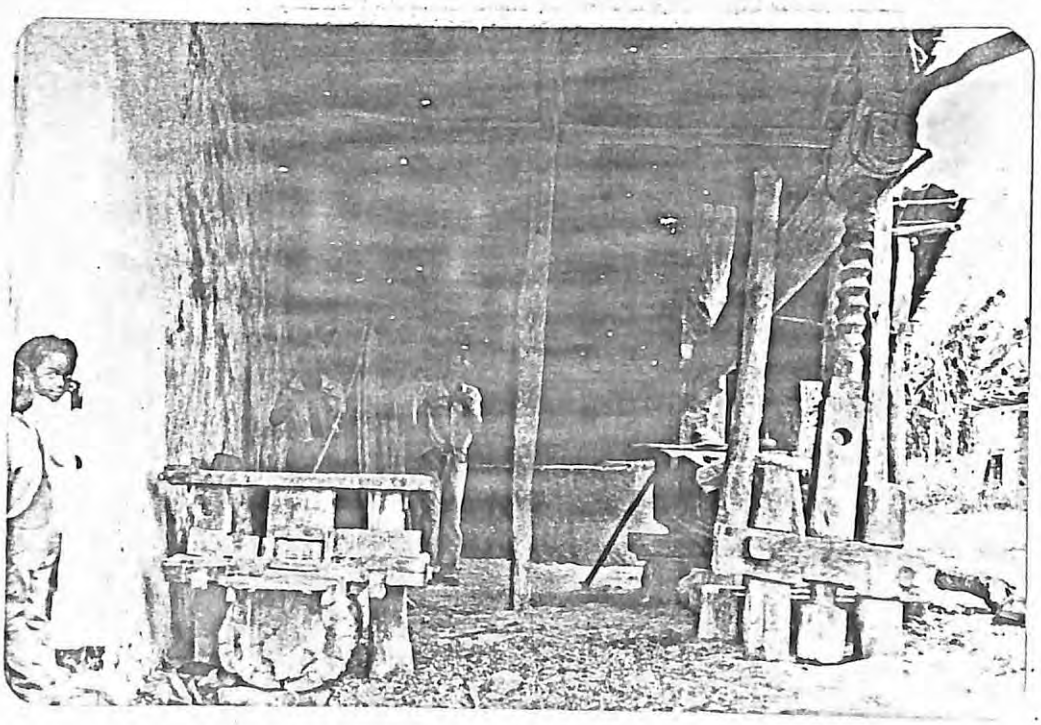
6 - DUAS FAMÍLIAS CAMPONESAS

7 – FASE DA DESCASCAGEM

8 – RELAÇÕES SOCIAIS NA FASE DE DESCASCAGEM

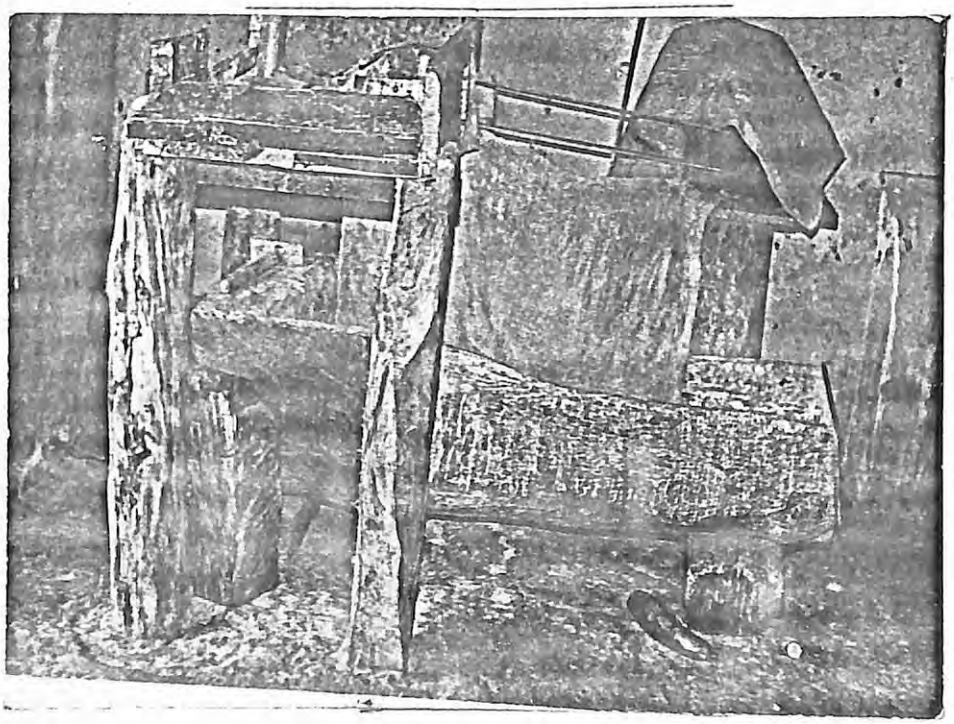


9 - CASA DE FARINHA TRADICIONAL - RODA MANUAL

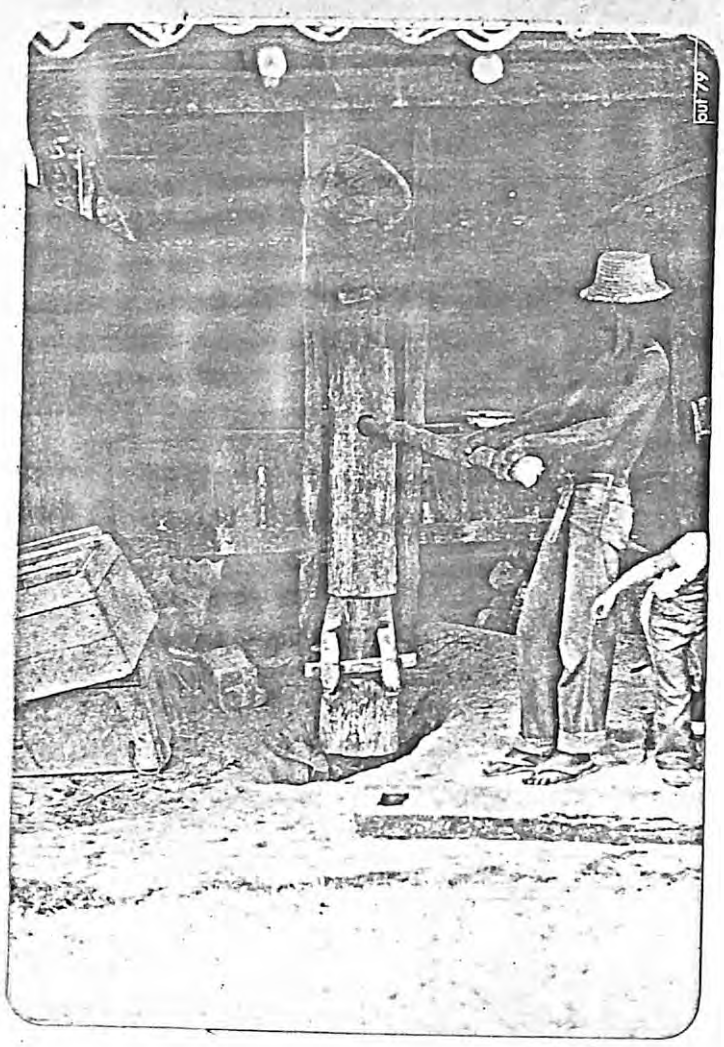


10 - GIRADORES DA RODA

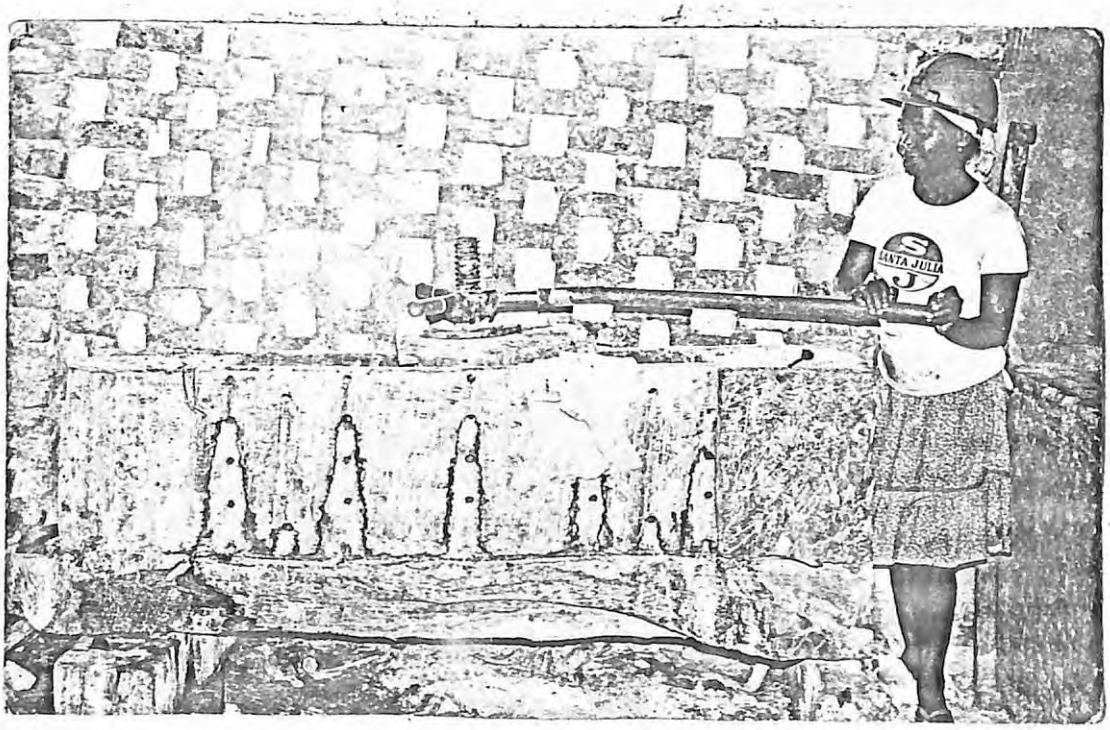
11 - CASA DE FARINHA MODERNIZADA — RALO MOTORIZADO



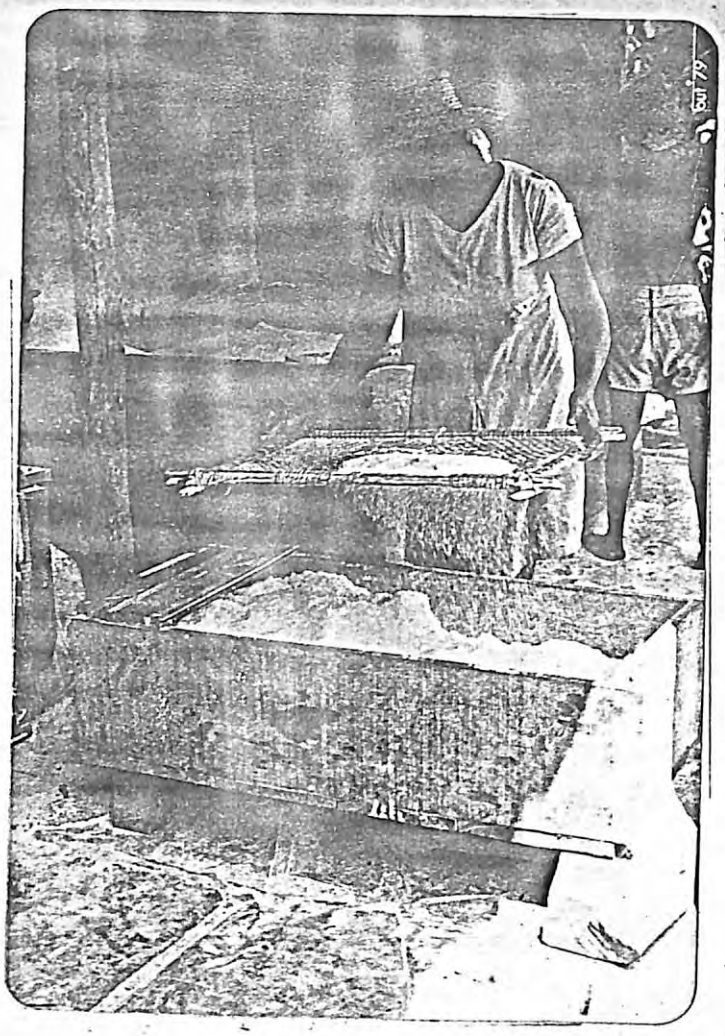
12 - O RALO NA CF MODERNIZADA



13 - PRENSA COM PARAFUSO DE MADEIRA

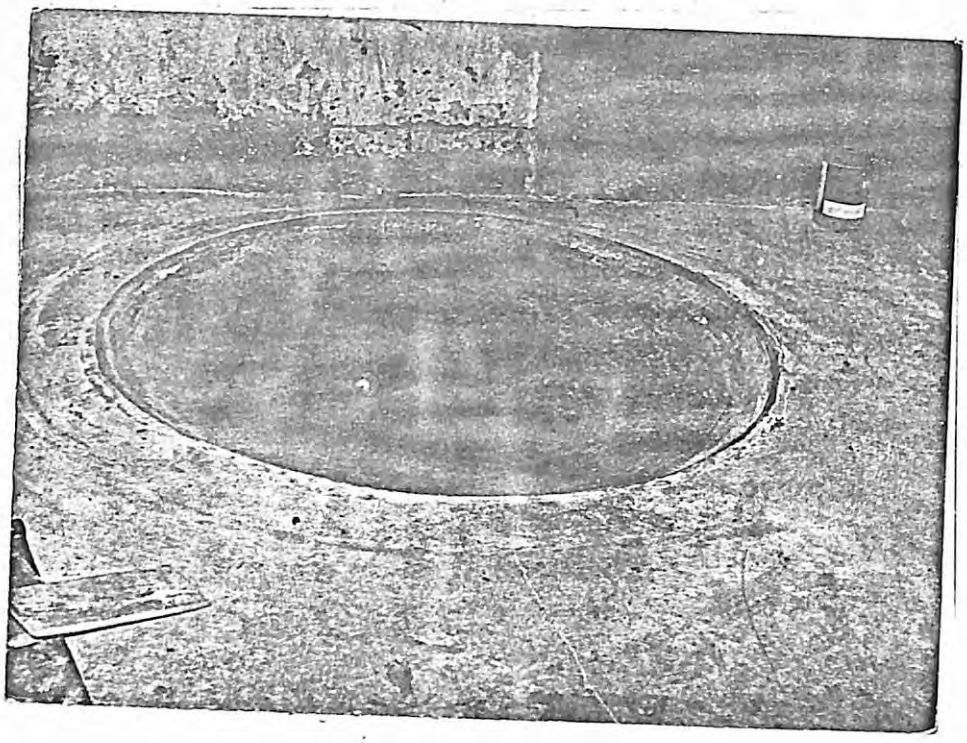


14 - PRENSA COM PARAFUSO DE METAL

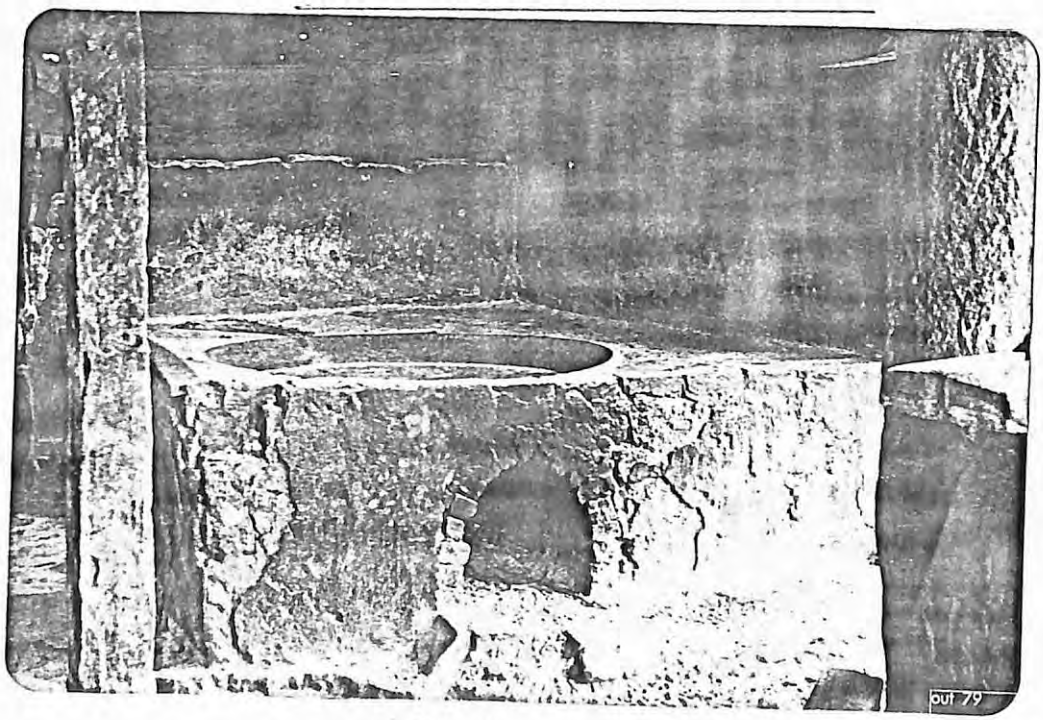


15 - PENEIRAGEM MANUAL

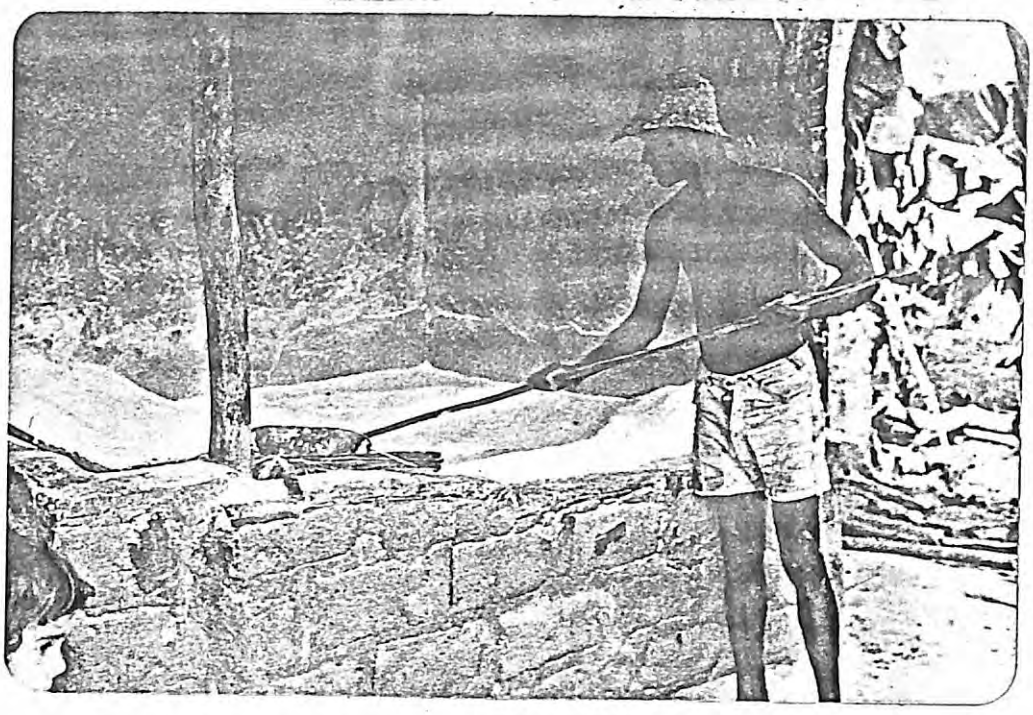
16 - PENEIRAGEM MOTORIZADA



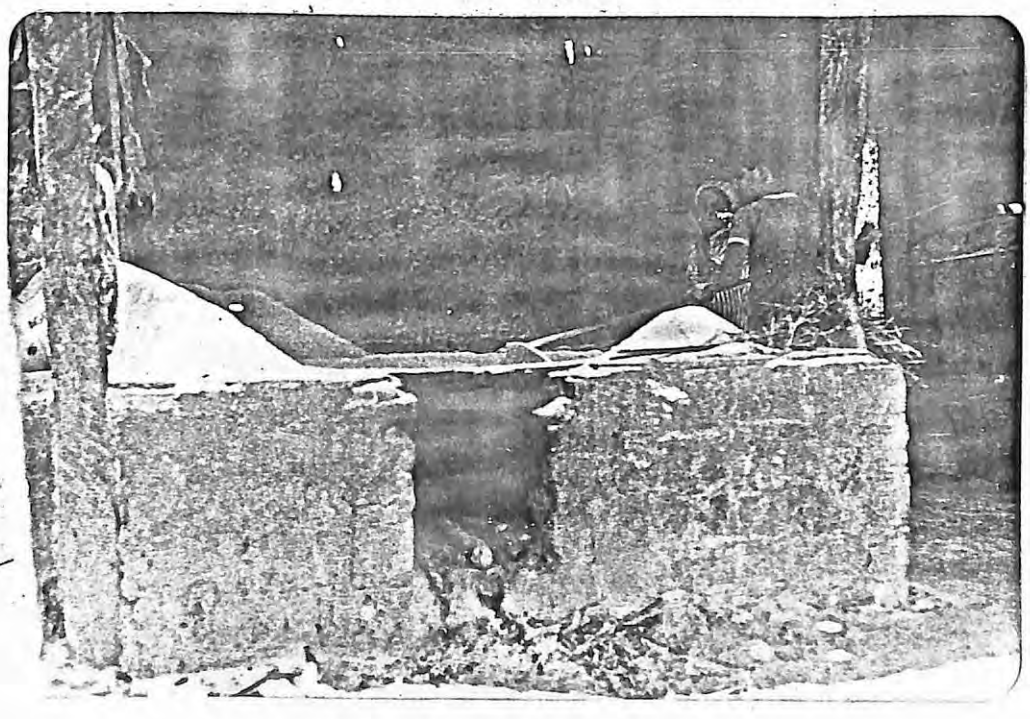
17 - FORNO DE BARRO



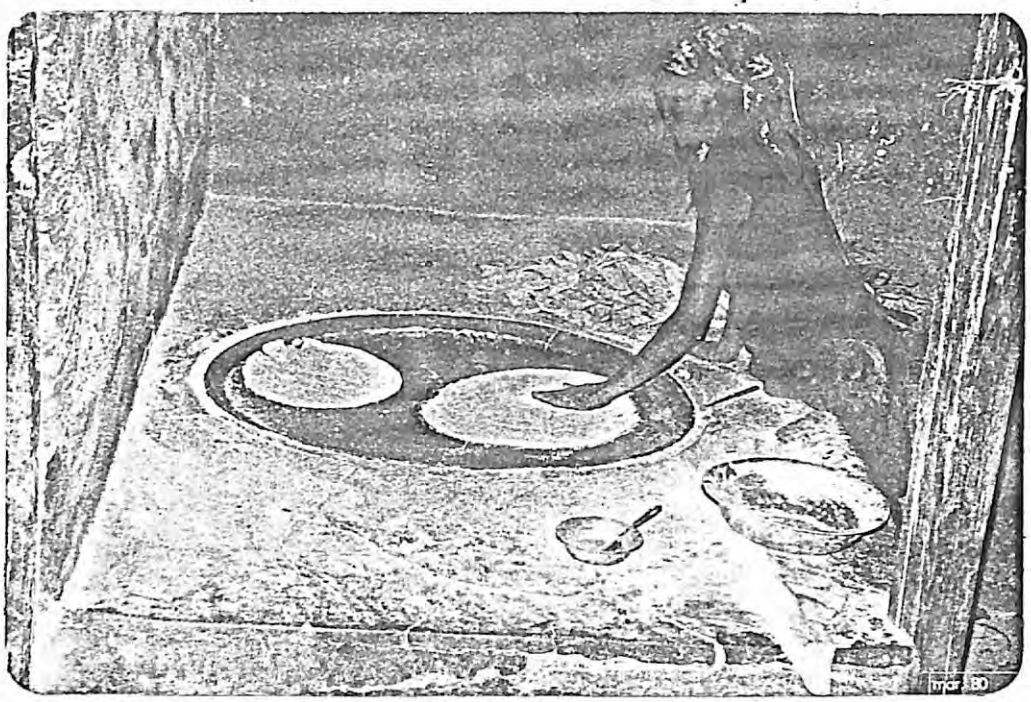
18 - FORNO DE METAL



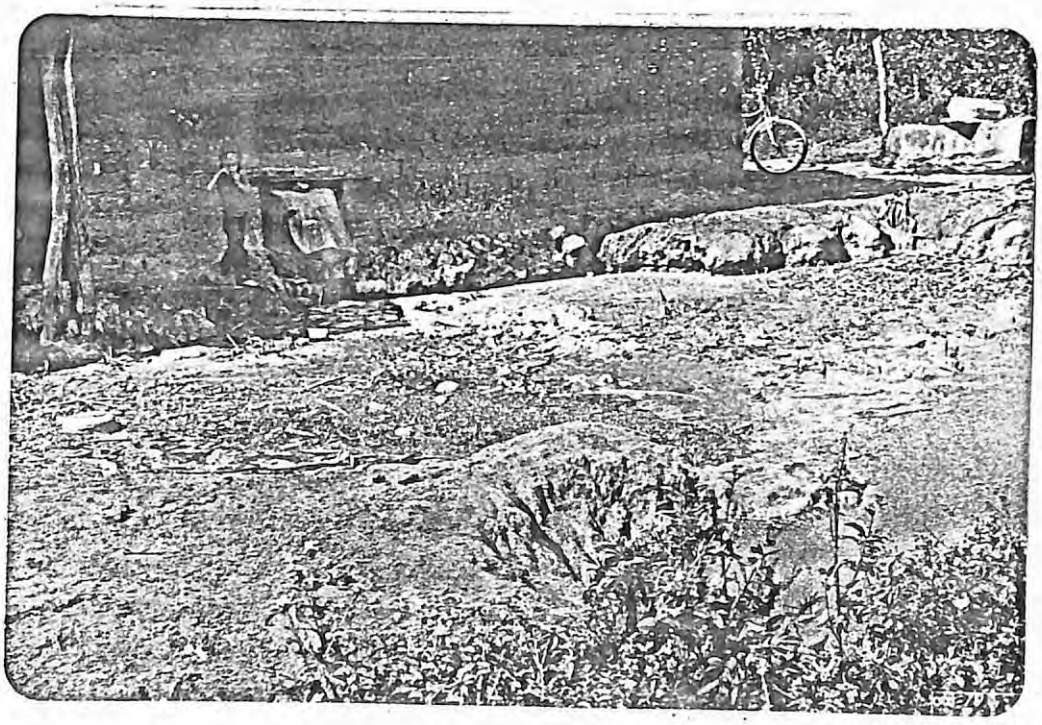
19 - FASE DE TORREFAÇÃO



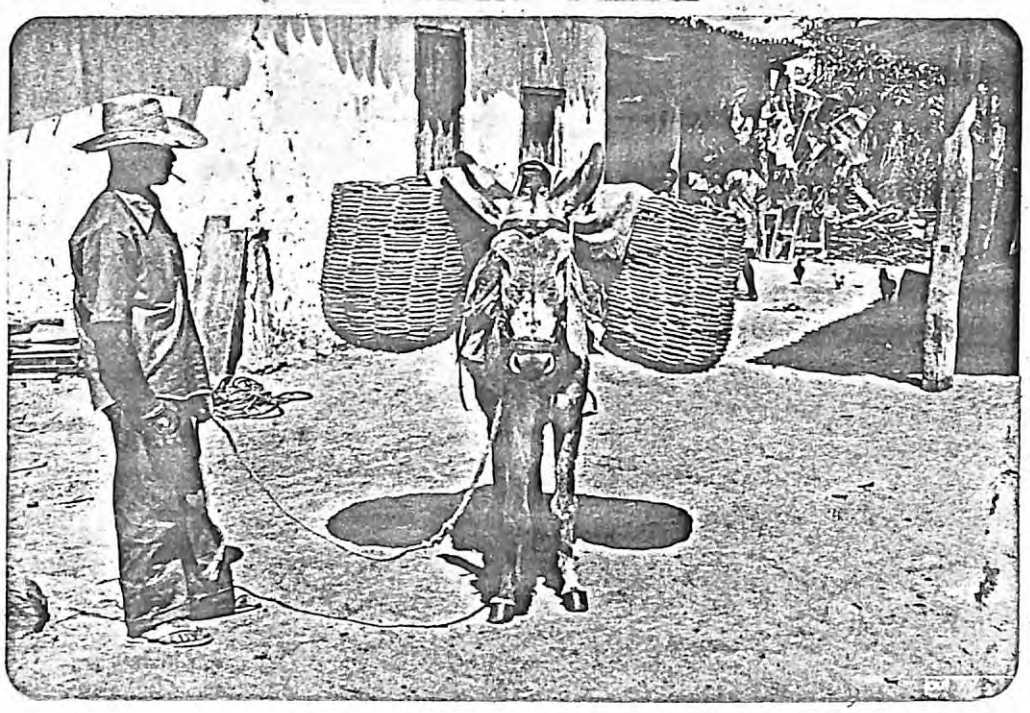
20 - TORREFAÇÃO - DETALHE DO FORNO A LENHA



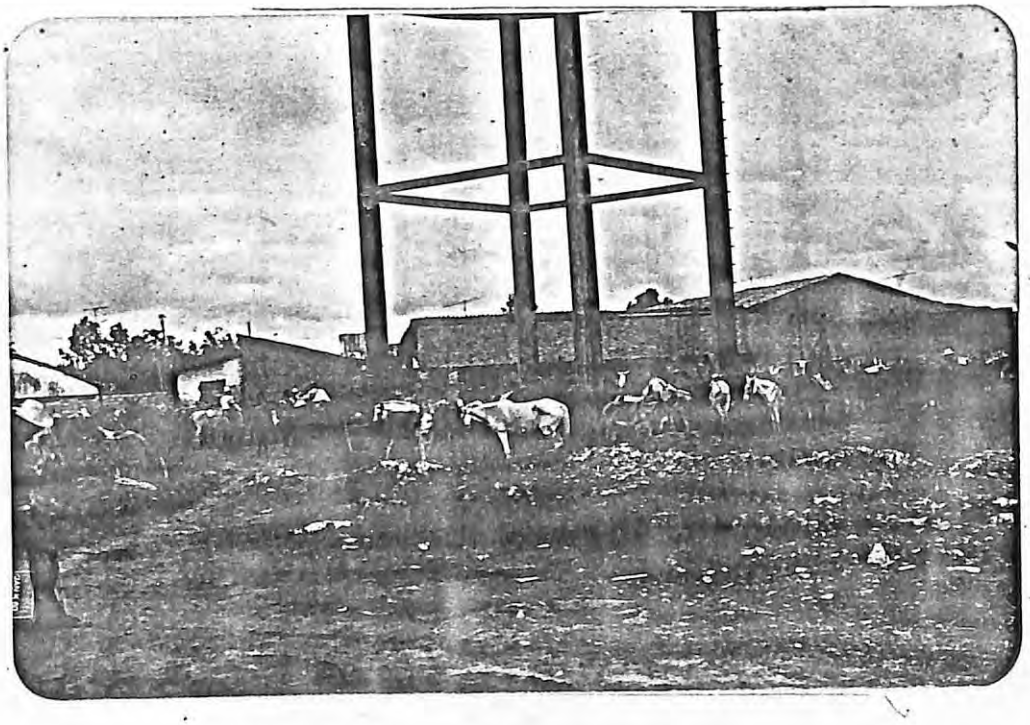
21 - FABRICAÇÃO DO BEIJU



22 - ESCOAMENTO DO LÍQUIDO APÓS A PRENSAGEM (BARROÇA)

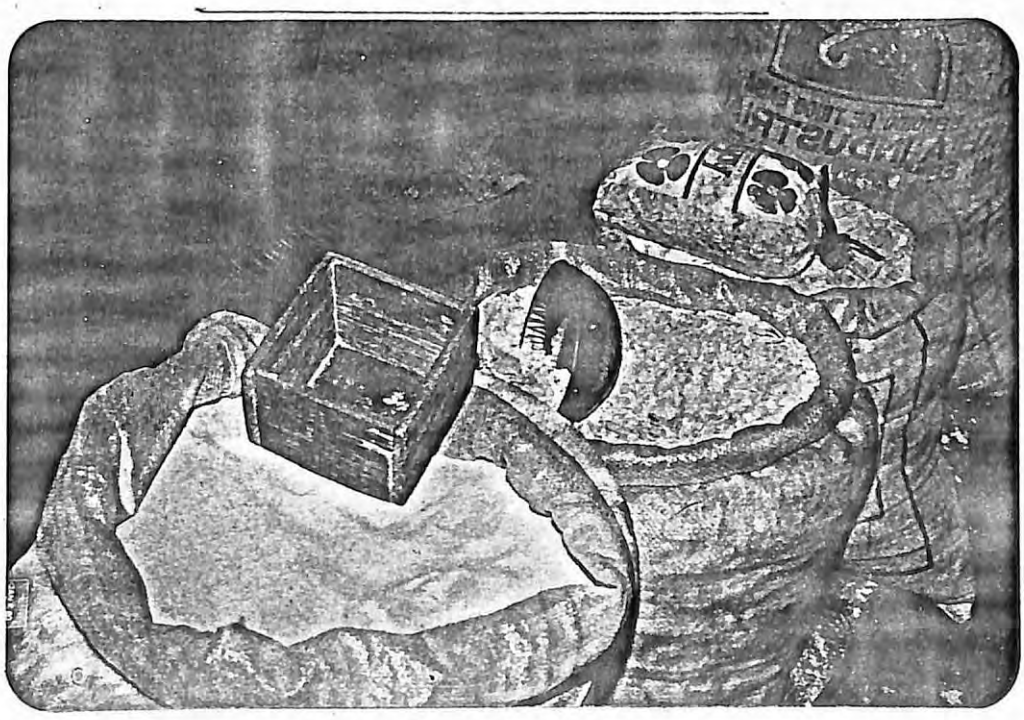


23 - O JEGUE — MEIO DE LOCOMOÇÃO E TRANSPORTE.



24 - CURRAL PERTO DA FEIRA LIVRE

25 – ARMAZENAMENTO NO MERCADO

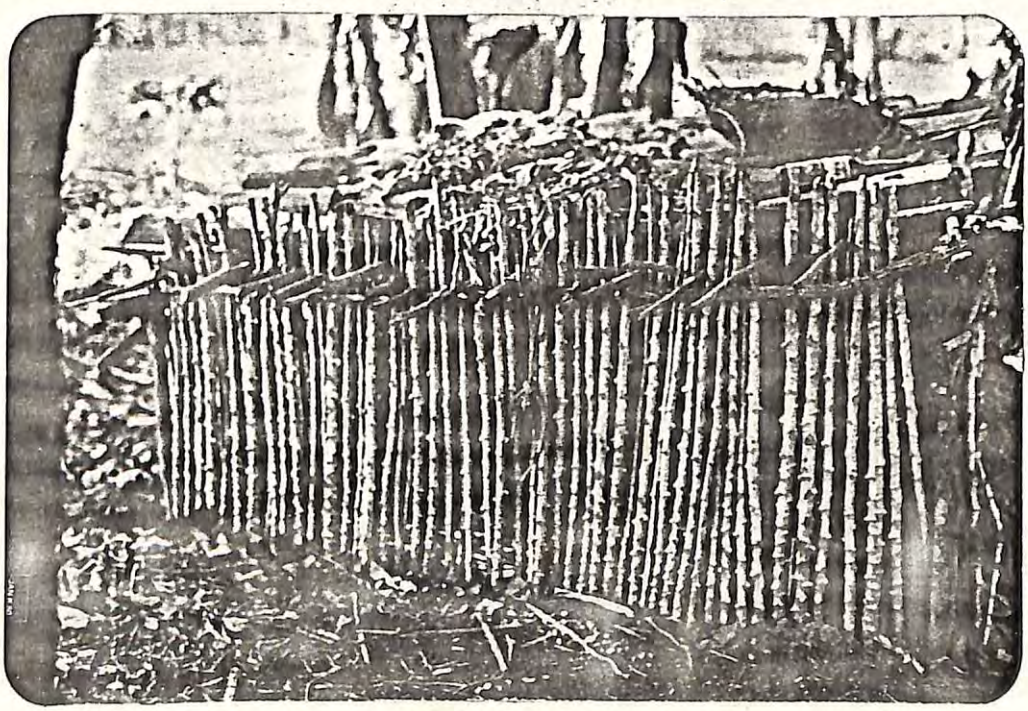


26 – A QUARTA (MEDIDA CONVENCIONAL)

27 - COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO

28 - COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA LIVRE

29 - APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO



30 - UTILIZAÇÃO DA MANIVA

Doação
Cr$ 400,

39
Ø 77c

R$ 30,00

PER-MF.GE/PIU

nk/